

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
Dissertação de Mestrado

ALEXANDRA ESTEFÂNIA REGNER DA SILVA

**A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E O SOFRIMENTO PSÍQUICO DE  
SOLDADOS E SARGENTOS DA POLÍCIA MILITAR DO RS**

Porto Alegre  
2022

ALEXANDRA ESTEFÂNIA REGNER DA SILVA

**A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E O SOFRIMENTO PSÍQUICO DE  
SOLDADOS E SARGENTOS DA POLÍCIA MILITAR DO RS**

Dissertação submetida à Banca  
examinadora como requisito  
parcial para a obtenção do grau  
de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Letícia  
Maria Schabbach.

Porto Alegre  
2022

### CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Alexandra Estefânia Regner da  
A organização do trabalho e o sofrimento psíquico  
de soldados e sargentos da polícia militar do RS /  
Alexandra Estefânia Regner da Silva. -- 2022.  
131 f.  
Orientadora: Leticia Maria Schabbach.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,  
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Polícia militar. 2. Trabalho. 3. Organização do  
trabalho. 4. Sofrimento psíquico. 5. Rio Grande do  
Sul. I. Schabbach, Leticia Maria, orient. II. Título.

Alexandra Estefânia Regner da Silva

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E O SOFRIMENTO PSÍQUICO DE SOLDADOS  
E SARGENTOS DA POLÍCIA MILITAR DO RS

Dissertação submetida à Banca  
examinadora como requisito parcial para  
a obtenção do grau de Mestre em  
Sociologia.

Porto Alegre, 13 de abril de 2022

Resultado: Aprovada

BANCA EXAMINADORA:

---

Profa. Dra. Letícia Maria Schabbach

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul

---

Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul

---

Prof. Dr. Fernando Coutinho Cotanda

Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Profa. Dra. Fernanda Valli Nummer

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço especialmente à minha família por todo carinho e apoio que sempre recebi, aos colegas e amigos que sempre estiveram ao meu lado, incentivando-me sempre. Em especial às amigas Daniela e Gabrielle.

Agradeço o apoio do professor Fernando Cotanda que me orientou num primeiro momento e a professora Letícia Schabbach que abraçou esta empreitada na reta final. Muito obrigada.

Agradeço aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia pelas trocas e partilhas.

Agradeço aos professores das disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Agradeço ao Major Leo Acir Torres dos Santos que oportunizou que a pesquisa de campo ocorresse na 1ª Companhia do 9º BPM juntamente com o consentimento do Comandante do 9ºBPM o Tenente Coronel Marcus Vinícius Gonçalves Oliveira e aprovação do Instituto de Pesquisa da Brigada Militar.

Agradeço a todos os policiais militares que aceitaram participar da pesquisa, sem eles este estudo não seria possível.

## RESUMO

Este estudo é fruto da pesquisa desenvolvida sobre a temática do sofrimento mental de policiais militares com vistas a compreender de que maneira o processo de adoecimento está relacionado com a atividade profissional, atividade que é marcada por risco constante, mesmo fora de serviço, ou seja, quando estão sem a farda. Buscou-se investigar de que maneira a organização do trabalho na Brigada Militar, como é conhecida a polícia militar no Rio Grande do Sul, contribui para a produção do sofrimento mental de soldados e sargentos. Foram utilizados os conceitos de trabalho, organização do trabalho e sofrimento psíquico para investigar como os fatores organizacionais e as características da atividade incidem sobre o desgaste mental dos policiais. O escopo de pesquisa abrangeu um estudo de caso na 1ª Companhia do 9º Batalhão de Polícia Militar (BPM), situada na cidade de Porto Alegre, complementado por entrevistas de policiais que atuam em outros locais. Partindo-se de um enfoque qualitativo, a coleta de dados abrangeu: observação, anotações em diário de campo e entrevistas semiestruturadas, com uso de gravador. Por meio da análise de conteúdo do material empírico foi possível compreender que não apenas as condições adversas do trabalho policial influem no processo de adoecimento, como, também, as diversas formas como se dá o contato entre o agente e a população geram angústia e tensão, somadas à falta de espaços de escuta e reflexão sobre o trabalho e o sofrimento mental no âmbito da Brigada Militar.

**Palavras-Chave:** Polícia militar, trabalho, organização do trabalho, sofrimento psíquico, Rio Grande do Sul.

## **ABSTRACT**

This study is the result of research about the theme of mental suffering of military police officers, in order to understand how the illness process is related to their professional activity, an activity marked by constant risk, even when not on duty, in other words, when they are without their uniform. Seek to investigate how the organization of work in Brigada Militar contributes to the production of mental suffering in soldiers and sergeants. The notions of work and work organization were used to investigate the impact on the mental exhaustion of police officers. The methodology applied was the qualitative approach and the case study. The field survey was developed in the 1st Company of the 9th Military Police Battalion (BPM), located in the city of Porto Alegre, complemented by interviews with officers that work in other places. The data collection techniques used were: observation, notes in a field diary and semi-structured interviews, using a tape recorder. The treatment of the collected data was through content analysis. The empirical investigation has shown that not only the adverse conditions of police work influence the illness process: the different ways in which the contact between the police officer and the population takes place also generate anguish and tension, especially when added to the lack of spaces for reflection about mental suffering in Brigada Militar.

Keywords: Military Police, work, work organization, mental suffering, Rio Grande do Sul.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Efetivo da BM de 2016 a 2021.....	62
<b>Quadro 2</b> - Perfil dos policiais entrevistados.....	70
<b>Quadro 3</b> – Eixos e categorias de análise.....	71



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Características do efetivo da BM.....	64
<b>Gráfico 2</b> - Vitimização.....	65
<b>Gráfico 3</b> - Satisfação com o plano de carreira.....	66
<b>Gráfico 4</b> - Valorização e permanência na instituição.....	67

## **LISTA DE SIGLAS**

**ABAMF** - Associação Beneficente Antônio Mendes Filho

**BM** - Brigada Militar

**BPM** - Batalhão de Polícia Militar

**CAP** - Capitão

**CAPS** - Centro de Atenção Psicossocial

**CBFPM** - Curso de Básico de formação Policial Militar

**DEFIM** - Dispensa de educação física e de instrução movimentada

**DPG** - Dispensa de policiamento e guarda

**HBMPA** - Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre

**IPBM** - Instituto de Pesquisa da Brigada Militar

**OPAS** - Organização Pan-Americana da Saúde

**OMS** - Organização Mundial da Saúde

**PPGS**- Programa de Pós-Graduação em Sociologia

**SD** - Soldado

**SGT** - Sargento

**UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
1.1 Objetivos	12
1.2 Revisão bibliográfica	13
1.3 Justificativa	19
1.4 Procedimentos metodológicos	20
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>26</b>
2.1 O Trabalho	26
2.2 A Organização do trabalho	32
2.3 O sofrimento psíquico	36
<b>3 A POLÍCIA MILITAR NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL</b>	<b>43</b>
3.1 A gênese da Polícia no Brasil: do Brasil Colônia ao Período Imperial	44
3.2 A História da Brigada Militar: do Império à contemporaneidade	49
3.2.1 A Brigada Militar durante o Brasil Império	50
3.2.2 A Brigada Militar no início do período republicano	53
3.2.3 A Brigada Militar no século XX	56
<b>4 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA DE CAMPO E RESULTADOS</b>	<b>68</b>
4.1 Trabalho	73
4.1.1 Formação	75
4.1.2 Risco e perigo	78
4.2 Organização do trabalho	81
4.2.1. Condições de trabalho	82
4.2.2 Gestão e relações hierárquicas	87
4.3 Sofrimento psíquico	91
4.3.1 Falta de reconhecimento e insatisfação	91
4.3.2 Fontes de tensão	98
4.3.3 Indícios do adoecimento	100
4.3.4 Estigma	107
<b>5 CONCLUSÃO</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>120</b>
<b>APÊNDICE I: Termo de Consentimento Livre e esclarecido</b>	<b>129</b>
<b>APÊNDICE II: Roteiro Semiestruturado</b>	<b>130</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O tema desta Dissertação de Mestrado insere-se no cotidiano dos últimos dez anos de trabalho da pesquisadora enquanto assistente social do Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre (HBMPA). Nesta instituição foi possível observar de perto um fenômeno recorrente: a internação psiquiátrica dos profissionais, motivada por questões como: dependência química, depressão, ideação e tentativa de suicídio, entre outros. Tal observação ensejou o questionamento sobre as condições de saúde mental dessa categoria profissional para exercer suas atribuições, bem como a respeito da relação entre subjetividade e exercício do ofício de polícia.

Devido à trajetória da pesquisadora na área da saúde mental em outros serviços da rede (Centro de Atenção Psicossocial e Residência Multiprofissional em Saúde Mental), observa-se que a maioria dos usuários atendidos no serviço público sequer teve a oportunidade de se inserir no mercado de trabalho ou já não possuía condições de exercer uma atividade profissional em decorrência da gravidade da doença. Deparar-se com policiais militares fazendo tratamento psiquiátrico foi algo espantoso, talvez pela crença de que aqueles (as) que exercem essa atividade estão capacitados(as) e preparados(as) para tal, na ideia corriqueira de que “devem estar prontos para o que der e vier”. Jamais se imaginou esse profissional na condição de paciente: numa postura passiva, de fragilização, necessitando de assistência e cuidado.

Com advento da Lei Federal Nº 10.216 (Lei da Reforma Psiquiátrica, BRASIL, 2001), que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, recomenda-se o atendimento ao usuário de saúde mental nos serviços substitutivos, como: ambulatórios, CAPS, emergências e rede básica de saúde. Nesse sentido, a internação psiquiátrica é o último dispositivo a ser acionado, e somente em situações extremas. Imagina-se que para um policial militar seja constrangedor procurar esses serviços públicos ambulatoriais, pois, no senso comum, estaria expondo à sociedade as suas fragilidades.

Nessa instituição é recorrente o uso da internação por policiais militares sem antes terem passado por outro tipo de tratamento em saúde mental, diferentemente do que é preconizado pela legislação. Uma hipótese é que a internação funciona como uma "válvula de escape", sendo uma forma de o trabalhador afastar-se de uma

situação turbulenta, quando já não conseguem deixar de enfrentar e publicizar o seu adoecimento perante à organização.

Diante dessa problemática, surgiu o interesse em pesquisar o sofrimento mental desses trabalhadores, tentando compreender de que maneira o processo de adoecimento está relacionado com a atividade profissional, que é marcada por riscos constantes, mesmo quando estão sem a farda, ou seja, fora de serviço. Embora se pressuponha que haja uma ligação entre o trabalho policial e o adoecimento e o sofrimento mental, a pesquisa não buscou medir quantitativamente o nexos causal entre esses dois polos da relação. Parte-se da premissa de que a atividade profissional pode estar correlacionada com um processo de desgaste mental conforme as condições em que o trabalho é desenvolvido.

O desenvolvimento da pesquisa dentro do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS) e não em um programa do campo da saúde deve-se ao interesse em aprofundar a relação entre as condições de trabalho e o processo de adoecimento mental desses trabalhadores, buscando outras explicações, para além do binômio saúde-doença. E a sociologia nos possibilita olhar a realidade ultrapassando o senso comum, e, assim, ampliando a nossa compreensão sobre determinados fenômenos sociais, conforme traz Giddens (2012, p. 19) “[...] as coisas que consideramos como normais são profundamente influenciadas por fatos históricos e processos sociais”.

O tema merece ser estudado pois a polícia é uma categoria profissional de suma importância para a sociedade, já que uma de suas principais funções é zelar pela segurança dos cidadãos. Entretanto, trata-se de uma atividade na qual não ficam explícitas as fronteiras que determinam suas atribuições. A própria Constituição Federal Brasileira descreve o papel da polícia de forma generalista e pouco precisa, conforme o Capítulo III, que trata da parte Segurança Pública:

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (BRASIL, 1988).

Poderíamos afirmar, então, que o policial militar é o agente estadual uniformizado que atua por meio do policiamento ostensivo, executando a manutenção

da ordem pública de forma preventiva e repressiva. Também é possível afirmar que há uma forte hierarquia subjacente à instituição e que guia a ação.

A partir da temática em torno da relação entre o ofício de policial militar e a saúde mental, foram elaboradas as seguintes duas questões de pesquisa: a) Como a organização do trabalho na Brigada Militar, como é chamada a Polícia Militar sul-riograndense, contribui para a produção do sofrimento mental de soldados e sargentos? b) Quais as características desse processo de trabalho e como ele é vivenciado?

Ao considerar os efeitos do trabalho sobre a vida material e subjetiva dos trabalhadores, a presente dissertação busca compreender como a organização do trabalho na Brigada Militar se relaciona com o sofrimento psíquico de soldados e sargentos da referida instituição a partir da percepção dos policiais.

Importa destacar que o estudo proposto iniciou em 2016 e foi interrompido em 2017 por motivos particulares. Posteriormente, em 2020, foi possível o reingresso no Programa de Pós-Graduação em Sociologia para retomar a escrita da dissertação. Dando seguimento ao plano de pesquisa, além das entrevistas realizadas durante o período de trabalho de campo em 2016, em 2019 foram acrescentadas mais duas entrevistas com dois sargentos que atuavam na área administrativa do Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre (HBMPA). A autora também informa que houve troca de orientação em 2021, o que repercutiu no prolongamento da finalização do trabalho.

## **1.1 Objetivos**

A pesquisa percorreu os objetivos a seguir listados.

### **Objetivo Geral:**

Compreender a relação entre a organização do trabalho da Brigada Militar, o sofrimento e o adoecimento mental de seus profissionais a partir da perspectiva dos policiais.

### **Objetivos Específicos:**

- a) Identificar e descrever o processo e o cotidiano de trabalho de soldados e sargentos em um Batalhão da região metropolitana de Porto Alegre.
- b) Identificar as fontes de tensão e sofrimento de soldados e sargentos no trabalho.

## 1.2 Revisão bibliográfica

A revisão bibliográfica abrangeu autores que analisam questões relacionadas ao policial militar, objeto do nosso estudo. Parte dos estudos que fundamentam este projeto aponta que o estado de tensão, aliado ao desgaste físico e emocional, são aspectos que, quando se tornam constantes na vida de um trabalhador como o policial militar, podem trazer diversos prejuízos à sua saúde, como o estresse e o sofrimento psíquico.

Há autores que apontam uma predisposição a doenças mentais na população em geral, que se relaciona a fatores psicológicos (KOHN, 2007), estruturas de personalidade (BAHLS; BOTEGA, 2007), genética e hereditariedade (MICHELON; VALLADA, 2005).

Nogueira (2007) refere a questão das condições de trabalho como fator preponderante no surgimento do sofrimento mental de policiais militares, alegando que estão constantemente expostos a situações de risco de acidente e de morte. Porém,

A vulnerabilidade de cada policial em ser afetado por essas condições e situações dependerá de inúmeras variáveis, inclusive as relativas à sua história pessoal e às circunstâncias atuais profissionais, sociais, financeiras, entre outras. (NOGUEIRA, 2007, p. 2).

Almeida (2012), em estudo realizado com a Polícia Militar do Estado de Goiás sobre o adoecimento mental, aponta que os profissionais da saúde desta instituição a resguardam, centrando a responsabilidade pelo adoecer nos sujeitos individuais.

Já o Manual de Doenças Relacionadas ao Trabalho (BRASIL, 2001, p. 161-162) reforça que:

Ambientes que impossibilitam a comunicação espontânea, a manifestação de insatisfações, as sugestões dos trabalhadores em relação à organização ou ao trabalho desempenhado provocarão tensão e, por conseguinte, sofrimento e distúrbios mentais. Frequentemente, o sofrimento e a insatisfação do trabalhador manifestam-se não apenas pela doença, mas nos índices de absenteísmo, conflitos interpessoais e extratrabalho. Os fatores relacionados ao tempo e ao ritmo de trabalho são muito importantes na determinação do sofrimento psíquico relacionado ao trabalho. Jornadas de trabalho longas, com poucas pausas destinadas ao descanso e/ou refeições de curta duração, em lugares desconfortáveis, turnos de trabalho noturnos, turnos alternados ou turnos iniciando muito cedo pela manhã; ritmos intensos ou monótonos; submissão do trabalhador ao ritmo das máquinas, sob as

quais não tem controle; pressão de supervisores ou chefias por mais velocidade e produtividade causam, com frequência, quadros ansiosos, fadiga crônica e distúrbios do sono.

Conforme Deslandes, Minayo e Malaquias (2003, p. 193), a experiência do sofrimento no trabalho policial pode estar associada aos seguintes fatores:

[...] precariedade das condições de trabalho, divisão e padronização das tarefas, escassa utilização do potencial criativo e técnico do trabalhador, rigidez hierárquica, ingerências políticas, centralização da informação, falta de participação nas decisões que lhe afetam, não reconhecimento e a baixa perspectiva de crescimento profissional entre outros.

Na mesma linha, Oliveira e Santos (2010) afirmam que a soma do cansaço físico e da falta de equilíbrio emocional pode levar esses profissionais a assumirem atitudes irracionais diante de situações extremas. Isso prejudica o exercício profissional, em que a perda é uma realidade constante. O policial militar necessita lidar com a morte das vítimas, dos transgressores, dos próprios companheiros de trabalho e também com a ideia de que sua própria vida corre perigo.

Estas mesmas autoras reforçam a necessidade desses profissionais desfrutarem de momentos de convivência familiar, de horas de repouso e de lazer como contribuição para um melhor equilíbrio físico e mental na realização das muitas tarefas profissionais. Mas o que acontece com a grande maioria dos policiais é o uso das horas de folga para a realização de outros serviços, o chamado “bico”, com o objetivo de complementar a sua renda (SPANIOL, 2016, p. 37). A segurança particular, nesse caso, é exercida periodicamente, quase sempre aos finais de semana ou em dias alternados com os trabalhos da corporação. Com isso o policial fica exposto a um maior desgaste físico e mental, sem falar no tempo reduzido que lhe sobra para o descanso (*Idem*).

Bárbaro *et al.* (2009) citam algumas características laborais que podem contribuir para o surgimento das doenças ocupacionais, como, por exemplo:

[...] ambientes laborais inadequados, formas como as atividades de trabalho são organizadas, pouca valorização do trabalhador, participação insatisfatória nas decisões do trabalho, demandas laborais excessivas, horários de trabalho em turnos, baixos salários, realização de trabalho sem visibilidade, complexidade do trabalho, ausência de lazer, entre outros fatores, incluindo-se condições de trabalho indesejáveis, com múltiplos riscos ocupacionais podem propiciar transtornos mentais nos trabalhadores. (BÁRBARO *et al.*, 2009, p. 15).



Já Oliveira e Santos (2010) apontam que o estresse pode ser entendido como o descompasso entre as demandas do trabalho e a capacidade de resposta dos trabalhadores, referindo alguns fatores estressantes, presentes no dia a dia do trabalho policial:

[...] um ambiente de trabalho perigoso, baixo controle sobre o processo de trabalho (cumprimento de ordens), frequente contato com o público (atendimento da comunidade geral), longas jornadas de trabalho (em razão da escala), recursos insuficientes, insatisfação com a atividade e a remuneração, dificuldade de ascensão profissional, além da exposição ao sofrimento alheio e a problemas familiares, estariam relacionados ao sofrimento ou distúrbios psíquicos. (OLIVEIRA; SANTOS, 2010, p. 228).

Segundo Silva e Vieira (2008), no período de 1995 a 1998, a junta médica da Polícia Militar do Estado da Paraíba homologou 74 reformas por invalidez, das quais 41,9% foram por motivos de ordem mental. Ainda, Gischewski (2005), em estudo realizado na Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, identificou um alto índice de internações de policiais militares em hospital psiquiátrico do município de Barbacena – MG, chegando a 35,3% entre os anos de 1999 a 2003, sendo o principal motivo de internação o alcoolismo.

Gomes (2015) aponta que, no primeiro semestre de 2015, 50% dos afastamentos de serviço (licenças de saúde) efetivados pela Junta Médica da Brigada Militar se deram devido a transtornos psiquiátricos. Neste mesmo estudo, a autora buscou identificar a incidência de mortes de policiais militares por suicídio e por confronto, no período de 2005 a 2014. O resultado a que chegou foi o de que mortes por suicídio ao longo deste período foram de 49 casos no total, enquanto que as decorrentes do confronto policial em serviço atingiram 22 casos.

Os brigadianos morrem 2,23 vezes mais por suas armas do que em confrontos em serviço. Portanto, investir em saúde mental e prevenção de suicídio é tão importante quanto investir em equipamentos de segurança como coletes à prova de balas. Embora o tema seja revestido de estigma, a prevenção e a redução dos índices só podem ser atingidas mediante a divulgação do assunto e a conscientização de comando e efetivo sobre o problema. (GOMES, 2015, p. 18)

Podemos afirmar que, diferentemente da maioria das pessoas, o policial militar tem acesso constante à arma de fogo. Ao estar vivenciando um sofrimento mental intenso, onde há risco de suicídio, as chances de chegar ao ato aumentam rapidamente por terem maior acesso aos meios necessários para executar o plano. O

próprio treinamento militar incentiva a autossuficiência e a rapidez nas decisões diante de situações limite, o que pode prejudicar o seu julgamento e a sua reflexão (GOMES, 2015). Para um policial é muito difícil falar sobre sentimentos, emoções e fragilidades, isso é visto como fraqueza.

Outra situação que pode ser considerada fonte geradora de estresse é a discriminação de gênero, apontada por Bezerra, Minayo e Constantino (2013) em pesquisa realizada com policiais militares do sexo feminino no Rio de Janeiro. As autoras afirmam que um dos pilares da organização policial militar, junto com a disciplina e a hierarquia, é o machismo.

Percebem diferenças na distribuição das atividades entre homens e mulheres e grande desconfiança dos homens em relação à sua capacidade. Para elas o comando da corporação em geral prefere colocar homens em funções operacionais e de confronto. Por isso, quando são chamadas a atuar em tais situações, sentem-se testadas a provar sua capacidade e desafiadas a conquistar espaço. (BEZERRA; MINAYO; CONSTANTINO, 2013, p. 662).

As policiais entrevistadas nesse estudo também apontam uma questão bem distinta do que normalmente seria apontado por homens. Conforme as autoras ressaltam:

[...] é mais difícil o relacionamento com o público interno (colegas e chefes) do que com o externo (população). Há aqui um diferencial positivo de gênero para as mulheres, pois, a sociedade as vê como mais receptivas, honestas e acolhedoras que os homens. (BEZERRA; MINAYO; CONSTANTINO, 2013, p. 665).

A questão do machismo presente nas instituições policiais traz outros prejuízos no que se refere à dificuldade de expor as suas fragilidades cristalizadas em frases como “o homem não chora”. O que leva a crer que o policial homem só buscará ajuda quando algo já tiver ocorrido, pois enquanto puder irá evitar, com receio de ser ridicularizado.

Para Minayo, Assis e Oliveira (2011), esses profissionais não estão acostumados com o atendimento psicológico, havendo muito preconceito em relação àqueles que procuram apoio, como se estivessem admitindo que estão se tornando “loucos”. Oliveira e Santos (2010, p. 247), reforçam esta ideia afirmando que,

[...] essa assistência ocorre, na maior parte das vezes, quando a iniciativa de encaminhamento parte a pedido do militar, o que dificilmente ocorre, devido à preocupação do mesmo com a postura dos demais membros ou quando o policial se envolve em alguma

ocorrência e passa a demonstrar problemas decorrentes desta. Diante disso, o militar é afastado de suas funções por determinado período para que seja possível a realização de uma avaliação mais detalhada de seu quadro clínico e psicológico. Esse procedimento, muitas vezes, é considerado pelo policial como uma punição, ou até mesmo como sinal de fraqueza.

Segundo Muniz (1999), os mundos que os policiais militares visitam e que constituem o seu próprio mundo policial, espaços onde circulam profissionalmente, são difíceis de descrever e são duros de explicar. São desagradáveis de assistir e de frequentar por muito tempo.

É preciso “ter estômago” para socorrer um homem anônimo caído na calçada sufocando-se em seu próprio vômito. É preciso segurar a sensação de náusea diante de cenas nas quais se encontram indivíduos mutilados, corpos baleados feito peneiras e cadáveres em decomposição. (MUNIZ, 1999, p. 160).

As situações que o policial enfrenta no seu cotidiano profissional também reforçam um processo de banalização, transformando situações impactantes em fatos corriqueiros que irão vivenciar ao longo de uma carreira profissional, que compreende em torno de 25 anos de atuação, o que podemos entender como uma postura reativa, uma forma de se distanciar da dor e do sofrimento alheio vivenciado diariamente no cotidiano profissional, ou como uma estratégia defensiva, como refere Dejours (1982), como forma de impedir o adoecimento.

Conforme Porto (2010, *apud* SCHABBACH, 2015, p. 163), o policial é um funcionário estatal especializado com papel de detentor (legítimo) do monopólio da violência e inserido em uma instituição específica, na qual age e interage. A atuação policial é impregnada de valores derivados de práticas sociais e culturais mais amplas. Ao mesmo tempo, o policial sente-se protegido por uma cultura institucional que inclui a violência como possibilidade para conter transgressões. Ao ter legitimidade para o uso da força, o policial fica exposto à violência constantemente, seja como perpetrador seja como vítima. Além disso, ele vive o antagonismo da forma como a sociedade o percebe, ora com total apoio, ora com repulsa. São características do ofício de polícia que podem trazer prejuízos à saúde mental.

Cardoso e Nummer (2018) destacam as questões da organização do trabalho como possíveis fatores de desgaste mental:

As tensões presentes na atividade policial-militar estão representadas na forma como o trabalho é prescrito e na sua efetiva realização.

Assim, devem ser considerados não apenas os riscos peculiares na efetivação do combate ao crime, mas também, os pilares engessados de hierarquia e disciplina, o trabalho prescrito, as condições de trabalho, as repercussões sociais, políticas e midiáticas e sua relação com os trabalhadores da caserna. (CARDOSO; NUMMER, 2018, p. 228).

Dessa maneira as autoras apontam questões relacionadas à organização do trabalho, por exemplo, os fundamentos baseados na hierarquia e na disciplina, a exposição midiática das intervenções policiais e dos altos índices de criminalidade, as pressões internas e externas, as cobranças por respostas imediatas, tudo isso influenciando o processo de desgaste mental.

Amador (2000) salienta que o policial vive um dilema subjetivo entre o controle e o descontrole emocional.

[...] um impasse subjetivo vivido constantemente pelo policial no exercício do seu trabalho, impasse este que se refere ao controle quase que total por eles empreendido, dos seus pensamentos, sentimentos e ações devido a uma série de características da organização do trabalho. Entre tais características é possível citar: a minuciosidade de prescrições laborais, o contexto diário de perigo e risco, a rigorosa separação entre quem pensa e quem executa, o sistema de vigilância estabelecido entre os próprios policiais, o controle da organização do trabalho atingindo a esfera familiar, a ausência de um produto do trabalho dada a falência dos órgãos públicos, entre outras. (AMADOR, 2000, p. 53).

Nos últimos trinta anos, muitos autores das ciências humanas têm discutido e avaliado a segurança pública, já que “a violência e a criminalidade revelam-se graves problemas sociais contemporâneos nos países de novas democracias” (TAVARES DOS SANTOS; MADEIRA, 2014, p. 9), enfocando principalmente a formação, atuação e saúde do policial, perante a violência e o desrespeito aos direitos humanos. Conforme Muniz, Caruso e Freitas (2018), desde a década de 1990 no Brasil os estudos sobre a polícia têm avançado em qualidade e quantidade.

É importante destacar que a atuação da polícia tem sido posta em xeque constantemente pela mídia, não só pelo aumento da violência<sup>1</sup>, mas por ações ineficazes, levando ao descrédito e à visão negativa da sociedade sobre ela<sup>2</sup>. Tavares

---

<sup>1</sup> O 7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2013 aponta que 70,1% das pessoas entrevistadas em seis estados não confiam nas polícias. Pesquisa realizada pela FGV. Disponível em: [http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario\\_2013-corrigido.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2013-corrigido.pdf)

<sup>2</sup> Taxa de homicídios em Porto Alegre é superior às de Rio e São Paulo. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/08/taxa-de-homicidios-em-porto-alegre-e-superior-as-de-rio-e-sao-paulo-4824113.html>.

dos Santos (2014, p. 20) assinala como principais desafios para a polícia: a formação e profissionalização, a melhoria das condições de trabalho e de salários “[...] para transformá-lo em um profissional competente, que exerce um serviço público compatível com as exigências e as demandas da sociedade complexa”.

A literatura apresentada até o momento (especialmente: AMADOR, 2000; OLIVEIRA; SANTOS, 2010; CARDOSO, NUMMER 2018), traz indicativos que são fonte de tensão e podem contribuir para o adoecimento mental de policiais militares, que estão intimamente ligados à atividade profissional, tais como: a organização do trabalho na polícia militar, que possui características rígidas marcadas pela hierarquia e disciplina, as condições de trabalho precárias, a baixa remuneração, a exposição ao risco e ao perigo constantes, a baixa possibilidade de ascensão, a falta de reconhecimento, a presença constante em situações de violência. Assim, o referencial utilizado, em sua maioria, aponta para uma forte relação entre o sofrimento psíquico e o trabalho nesse contexto produtor de adoecimento.

Além disso, os autores destacam a ausência de projetos focados na prevenção e no enfrentamento ao estigma de quem procura ajuda. Neste sentido, existem lacunas quanto às estratégias utilizadas pelos trabalhadores em questão para enfrentarem as tensões relacionadas à organização e aos processos internos de trabalho.

### **1.3 Justificativa**

Sendo a violência e a criminalidade significativas na sociedade, a polícia militar, que tem a sua base operacional formada por soldados e sargentos, é convocada a atuar para enfrentar tais fenômenos, inseridos em uma realidade maior e mais complexa, indo muito além da esfera da segurança pública. O aumento da violência e da criminalidade geram uma sensação ampla de insegurança e, conseqüentemente, levam ao questionamento da capacidade das forças de segurança pública em darem respostas (PIMENTA, 2016).

Diante da gama de demandas que envolve a atuação policial, a sua ação ora é desprezada ora é aprovada, tanto pela instituição como pela sociedade. Nesse sentido, o estudo sobre as condições de trabalho dos policiais militares envolve compreender, de forma mais aprofundada, as suas peculiaridades e dificuldades enfrentadas. Isso requer considerar como as tradições de gestão militar constituíram-

se, historicamente, de forma fortemente hierarquizada e assimétrica. São muitas as evidências de que esse ofício produz resultados materiais danosos, seja em termos de atuação profissional, seja quanto ao processo crescente de desgaste mental, e, conseqüentemente, de sofrimento mental.

Assim, os motivos que justificaram este estudo são de ordem social e acadêmica. A importância acadêmica e científica dá-se pelo fato de haver um padrão muito baixo de reflexividade e de problematização sobre a organização do trabalho da Brigada Militar. Com base na revisão bibliográfica, percebe-se que, embora muito se tenha avançado, ainda existem lacunas quanto à conexão entre saúde mental e trabalho policial. Constata-se que o trabalho do policial é uma realidade em muitos aspectos desconhecido. Portanto, este estudo, baseado nas percepções e vivências de soldados e sargentos, poderá contribuir teórico-analiticamente para ampliar o olhar sobre tal realidade, como afirma Rondon Filho (2018, p. 43) “A pesquisa ajuda no rompimento da barreira imaginária que foi erguida entre academia e segurança pública como dois espaços sociais divididos e isolados [...]”.

No âmbito social, a possibilidade de se examinar e de se interpretar de forma mais detida e cuidadosa os processos de sofrimento e de adoecimento mental poderá, futuramente, subsidiar projetos de intervenção voltados para a saúde do policial militar. O que, conseqüentemente, poderá refletir na melhor qualidade do serviço prestado por esta categoria profissional à sociedade.

O processo investigativo sobre a forma como o trabalho do policial militar é desenvolvido destaca o seu papel enquanto pertencente a uma categoria profissional marcada por contradições. Por um lado, possui um papel destacado na sociedade, carregando requisitos de responsabilidade, coragem, força e segurança. Do lado negativo, aparece como refratário aos direitos humanos e perpetrador de violência. Nesse sentido, é imprescindível melhor compreender a profissão e os efeitos da organização policial sobre o trabalhador, especialmente sobre sua saúde mental. Assim, esta Dissertação de Mestrado poderá contribuir com o adensamento da compreensão sobre tal dimensão da vida dos sujeitos, ressaltando as possibilidades de prevenção e o enfrentamento ao estigma para com aqueles que procuram ajuda.

## 1.4 Procedimentos metodológicos

A Dissertação de Mestrado, de viés qualitativo, versa sobre a Polícia Militar do Rio Grande do Sul, a “Brigada Militar”. Para responder às questões de pesquisa, desenvolveu-se um estudo de caso junto à uma Companhia da organização situada na cidade de Porto Alegre, capital do estado. A pesquisa foi realizada em dois momentos, 2016 e 2019, e abarcou, como técnicas de coleta de dados: observação, anotações em diário de campo e entrevistas semiestruturadas.

A escolha pelo enfoque qualitativo deu-se em virtude de ser um fenômeno social particular, no qual não se buscam generalizações, dado que a Polícia Militar possui diferentes estatutos de acordo com a unidade federativa. Conforme traz Minayo (2007, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com os seus semelhantes.

O diário de campo foi utilizado para registrar as observações sobre o andamento da pesquisa, o processo de contato com as pessoas e os eventuais incidentes de percurso. Nesse momento, também foi possível registrar informações importantes que não apareceram durante as entrevistas, pois sabemos que a utilização do gravador muitas vezes inibe o entrevistado, fato que ocorreu com interlocutores que, ao serem informados sobre o uso do gravador, se recusaram a participar das entrevistas.

Neste sentido, o diário de campo teve como finalidade apresentar o desenrolar da pesquisa com o objetivo de registrar as reflexões sobre o estudo e as situações vivenciadas durante as entrevistas, ou seja, registrar a trajetória da pesquisa e do pesquisador (GIBBS, 2009). Assim, as constatações decorrentes ajudaram a amarrar a análise de conteúdo textual com o contexto das entrevistas.

Segundo Flick (2009) e Gil (2008), a entrevista é um dos instrumentos mais utilizados na pesquisa qualitativa, pois possibilita ao pesquisador conhecer a realidade vivida pelos atores sociais. Para Cortes (1998), a principal característica da entrevista

semiestruturada consiste em ser um conjunto de questões com respostas abertas, o que permite ao entrevistado discorrer livremente sobre o tema proposto. Nessa linha, foi utilizado um roteiro inicial de questões que contemplassem os objetivos do estudo.

Na escrita da Dissertação de Mestrado preservou-se o anonimato dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Desta maneira, ao se apresentar alguns trechos das entrevistas foi trocado o nome dos participantes, substituído pela sigla do cargo SD (soldado) e SGT (sargento) e um número de identificação. Quanto aos relatos do diário de campo, a fim de se preservar a identidade dos interlocutores, colocou-se a letra D na frente da sigla do cargo e, em seguida, um número de identificação.

Cumprido salientar que todos os entrevistados se dispuseram a colaborar com o estudo, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice I) e tiveram a liberdade de interromper a entrevista a qualquer momento. Todos participaram voluntariamente sem imposição da chefia.

Mais detalhadamente, o trabalho de campo foi desenvolvido na 1ª Companhia do 9º Batalhão de Polícia Militar (9ºBPM), situada no centro histórico da cidade de Porto Alegre, iniciando-se com observação durante o mês de maio de 2016 e, posteriormente, seguiram-se as entrevistas semiestruturadas com a utilização de gravador. A escolha desta Companhia ocorreu de maneira casual, visto que durante o período do curso de mestrado, em um seminário promovido pela Brigada Militar em parceria com o Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania da UFRGS, realizado na Academia de Polícia Militar em 2015, conhecemos o Major Torres, que, na época, atuava no Departamento de Ensino da Brigada Militar. Em 2016, ao começar a traçar as questões relacionadas ao campo de pesquisa, esse contato foi retomado em busca de indicações de algum Batalhão para realizar a pesquisa de campo. O mesmo informou que estava à frente da 1ª Companhia do 9º BPM e aceitou prontamente que a pesquisa fosse desenvolvida neste local. Desse modo, o processo de aprovação da pesquisa dentro da Brigada Militar e a inserção no campo foram facilitados, porque o Major passou as orientações dos trâmites burocráticos necessários para que a pesquisa fosse aprovada no Instituto de Pesquisa da Brigada Militar (IPBM). Além disso, o fato da pesquisadora ser servidora civil da instituição também facilitou o processo pois não houve grandes desconfianças sobre o que poderia estar por trás do pedido de autorização para realizar a pesquisa.

No total, foram realizadas onze entrevistas. Inicialmente, no mês de julho de 2016 foram entrevistados três soldados e quatro sargentos da companhia citada.



Após, durante o desenrolar da pesquisa, avaliou-se que seria importante conversar com algum(a) profissional da saúde e com algum(a) representante da associação dos praças<sup>3</sup>. Assim, foram entrevistados o presidente da Associação Beneficente Antônio Mendes Filho (ABAMF), que representa soldados e sargentos da Brigada Militar<sup>4</sup> e uma capitã médica psiquiatra, oficial do quadro de saúde da Brigada Militar. Essas entrevistas foram realizadas a fim de preencher as lacunas de informação das entrevistas iniciais com os praças.

Em 2019, ao se retomar a ideia de reingresso no curso de mestrado, foram realizadas mais duas entrevistas com sargentos que já não atuavam no policiamento, mas em setores administrativos do Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre (HBMPA). Foi uma forma de retomar o processo de pesquisa e avaliar a necessidade de realização de mais entrevistas. Por fim, considerando o reingresso efetivo no PPGS, em 2020, e as limitações impostas pela crise sanitária provocada pela Pandemia da Covid-19, avaliou-se que não havia necessidade ou possibilidade de se ampliar as entrevistas.

Sabe-se que não existe uma imersão total no campo, pois os sujeitos da pesquisa nos veem como não iguais e a desconfiança sempre paira no ar. Além disso, a presença de uma estranha com um caderninho na mão e uma caneta também pode ter contribuído para que mudassem a postura, a forma de agir, como se estivessem sendo avaliados, perdendo, assim, a naturalidade e a espontaneidade. Como afirma Becker (1994), em geral as pessoas em situações de entrevista sentem-se constrangidas a agir ou a se portar como fariam sem a presença do pesquisador. Esses momentos de observação foram documentados no diário de campo.

Por conta do fluxo de pessoas que circulavam durante o dia no posto policial ser intenso, seja de cidadãos seja de policiais, foi dificultada a aproximação e a privacidade para realização das entrevistas no turno diurno. Ademais, a maioria dos contatados trabalhava no turno da noite e em equipes menores, portanto, realizamos

---

<sup>3</sup> Praça é um termo militar, originário do Exército, conforme o dicionário Michaelis, que caracteriza “militar sem graduação ou patente”. O termo foi absorvido pelas polícias militares, onde praça se refere aos policiais militares com baixa graduação ou patente, pertencentes a categorias inferiores na hierarquia militar como: cabos, soldados, sargentos e subtenentes. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=aKb2O>.

<sup>4</sup> Entidade representativa dos servidores de nível médio da Brigada Militar e Bombeiros Militares do RGS, criada em 1962 por cabos e soldados, para defender os interesses dos praças. Conforme 3º art. da entidade: “[...] representá-los judicial e extrajudicialmente, em interesses de caráter coletivo em qualquer grau de jurisdição, Instância ou Tribunal, sempre em defesa dos interesses da categoria [...]”. Disponível em: <https://abamf.org/estatuto-social/>.

entrevistas à noite, considerando a maior facilidade de acesso, disponibilidade e privacidade para a pesquisa de campo.

Como já referido, no mês de maio de 2016 foi iniciado o processo de observação no campo, e depois, em julho do mesmo ano, retornou-se ao local para a realização das entrevistas. A observação consistiu em apreciar o processo de trabalho de soldados e de sargentos a partir do balcão de atendimento – registrando as situações presenciadas, mas também conversando e questionando informalmente a partir das dúvidas que surgiam.

Em alguns momentos, o papel de pesquisadora pareceu se inverter, pois fui entrevistada ou interrogada por alguns policiais que ficaram curiosos com a minha presença. Desta forma, percebe-se que a observação foi importante para que aqueles trabalhadores, aos poucos, se sentissem à vontade, funcionando como um momento preliminar às entrevistas.

O comandante da Companhia, Major Torres, havia informado o efetivo que viria uma pesquisadora realizar uma pesquisa que consistia em acompanhar a rotina de trabalho dos policiais e realizar entrevistas. É importante frisar que mesmo com a aprovação e também toda receptividade demonstrada pelo comandante da companhia na realização da pesquisa, em nenhum momento houve interferência do mesmo na condução e aplicação da pesquisa de campo e muito menos na seleção dos entrevistados. E de forma alguma os policiais entrevistados foram coagidos a participar do estudo. Houve policiais que se aproximaram, se interessaram pela pesquisa, mas se sentiram desconfortáveis com a necessidade de a entrevista ser gravada.

Apesar de não atuar dentro de uma unidade operacional da Brigada Militar, se buscou um esforço para manter a objetivação e distanciamento do trabalho para realizar a pesquisa com o intuito de evitar os vícios institucionais (NUMMER; FRANÇA, 2018).

Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para o Microsoft Word. A metodologia aplicada no tratamento dos dados foi a análise de conteúdo, cujo principal referencial teórico é Bardin (2009). Nessa metodologia destaca-se a categorização, a descrição e a interpretação como etapas essenciais, sendo importante frisar, igualmente, que a análise de conteúdo não deixa de ser permeada pela percepção pessoal do/a pesquisador/a.

A partir dos objetivos estabelecidos, foram analisados três conceitos principais para a seleção e organização dos discursos: trabalho, organização do trabalho e sofrimento psíquico. Durante a leitura e apreciação das entrevistas, com base nos três conceitos citados, foram selecionados os trechos, frases e ideias que trouxessem respostas pertinentes ao problema de pesquisa. Nesse processo, foram construídos três eixos (correspondendo aos três conceitos citados) e oito categorias de análise: formação, risco e perigo, condições de trabalho, gestão e relações hierárquicas, falta de reconhecimento e insatisfação, fontes de tensão, indícios do adoecimento e estigma. A busca pelas categorias alinha-se à concepção de Moraes (1999), que as considera como representação do esforço de síntese de uma comunicação, em que são destacados os aspectos (eixos) mais importantes.

Para atingir os objetivos propostos, os capítulos da Dissertação de Mestrado estão estruturados conforme segue. A Introdução, já apresentada, traz o tema, os objetivos e questões de pesquisa, a revisão bibliográfica, a justificativa e os procedimentos metodológicos. O capítulo dois trata do referencial teórico embasado nos conceitos de trabalho, organização do trabalho e sofrimento psíquico, que representam os três principais eixos do estudo. O terceiro capítulo contextualiza o universo empírico, abordando a Polícia Militar dentro de uma perspectiva primeiramente histórica e depois organizacional. No quarto capítulo são analisados os conteúdos das informações produzidas na pesquisa primária, a partir do detalhamento e interpretação dos eixos e categorias analíticas. Por fim, traz-se a conclusão, onde os principais achados são retomados e se prospectam futuros caminhos investigativos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico utilizado nesta Dissertação de Mestrado articula três conceitos, a seguir examinados, os quais permitem delimitar o objeto empírico: trabalho, organização do trabalho e sofrimento psíquico. Busca-se, também, relacionar essa combinação de termos com o ofício de polícia e a identidade policial.

### 2.1 O Trabalho

O trabalho é um dos direitos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e, no cenário brasileiro, está positivada na Constituição Federal. Conforme Albornoz (2002, p. 24), “o indivíduo moderno encontra dificuldade em dar sentido à sua vida se não for pelo trabalho”. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu vigésimo terceiro artigo, o trabalho é descrito como um direito que necessita estar cercado de determinadas garantias a fim de que seja justo e digno:

1. Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.
3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com [sic] a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social.
4. Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses. (Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH, 1948).

Ainda, segundo Albornoz (2002), a palavra trabalho também possui significados distintos e até opostos, em alguns casos. Pode conotar dor, tortura, aflição, mas também pode trazer prazer, satisfação e reconhecimento social. Num país como o Brasil, marcado pela escravidão que perdurou por mais de trezentos anos, o trabalho apresenta este olhar dúbio.

Às vezes, carregado de emoção, lembra dor, tortura, suor do rosto, fadiga. Noutras, mais que aflição e fardo, designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. É o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos, e com esses, todo um novo universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas [...]. Em português, apesar de haver labor e trabalho, é possível achar na mesma palavra trabalho

ambas as significações: a de realizar uma obra que te expresse, que dê reconhecimento social e permaneça além da tua vida; e a de esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, de resultado consumível e incômodo inevitável. (ALBORNOZ, 2002, p. 8-9).

Já Giddens (2012) afirma que o trabalho envolve a execução de tarefas com esforço físico ou mental, com remuneração ou não, com o objetivo de atender as necessidades básicas do ser humano.

Uma ocupação, ou um emprego, é o trabalho feito em troca de um salário ou um pagamento regular. Em todas as culturas, o trabalho é a base da economia. O sistema econômico consiste em instituições que propiciam a produção e distribuição de bens e serviços. (GIDDENS, 2012, p. 627)

Conforme Offe (1989) os fundadores da sociologia clássica - Marx, Weber e Durkheim – debruçaram-se sobre a categoria trabalho e trouxeram grandes contribuições teóricas, a partir da centralidade do mundo do trabalho na sociedade moderna.

Durkheim (1960 *apud* OFFE, 1989, p. 7) fala do trabalho menos em uma perspectiva econômica do que moral: “[...] uma sociedade burguesa ordenada em termos corporativos, na qual a divisão de trabalho funcionava como uma nova fonte de solidariedade social (orgânica) e integração social”. Durkheim buscou analisar a divisão do trabalho social na modernidade através do papel que exerce na sociedade. Uma sociedade baseada na diferenciação, conforme esclarece Sell (2014, p. 88):

A solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica são diferentes estratégias de integração dos indivíduos nos grupos ou nas instituições sociais. Na primeira, a regulação moral das condutas sociais decorre das normas contidas na consciência coletiva. Na segunda, a moralidade social emana da própria divisão do trabalho, na medida em que ela valoriza a contribuição de cada indivíduo no processo de cooperação social.

Assim, na perspectiva durkheimiana o trabalho configura-se de duas maneiras: aquela da solidariedade mecânica – na qual os semelhantes trabalham para poder sobreviver coletivamente, mas podem ser intercambiáveis nessas tarefas por terem conhecimentos semelhantes – e aquele da solidariedade orgânica, no qual o trabalho mostra-se como um laço de solidariedade devido à dependência que se estabelece por existir uma variedade de especialidades diferentes.

A diferença dos indivíduos entre si, dentro da solidariedade orgânica, poderia induzi-los a um atomismo ou a um estado de anomia, visto que não existiriam regras

compartilhadas que garantissem a coesão da coletividade. Daí a existência e a necessidade do trabalho especializado frente à interdependência entre os indivíduos e à complementaridade das ocupações, gerando um processo de conexão como salienta Offe (1989).

Já para Marx (*apud* OFFE, 1989) o conceito de trabalho nasce diretamente da economia:

Em Marx há uma óbvia razão teórico-estratégica para contrastar estes elementos por meio da distinção conceitual entre os processos de "produção" e de "valorização". Esta distinção permite a construção de um cenário evolutivo, no qual cada processo é incompatível com o outro; a racionalidade econômica das unidades concorrentes de capital transforma-se em uma "peia" para as forças produtivas "técnicas". Este antagonismo dissolve-se na luta por uma formação social na qual prevalece a racionalidade técnica (mas não mais a racionalidade econômica) do capital. Para o marxismo clássico, sistemas e relações sociais, políticas e culturais são produtos (não obstante a disposição teórica para levar em consideração os "efeitos recíprocos") e, em última instância, apêndices dependentes da produção material e suas duas faces - os processos de "produção" e de "valorização". (OFFE, 1989, p. 9).

Nos estudos marxianos, o trabalho envolve principalmente a relação do homem com a natureza e a transformação que se estabelece a partir desse contato, bem como a relação com os outros homens no próprio processo de trabalho (SELL, 2014).

O ser humano, para sobreviver, precisa produzir os bens necessários para a satisfação de suas necessidades. É através do trabalho que o homem transforma a natureza e reproduz sua existência. (SELL, 2014, p. 51).

Na opinião de Sell (2014), ao analisar a sociedade moderna Marx ateu-se à questão econômica, tecendo várias críticas ao modo de produção capitalista, que se consolidou marcado por relações de exploração e alienação. Neste sistema econômico o trabalho aplicado na matéria-prima passa a servir para produzir uma mercadoria que gera o lucro para a burguesia por meio da exploração da força de trabalho do proletariado.

Weber (2004, *apud* SELL, 2014), em seus estudos no âmbito da economia e no mundo do trabalho, teve como grande tema o capitalismo moderno e o processo de racionalização da conduta de vida, da qual ele é expressão. A racionalização é o que explica o aumento da eficiência e o desenvolvimento do capitalismo moderno no Ocidente como ação e justificativa.

Ao estudar o protestantismo e a sua relação com o capitalismo que resultou na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Weber (*apud* SELL, 2014) percebeu o quanto a categoria trabalho era valorizada, algo capaz de tornar um indivíduo mais digno, pois ter uma vida dedicada ao trabalho era visto como algo louvável que conduziria à salvação espiritual. Entendendo desta forma que o protestantismo foi um impulsionador da expansão do capitalismo no mundo ocidental através da ética protestante com seus códigos de conduta para uma vida ideal baseados numa vida regrada, dedicada ao trabalho, sem luxo, evitando o ócio e o consumo exacerbado, focando na acumulação dos ganhos.

Mas, ao analisar a forma racionalizada com que a vida moderna se estruturava, Weber (1967, *apud* SELL, 2014) acabou constatando que este caminho levaria à perda de sentido da vida e da liberdade.

Weber entendia que a marca fundamental da modernidade era a emergência de uma forma específica de racionalismo: o racionalismo da dominação do mundo. Para ele, a cultura ocidental que se encarna em instituições como o mercado capitalista, a burocracia estatal, o direito e a ciência, é resultado de um amplo processo de racionalização que, por um lado, aumenta a eficiência e produtividade, mas, ao mesmo tempo, carrega a possibilidade da perda da liberdade e do sentido da vida. (SELL, 2014, p. 107).

Após a análise da visão dos sociólogos clássicos sobre o tema, incorporada nesta dissertação por meio da perspectiva de alguns de seus comentadores, trazemos o conceito de trabalho do *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*, como sendo,

[...] atividade vital que assegura a satisfação das necessidades de produção e reprodução de qualquer agrupamento humano, é uma prática universal e uma realização social que define múltiplos condicionamentos e possibilidades. Sua concretude, materializada distintamente em cada contexto histórico, pode se configurar em relações sociais marcadas, por um lado, pelos efeitos de poder, pela dominação e pela exploração, possuindo valorações simbólicas negativas e formando uma complexa trama de fios contraditoriamente urdidos. Por outro lado, pode expressar coesão, consentimento e prazer com a criação de uma obra coletiva, com vistas à superação dos limites impostos pela natureza. (CATTANI; HOLZMANN, 2011, p. 7).

Cattani e Holzmann (2011) também ressaltam que, até antes da metade do século XX, todo aparato legal e de direitos sociais que protegia o trabalho foi sendo desmantelado como parte das estratégias da reestruturação produtiva, do reflexo da globalização financeira e das privatizações do patrimônio público. Surgiram outras

modalidades de inserção na esfera produtiva (trabalhadores por conta própria, em tempo parcial, com contratos temporários, etc.), formas fragilizadas que, de certa maneira, sustentam a tese da crise do mundo do trabalho e da perda da sua centralidade na vida dos indivíduos.

Para Antunes (2011, p. 433), o trabalho pode ser definido “como o exercício de uma atividade vital, capaz de plasmar a própria produção e a reprodução da humanidade, uma vez que é o ato responsável pela criação dos bens materiais e simbólicos socialmente necessários para a sobrevivência da sociedade”.

Já Cotanda (2011) afirma que, apesar das mudanças no mundo do trabalho, o mesmo permanece ocupando um espaço importante na formação das sociedades modernas, enquanto elemento constitutivo de nossas subjetividades, identidades e vínculos sociais. O trabalho manifesta-se de forma heterogênea e funciona como parâmetro de qualidade de vida das populações, bem como expressa relações de poder e uma cultura de valores que se modificam no tempo e no espaço.

Sobre a dimensão ética do trabalho, Nardi (2011, p.176) coloca que o trabalho também possui um caráter moral como algo característico da Modernidade.

[...] dentre as múltiplas possibilidades de definição contemporâneas, optamos por conceituar ética como a prática reflexiva (na forma aristotélica) na busca da “boa vida” e moral como o código de regras (de tipo kantiano) de obediência a um princípio superior e universal (imperativo categórico) no sentido de um “deve ser”.

Nardi (2011) observa que a ética do trabalho na modernidade foi sendo sedimentada a partir dos princípios definidos por Weber (1992), onde prevalece: o ideário do sucesso individual, a capacidade de adiar momentos de prazer para acumular dinheiro, a aceitação em trabalhar de forma disciplinada independentemente das condições, a obediência, a centralidade do trabalho na vida do indivíduo como algo valoroso. Com as transformações do capitalismo as formas de dominação também se alteram.

Já no Brasil, Nardi (2011) aponta que os princípios relacionados com o trabalho foram construídos de forma distinta, devido à escravidão. O trabalho foi visto como algo penoso, e o trabalhador brasileiro como alguém que não gosta de trabalhar, que faz corpo mole, que é vadio e indisciplinado. Ao longo do mandato do presidente Vargas, essa imagem foi sendo aos poucos modificada pelo Estado, em decorrência



da consolidação dos direitos trabalhistas, que foram agregando um valor positivo ao trabalho.

Conforme De Toni (2011), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou uma agenda baseada no conceito de trabalho decente com o objetivo de promover o acesso ao emprego produtivo, com igualdade de oportunidades, direitos e proteção social. Trata-se de uma estratégia frente às desigualdades existentes no mundo do trabalho, pois o trabalho assalariado não se universalizou e apresenta características heterogêneas nas formas de inserção laboral, nos rendimentos, nas jornadas de trabalho e nas condições de trabalho.

Antunes (2011) salienta que o trabalho assalariado formal vem se limitando enquanto que avança “a ampliação de um processo de precarização estrutural do trabalho em escala global, presente nos trabalhos informal, temporário, infantil, imigrante, escravo e semiescravo, além do aumento estrutural do desemprego” (ANTUNES, 2011, p. 437).

Sennett (1999), em sua obra *A corrosão do caráter*, relata que as mudanças no mundo do trabalho não interferem apenas nos processos e nas relações de trabalho, mas também nos valores que antes se faziam presentes. Segundo ele, no novo capitalismo flexível não existe espaço para solidariedade e confiança. A ânsia pelos resultados está gerando uma sociedade impaciente e concentrada apenas no momento imediato, onde se vende a ideia de que ninguém precisa e nem depende de ninguém; e onde as pessoas são descartadas com muita facilidade. Além disso, a substituição da rotina burocrática pela flexibilidade no trabalho não foi acompanhada pela liberdade e pela emancipação do indivíduo, mas sim pela elaboração de novas formas de dominação.

São esses valores amorais, segundo o autor (SENNETT, 1999), que contribuem para corroer o caráter humano. Assim, podemos descrever que, em sociedades industriais onde capitalismo se faz presente, os efeitos de suas crises e transformações no mundo do trabalho vão desde o reforço no individualismo, da competição, da perda dos laços sociais, da ideia de imediatismo, do instantâneo, à sensação de instabilidade constante, à dificuldade de se pensar num futuro a longo prazo e à perda de sentido no trabalho. Somando esses predicados, encontramos uma sociedade narcisista, egocêntrica e injusta, salienta o citado autor.

Pioli (2010/2011) refere que o trabalho se constitui em elemento-chave da identidade social, possuindo significações que vão além da simples venda da força de

trabalho por salário e que abrangem a perspectiva de um plano de vida idealizado, permeado por visibilidade, pertencimento, reconhecimento social, e acesso a direitos sociais e ao consumo. Afirma também que “À medida que o trabalho assume, cada vez mais, a centralidade na vida do indivíduo, o pertencimento a um grupo, no qual possa demonstrar sua capacidade de criação e realização, torna-se crucial” (PIOLI, 2010/2011, p. 176).

Nesta seção o trabalho foi abordado por vários ângulos e olhares, certificando que mudanças importantes têm ocorrido ao longo do tempo, mas que ele se mantém como fonte de satisfação das necessidades básicas, dá sentido à vida, cria o sentimento de pertencimento. Por outro lado, ele gera exploração, perda de sentido, e, muitas vezes, é realizado sob condições indignas, principalmente em sociedades com grande desigualdade social. Além das características do trabalho, o que será decisivo é a estrutura organizacional em que este trabalho irá ser desempenhado contribuindo para produzir saúde ou adoecimento.

## **2.2 A Organização do trabalho**

Não existe uma definição exata do conceito de Organização do Trabalho, sendo que as áreas que mais se detiveram em estudar a organização do trabalho são: Administração, Ergonomia, Psicologia e Sociologia entre outras. Em termos genéricos, a organização do trabalho refere-se à forma como o trabalho é organizado e gerenciado, englobando elementos técnicos e sociais.

Costa (2011) apresenta a noção como sendo os modos e as formas como o trabalho é dividido em tarefas e é prescrito para ser executado por trabalhadores, separados por hierarquias, dentro de uma empresa ou de uma instituição.

[...] os modos organizacionais vão facilitar ou dificultar a execução do trabalho, interferindo de maneira importante na qualidade das relações que se estabelecem entre os indivíduos no ambiente laboral e, por extensão, na qualidade de vida. (COSTA, 2011, p. 474).

Assim, a organização do trabalho compreende o conteúdo do trabalho, a divisão do trabalho, as condições (ambiente físico, químico, biológico) onde o trabalho é desenvolvido, a hierarquia existente, o controle, a gestão, etc.

Dejours (1992), dentro da psicodinâmica do trabalho, esclarece as principais dimensões que caracterizam o que se entende por organização do trabalho: a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa, o sistema hierárquico, as modalidades de comando

e as relações de poder. Para o autor a possibilidade de sofrimento no trabalho está intimamente ligada ao grau de rigidez da organização: “[...] quanto mais a organização do trabalho é rígida, mais a divisão do trabalho é acentuada, menor é o conteúdo significativo do trabalho e menores são as possibilidades de mudá-lo. Correlativamente, o sofrimento aumenta.” (DEJOURS, 1992, p.52). Neste sentido,

Para transformar um trabalho fatigante em um trabalho equilibrante precisa-se flexibilizar a organização do trabalho, de modo a deixar maior liberdade ao trabalhador para rearranjar seu modo operatório e para encontrar os gestos que são capazes de lhe fornecer prazer, isto é, uma expansão ou diminuição de sua carga psíquica de trabalho. (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 1994, p.32).

Anjos (2013), ao examinar a organização do trabalho, argumenta que uma forma padronizada de se trabalhar conseqüentemente dita uma forma padronizada de se viver, ou seja, os modos de trabalhar influenciam os modos de se viver, não há como separá-las.

As pessoas cotidianamente vivem no mundo do trabalho. É lá que se passa a maior parte do tempo acordado. A organização do trabalho afeta a vida dos trabalhadores, influenciando - quando não determinando - o horário de acordar, de sair, a forma de se vestir, de falar, de se comportar, de pensar, de sentir. Ela se apropria não apenas do tempo e dos movimentos dos trabalhadores, mas também da subjetividade. (ANJOS, 2013, p. 270).

Esta reflexão nos remete à organização do trabalho na Brigada Militar que possui características distintas de outras instituições. De acordo com Schabbach (2015), a organização policial (seja a militar, seja a civil) carrega aspectos culturais e valores que interferem na atuação profissional. Assim, a organização do trabalho e a hierarquia que a constitui reforçam uma cultura institucional balizada pelo uso da violência como instrumento de atuação. Para a autora, a internalização pelos ingressantes dos elementos desta “cultura policial” envolve aspectos como: desconfiança para com os não-policiais, forte vinculação e solidariedade à categoria profissional, conservadorismo moral e político, senso de autoridade e de “missão” em relação ao trabalho. Tais elementos são de tal forma internalizados que acabam “por fazer com que o policial atue sem necessariamente ter consciência dos princípios orientadores de sua conduta.” (SCHABBACH, 2015, p.165).

As concepções que estruturam o trabalho policial são, portanto, construídas socialmente e, ao mesmo tempo, reproduzidas e fortalecidas pela própria organização

do trabalho na instituição. Como afirma Barcellos (1999) a Brigada Militar pertence à administração direta do Estado tendo como função a realização das atividades de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, com estrutura e regime jurídico militar, “pautados pelos princípios da hierarquia e disciplina, que a distingue totalmente de outros entes ou órgãos públicos existentes no Estado” (BARCELLOS, 1999, p. 25). Para este autor, quando o aluno-soldado ingressa no curso de formação passa por todo um processo de adaptação à vida militar “toma contato de forma massiva com a estrutura, a linguagem, a cultura e o cotidiano de uma instituição fechada”. (BARCELLOS, 1999, p. 23).

Nummer (2005), ao pesquisar a formação dos alunos soldados na Brigada Militar nos apresenta o quão importante é para estes sujeitos esse processo de entrada e socialização que gera pertencimento por meio dos ensinamentos e da incorporação dos valores da corporação.

Tornar-se policial militar envolve um trabalho de pertencimento social a uma corporação que é cotidianamente inculcado nos sujeitos. Todos devem ser gradativamente socializados à vida policial militar e, em grande medida, “distanciados” de classificações da vida civil não compatíveis com ela. (NUMMER, 2005, p. 45).

Essa incorporação de valores vai se refletir numa nova identidade que passa a ser forjada a partir da visão, dos valores e do espírito de corpo que a instituição transmite no curso de formação e ao longo da atuação profissional, onde as identidades civil e militar se fundam ou se chocam (NUMMER, 2005).

Como já referido anteriormente, a Brigada Militar possui uma organização de trabalho rígida, com divisão entre praças (soldados e sargentos) e oficiais (tenentes, capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis). Os primeiros são responsáveis pela atividade fim (policiamento ostensivo) e os segundos pelo “trabalho pensante” (gerenciamento e comando), demonstrando uma separação entre quem planeja e quem executa, um controle excessivo e uma hierarquia rígida. Quem é responsável pela atividade fim possui menor autonomia no exercício das atividades, e sempre estará subordinado às ordens superiores.

Segundo Barcellos (1999), no Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul está presente o sistema de punições e recompensas; como em outras instituições militares, as punições variam da simples advertência verbal até o afastamento do trabalho. O sistema de recompensas

apresenta: dispensas, elogios, concessões de medalhas e promoções por atos de bravura. Há situações em que o policial militar pode sofrer alguma medida disciplinar como: penalidades relativas a atraso, ausências, trabalho considerado mal feito, descumprimento de ordem, mal uniformizado, entre outras. O autor ressalta que a aplicabilidade das punições varia de acordo com a interpretação da autoridade que detém o poder sobre o agente.

Os princípios básicos e formais de reprodução da hierarquia dentro da polícia militar são a antiguidade no posto e promoção por mérito. A busca por ascensão é concorrida entre os profissionais justamente por poucos serem contemplados, o que também gera ansiedade e frustração. Sabe-se também que o julgamento passa por preferências pessoais das autoridades, já que um dos itens avaliados além da antiguidade se refere ao merecimento, algo que pode variar de acordo com a avaliação de cada chefia.

Amador (1999) apresenta, de forma sucinta, as ambiguidades intrínsecas ao trabalho policial.

[...] a complexidade do ofício policial, pela ambiguidade que o caracteriza e que se expressa, especialmente, por dois aspectos: em primeiro lugar, porque a polícia exerce um ofício que tem suas origens assentadas na edificação do Estado Moderno, articuladas às noções de governabilidade e controle social, exercendo uma prática situada numa linha divisória entre a sustentação do Estado-Nação e a proteção da população; em segundo lugar, porque a tarefa de policial efetiva-se na vida cotidiana, a fim de conter as emoções e, principalmente, as expressões de violência por parte das populações que têm sua liberdade delimitada, entre outras instâncias, pela possibilidade da violência legal, exercida pela polícia. Sendo assim, a ação policial se dirige ao mesmo tempo que para os homens, também sobre os homens. (AMADOR, 1999, p. 47).

Ao analisarmos o conceito de organização do trabalho e as principais características da estrutura organizacional da Brigada Militar nessa seção reforça-se a importância de um olhar voltado sobre os impactos que a organização do trabalho pode acarretar na saúde mental destes trabalhadores já que a mesma encontra-se estruturada de forma rigidamente hierarquizada, com unidades de comando verticalizado, onde há pouca autonomia aos baixos escalões além de condições adversas para o desempenho das atividades. Ao encerrarmos este subcapítulo partimos para o conceito de sofrimento psíquico.

### 2.3 O sofrimento psíquico

Ao longo desta Dissertação de Mestrado discute-se o quanto o trabalho pode estar implicado no desencadeamento de sofrimento psíquico de trabalhadores, conforme o modelo de organização do trabalho e as condições em que é desempenhada a atividade laboral. O conceito de sofrimento psíquico abrange também o conceito de sofrimento mental, desgaste mental, adoecimento mental, desembocando nos transtornos mentais. Conforme a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS):

Os determinantes da saúde mental e transtornos mentais incluem não apenas atributos individuais, como a capacidade de administrar os pensamentos, as emoções, os comportamentos e as interações com os outros, mas também os fatores sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais, como as políticas nacionais, a proteção social, padrões de vida, as condições de trabalho e o apoio comunitário. Estresse, genética, nutrição, infecções perinatais e exposição a perigos ambientais também são fatores que contribuem para os transtornos mentais. (OPAS).<sup>5</sup>

Assim, compreende-se que o sofrimento mental e os transtornos mentais não se detêm apenas nos determinantes biológicos, expandindo-se para o campo psicológico e social. Ou, como afirma Seligmann-Silva (2011, p. 36): “Não existe adoecimento mental que se constitua isoladamente do corpo e das interrelações humanas”.

Para Lacman e Sznelwar (2004), o trabalho implica sempre um confronto com o real frente aos conhecimentos e as diferentes formas de saber-fazer.

Este confronto é gerador de sofrimento, um sofrimento que se torna patogênico - comprometendo a saúde – quando o confronto se torna intransponível e leva a repetição constante dos mesmos problemas, dos mesmos fracassos, tornando-se insuportável. (LACMAN; SZNELWAR, 2004, p. 304).

O Manual de Doenças Relacionadas ao Trabalho (BRASIL, 2001) apresenta a estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) de que os transtornos mentais menores acometem cerca de 30% dos trabalhadores, e os transtornos mentais graves cerca de 5 a 10%, decorrentes de fatores relativos à organização do trabalho como: a

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/transtornos-mentais>.

divisão e parcelamento das tarefas, as políticas de gerenciamento das pessoas e a estrutura hierárquica organizacional.

No cotidiano de trabalho surgem dilemas pessoais que evidenciam parte dos desdobramentos vividos entre o trabalhador e o ambiente laboral, os quais podem implicar em tensão e em sofrimento psíquico. Conforme Merlo (2011, p. 133), a doença do trabalho corresponde à:

[...] toda patologia na qual o trabalho é o responsável principal ou tem um papel preponderante no seu aparecimento, ainda que exista no indivíduo alguma disfunção patológica prévia. Os agravos à saúde no trabalho vão desde o acidente súbito, até o leve distúrbio psíquico ou mesmo o pré-patológico sofrimento psíquico ligado ao trabalho, tal como conceituado pela Psicodinâmica do Trabalho. Quando se pensa em trabalho, habitualmente os aspectos econômicos e sociais nele envolvidos são os mais visíveis. Porém, o trabalho pode, também, ser fonte de sofrimento e adoecimento.

Merlo (2011) ressalta que não existe um consenso sobre o que é uma patologia do trabalho – definida por diagnóstico médico – e o que os órgãos legais definem nas legislações referentes ao trabalho.

A partir deste ponto destaca-se a contribuição da psicodinâmica do trabalho<sup>6</sup>, tendo como principal expoente Christophe Dejours (1992), para se analisar a relação entre organização do trabalho e sofrimento mental.

Para Dejours (1994), o sofrimento é uma luta entre o funcionamento psíquico e os mecanismos de defesa diante de pressões organizacionais desestabilizantes. No meio dessa luta é que o sofrimento pode vir a surgir, provocando experiências dolorosas, permeadas por sentimentos de angústia, de medo, de vergonha, de humilhação e de insegurança. O autor busca compreender as consequências das organizações e dos modelos de gestão do trabalho sobre o aparelho psíquico. A psicodinâmica do trabalho também utiliza os conceitos de trabalho prescrito (aquilo que foi determinado) e de trabalho real (aquilo que é realmente executado).

A forma de que se reveste o sofrimento varia com o tipo de organização do trabalho. Trabalho repetitivo cria uma insatisfação, cujas consequências não se limitam a um desgosto particular. Ela é de certa forma uma porta de entrada para a doença, e uma encruzilhada que se abre para as descompensações mentais ou doenças somáticas, em virtude de regras que foram, em grande parte,

---

<sup>6</sup> Disciplina que propõe a análise das dimensões do trabalho por meio de categorias da psicanálise, partindo do princípio de que o trabalho pode produzir tanto o prazer quanto o sofrimento.

elucidadas. As tarefas perigosas, executadas na maioria das vezes em grupo, dão origem a um medo específico. Contra a angústia do trabalho, assim como contra a insatisfação, os operários elaboram estratégias defensivas, de maneira que o sofrimento não é imediatamente identificável. Assim disfarçado ou mascarado, o sofrimento só pode ser revelado através de uma capa própria a cada profissão, que constitui de certa forma sua sintomatologia. (DEJOURS, 1992, p. 133-134).

O autor (DEJOURS, 1992) afirma que muitos trabalhadores não chegam a adoecer devido às estratégias defensivas que podem ser coletivas ou individuais, como forma de se protegerem diante de condições de trabalho precárias e adoecedoras. Ele ressalta que o sofrimento começa quando a relação trabalhador e organização do trabalho está bloqueada, quando o sujeito utilizou toda a capacidade intelectual, emocional, de aprendizagem e de adaptação.

As estratégias de defesa são recursos construídos pelos trabalhadores de maneira individual ou coletiva com o intuito de diminuir o sofrimento no trabalho, que funciona como uma proteção, um bloqueio para evitar o sofrimento. Como por exemplo: a negação do medo, o enfrentamento do perigo sem avaliar os riscos de acidentes em profissões como a de um policial.

Quando um trabalhador usou de tudo de que dispunha de saber e de poder na organização do trabalho e quando ele não pode mais mudar de tarefa: isto é, quando foram esgotados os meios de defesa contra a exigência física. Não são tanto as exigências mentais ou psíquicas do trabalho que fazem surgir o sofrimento (se bem que este fator seja evidentemente importante quanto à impossibilidade de toda a evolução em direção ao seu alívio). A certeza de que o nível atingido de insatisfação não pode mais diminuir marca o começo do sofrimento. (DEJOURS, 1992, p. 52).

Em específico, a polícia militar é marcada por uma organização de trabalho bastante rígida, que pode trazer prejuízo à saúde mental dos agentes, caso não consigam se adaptar a esta estrutura, bem como ao não encontrarem, individual e coletivamente, formas de defesa.

Para enfrentar esse problema, Dejours, Abdoucheli e Jayet (1994, p. 32) sugerem que:

[...] para transformar um trabalho fatigante em trabalho equilibrante precisa-se flexibilizar a organização do trabalho, de modo a deixar maior liberdade ao trabalhador para rearranjar seu modo operatório e para encontrar os gestos que são capazes de lhe fornecer prazer, isto é, uma expansão ou diminuição de sua carga psíquica de trabalho.



Relacionado a discussão teórica sobre trabalho e sofrimento psíquico com as especificidades organizacionais e da identidade profissional policial, destacaremos, a seguir, a contribuição de pesquisadores brasileiros que se debruçaram sobre o tema da polícia.

Porto (2019), em pesquisa realizada no Distrito Federal com policiais civis e militares, buscou refletir sobre as relações entre identidade profissional e práticas policiais para compreender as relações entre polícia e sociedade. A autora sugere que “[...] a forma como o policial supõe ser representado pela sociedade pode condicionar a forma como ele se relaciona com ela”. (PORTO, 2019, p. 171). Em sua pesquisa, 11% dos policiais militares e 8% dos civis afirmaram que a sociedade os vê como um mal necessário, e 3% dos primeiros (e nenhum policial civil) acredita que a sociedade os veja como ameaça. Sem ser generalista isso já nos apresenta uma pequena dimensão do que circula no imaginário social sobre a polícia, sendo que ela própria faz parte da sociedade. A autora também afirma:

A ausência de confiança seria substituída por situações de pessimismo, pânico, bloqueios no processo de constituição da identidade. Ao policial da rua, submetido à imprevisibilidade, convivendo diariamente com o medo e o perigo sem o contraponto da confiança, restaria o pior dos mundos: a violência, como reação impensada, não prevista nem desejada e a deterioração das condições de existência do policial. O autorreconhecimento negativo, produtor e produto desse contexto, levando à constituição de identidades submissas, subalternas, deterioradas mesmo, em resposta ao que o policial supõe que os comandos e a sociedade esperam dele. (PORTO, 2019, p.190).

Uma identidade conflitiva, e até mesmo deteriorada, também pode contribuir para uma atuação profissional inadequada, incompetente e sem nenhum respeito aos direitos humanos. Desta forma, o ataque vira uma defesa.

Stress que é resultante de situações de insegurança e até mesmo de medo, que é uma leitura possível de inúmeros testemunhos atestando que a condição de policial fez do indivíduo alguém desconfiado, que constantemente atento desacredita de tudo e de todos, o que leva a uma atuação sob pressão. A imagem bem poderia ser a de uma faca de dois gumes a se tornar cada dia mais afiada: a sociedade não confia na polícia, esta falta de confiança gera sensação de insegurança, que provoca tensões e uma busca por autoproteção, na forma de mais armamento, segurança privada e demanda por uma polícia reativa, ágil, que transmita esta confiança. Da parte da polícia, responder a tais anseios da sociedade acaba por ser uma possibilidade (mais inconsciente do que consciente) e mais do que isto

uma necessidade de construir para si uma imagem afirmativa: na medida em que o autorreconhecimento é condição para o reconhecimento social, esta construção pode, eventualmente, fazer uso de múltiplos recursos, inclusive (e de novo, muito provavelmente de modo inconsciente) de práticas de violência para encurtar o longo caminho até o reconhecimento social. (PORTO, 2019, p. 195).

Assim, ao refletirmos sobre as afirmações de Porto (2019), podemos pensar que uma identidade permeada pela descrença, desconfiança, baixo reconhecimento e, ao mesmo tempo, submetida à uma pressão social constante, pode contribuir para o uso abusivo da força.

Kant de Lima (2007) apresenta outras questões a serem discutidas sobre a atuação policial, ao relatar um episódio de um policial que enfrentou assaltantes sozinho, fora do horário de serviço, na zona sul do Rio de Janeiro, acabando por matar dois à queima roupa. O autor lamentou a postura do policial que arriscou a vida sozinho, estava em desvantagem e não solicitou cobertura. Durante um curso houve manifestação dos alunos oficiais da polícia sobre o ocorrido, que expressaram que se aprende o procedimento correto nos cursos de formação profissional, mas no calor da emoção, ou seja, no exercício concreto do ofício de polícia, as reações e os desdobramentos são outros.

Por outro lado, essa ideia de que a polícia deve ser heróica e que o confronto mano a mano é que é o modelo ideal do trabalho policial deixa de levar em consideração exatamente aquilo que é a superioridade do Estado: a sua política de proteção à população de maneira geral, o que inclui, certamente, policiais e transgressores, mas também transeuntes, inclusive crianças e seus acompanhantes. Se esta política fosse claramente definida, impediria qualquer tiroteio, não só em praça pública da zona sul do Rio de Janeiro, como em qualquer outro espaço da cidade, eleita como o espaço público por definição, que cabe à polícia administrar em ordem. A discussão se encerrou por aí, tendo eu usado esse caso como exemplo durante as demais unidades do curso. Não tenho a pretensão de ter convencido ninguém, mas certamente não ouvi mais argumentos que pudessem justificar a postura do policial “herói”. (KANT DE LIMA, 2007, p.75).

Devemos nos questionar o porquê desta postura heróica, mas também ambígua, pois podemos afirmar que foi também um extermínio, a exemplo do caso ocorrido em Porto Alegre, na frente do Hospital Cristo Redentor, em 2016<sup>7</sup> onde uma perseguição acabou virando em um tiroteio à luz do dia. Este fato gerou uma

---

<sup>7</sup> Reportagem disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/04/tiroteio-tem-mortos-e-pms-feridos-em-frente-hospital-de-porto-alegre.html>.

discussão pública<sup>8</sup>, pois o desfecho foi de quatro criminosos mortos. Os policiais envolvidos na ocorrência foram condecorados.

Ao discutirmos a questão da violência policial e da imagem que a sociedade tem da polícia não podemos esquecer a mídia. São os meios de comunicação que levam até nossas casas as notícias que, diariamente, estão recheadas de situações de violência as mais variadas possíveis, levando, muitas vezes, as pessoas a se sentirem inseguras diante de uma sensação de caos social e a exigir maior rigor na atuação policial. Isto pode incentivar a atuação policial truculenta e o clamor social por maior punição.

[...] alguma manifestação brutal de violência provoca estados de choque e/ou de comoção popular, reaviva-se o debate entre barbárie e civilização, com reivindicações em termos de solução. Nesses contextos, é comum o Estado responder na forma de algum plano emergencial, aí incluídas desde promessas de aumentos no repasse de recursos financeiros (condicionados a contrapartidas em termos de um efetivo plano de metas, práticas e ações específicas para redução da violência), até a proposta de mudanças que requerem a interferência no processo legislativo, com a produção de novas leis e/ou do aumento ou endurecimento das penas existentes, em uma espécie de lógica legiferante, que atribui os problemas à insuficiência de leis e as soluções à prevalência de um Estado punitivo. São medidas que visam a intervir atestando a eficácia da atuação policial e anestesiando o clima de medo e insegurança que, nesses contextos, toma conta da população. Medidas necessárias, algumas delas, mas insuficientes, se tomadas isoladamente. (PORTO, 2009, p. 220).

Nesses momentos todos os olhos se voltam para a segurança pública, exigindo que o poder público tome medidas para aumentar o controle da violência. Fala-se em aumentar o efetivo policial, compra de mais equipamentos, mas sabemos que não haverá um policial em cada esquina, são também necessárias ações de promoção social e proteção social, via políticas públicas intersetoriais.

Portanto, como afirma Porto (2009), nesse momento parece se formar uma reciprocidade perversa entre sociedade civil e organizações policiais, onde a polícia assume uma postura mais repressiva com ações violentas porque entende que é isto que a sociedade espera dela.

Essa lógica, não isenta de ambiguidades, faz com que a sociedade movida pelo combustível do medo e da insegurança cobre sempre mais e mais do policial: rapidez, eficiência e agilidade, fazendo dele

---

<sup>8</sup> Na época do fato muito se comentava nos corredores da Brigada Militar sobre a atuação dos colegas a grande maioria concordava com a atuação dos mesmos. Poucos expuseram discordar e questionar se não haveria outra maneira de conduzir a situação para se evitar tantas mortes.

um herói, se sua função de garantidor da ordem for por ela avaliada como bem-sucedida, ou um bandido, caso dê errado. (PORTO, 2009, p. 225).

Autores como Kant de Lima (2007) e Porto (2009) apresentam em seus estudos que essa postura ambígua da polícia somente prejudica a atuação da instituição, que ora torna os policiais heróis, ora vilões, inclusive com o apoio da mídia que apresenta e representa os fatos da forma que lhe convém, às vezes de forma favorável à polícia e em outras a condenando.

Desta forma, considerando o ambiente no qual estão inseridos, e em intrínseca relação com a atuação profissional e a construção da identidade policial militar, os eixos trabalho, organização do trabalho e sofrimento psíquico são capazes de nortear a investigação do caso específico da BM do Rio Grande do Sul. Para tanto, é necessário voltar o olhar, no próximo capítulo, para o contexto sócio-histórico que conformou a Polícia Militar brasileira e a instituição Brigada Militar, com suas particularidades regionais em termos de processos e organização do trabalho.

### 3 A POLÍCIA MILITAR NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

Este capítulo tem como objetivo apresentar sucintamente a história da configuração da polícia militar no Brasil, para, posteriormente, deter-se na consolidação da polícia militar no Rio Grande do Sul, ou seja, a Brigada Militar. A partir das leituras e revisões das referências utilizadas neste capítulo (BRETAS; ROSEMBERG, 2013; HOLLOWAY, 1997; FARIA, 2007; SODRÉ, 2010; PESAVENTO, 2014; SIMÕES, 2014 e outros) percebe-se que a polícia militar surgiu um pouco antes da polícia civil, possivelmente pelo seu nascimento estar atrelado à legitimação do exército. Antes do século XIX existem poucas informações sobre a constituição da polícia, sendo elas limitadas, fragmentadas e referentes a algumas regiões do país.

As polícias militares têm a função constitucional de fazer o policiamento ostensivo, repressivo e preventivo nos estados brasileiros. A Constituição Federal de 1988 define como uma das atribuições da polícia militar atuar, também, como polícia auxiliar do exército, e, ao longo deste capítulo ficará evidente que esta foi uma das suas principais funções desde os primórdios de sua fundação no Brasil.

De acordo com Holloway (1997), a polícia é uma das instituições fundamentais na estruturação do Estado moderno. Em seu estudo sobre o surgimento da instituição policial no Rio de Janeiro, mais especificamente no século XIX, o autor descreve a polícia como aparelho estatal que controla a sociedade nos espaços públicos. Por intermédio da polícia, o Estado assumiu a tarefa de proteger a propriedade e manter sob controle os pobres no espaço urbano que se organizava. Assim, começou a exercer controle sobre o comportamento público, o que não era uma preocupação central do Estado pré-moderno. De acordo com o autor,

As instituições policiais do tipo moderno, na Europa ocidental e em áreas historicamente relacionadas, como o Brasil, surgiram durante a multifacetada transição do século XVIII para o século XIX, que coincidiu aproximadamente com a difusão da ideologia liberal entre as minorias poderosas e a aplicação de mecanismos impessoais de coerção às maiorias impotentes. (HOLLOWAY, 1997, p. 21).

Desta forma, evidencia-se que não há como analisar a história da polícia sem pensar na organização do Estado. Faz-se necessário retomar o processo de

constituição do Brasil enquanto nação que, por sua vez, acompanha o processo de formalização da polícia.

Na pretensão de abordar a conformação da instituição no próprio processo histórico brasileiro, este capítulo divide-se em três subcapítulos. O primeiro traz a origem histórica da Polícia no Brasil, que perpassa o período colonial. No subcapítulo 3.2, analisa-se a história da Brigada Militar, Polícia Militar específica do Rio Grande do Sul, que acompanha as mudanças brasileiras do Império à contemporaneidade.

### **3.1 A gênese da Polícia no Brasil: do Brasil Colônia ao Período Imperial**

As raízes da constituição da Polícia no país remontam ao período anterior ao Império, pois foi durante o Brasil Colônia, dadas as necessidades de se manter a defesa de fronteiras e a dominação territorial, tendo em vista que o Brasil era uma das colônias mais lucrativas sob o domínio de Portugal, cria-se um “exército improvisado” (SODRÉ, 2010). Sua função era, sobretudo, de policiamento dos povoados que iam se formando, além da defesa das fronteiras e da propriedade privada dos senhores, “[...] os povoadores se organizam em bandos armados, como no medievalismo, com o senhor de terras à frente” (SODRÉ, 2010, p. 34).

Um dos pioneiros no processo de comando da diretiva militar no Brasil colonial foi Tomé de Sousa, militar português e primeiro governador-geral, no período de 1549 a 1553. Expoente nesse processo, ele participou da fundação e aparelhamento da estrutura militar responsável pelo serviço de garantir operações de defesa nas regiões litorâneas para o início da povoação. Dessa maneira, forma-se um pequeno exército permanente, configurando uma organização militar “improvisada”, característica da colônia. Conforme Sodré (2010, p. 35), ela acompanha a necessidade de expansão do colonizador, que consegue, assim, “levantar engenho, ao longo da costa e à beira dos rios, cativar indígenas para as suas lavouras ou para o tráfico, proporcionar espaço para as suas criações de gado, destruir aldeamentos transitórios da indiada ou arrasar reduções jesuíticas.” Sodré (2010) também refere que no século XVIII ocorreram mudanças na atividade econômica no Brasil colônia, uma transição do domínio da produção do açúcar no Nordeste, estando centrado em Salvador, para a exploração do ouro em Minas Gerais, o que também repercute na transferência da capital para o Rio de Janeiro.

É neste período, igualmente, que surgem as ordenanças (tropas civis) e milícias (tropas militares de vassallos não pertencentes às forças regulares do exército), forças

auxiliares que não possuíam treinamento militar suficiente e nem eram remuneradas regularmente, estando vinculadas aos poderes da elite local. Já, em 1831, nasce a Guarda Nacional, substituindo as milícias e ordenanças, e que ajudaria o exército a defender as fronteiras da nação que se erguia (SIMÕES, 2014).

O marco histórico dos primeiros passos da fundação da polícia no Brasil é o da vinda da família portuguesa, em 1808. Com ela surge a Intendência Geral de Polícia<sup>9</sup>, órgão que tinha poderes judiciais e amplas tarefas administrativas, o Intendente tinha um status praticamente de Ministro da Justiça. Já a Guarda Real de Polícia era um corpo estruturado muito próximo ao exército, com função de cumprir as determinações do Intendente na manutenção da ordem pública (HOLLOWAY, 1997; FARIA, 2007; SIMÕES, 2014).

A partir disso, evidencia-se o início de uma estruturação da polícia como organismo vinculado a um poder dominante. Conforme apontam Bretas e Rosemberg (2013, p. 167):

É o momento em que a datação tradicional consagra a criação tanto da Intendência Geral de Polícia (1808) como da Guarda Real de Polícia (1809), ponto de fundação da Polícia brasileira. São os primeiros organismos públicos a carregarem em seu nome a concepção de polícia [...] a ideia de polícia comporta uma visão muito mais ampla de gestão da ordem, envolvendo tarefas que mais tarde vão ser atribuídas a outros órgãos do Estado.

Em 1809 foi criada a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, no Rio de Janeiro, cujo objetivo era zelar pela segurança e ordem pública da cidade, tendo em vista o aumento populacional e do tráfico e contrabando. Com a vinda da família real, o comércio e a circulação de pessoas e mercadorias ampliaram-se, numa cidade que estava se configurando como metrópole.

A presença da Corte no Rio de Janeiro e a abertura dos portos ampliaram o fluxo de mercadorias para essa cidade. As autoridades públicas procuraram direcionar o aparato repressivo para proteger os interesses dos grandes comerciantes e os do próprio governo, pois o contrabando traz prejuízos à arrecadação de impostos. Para motivar os funcionários envolvidos nessas ações e, provavelmente, coibir a corrupção, o decreto previa um sistema de gratificação para remunerar a todos que participassem nos casos de apreensão de contrabandos: soldados, juizes, adjuntos, escrivães e até o superintendente geral do

---

<sup>9</sup> [...] deveria se pautar nos mencionados Alvarás de 25 de junho de 1760 e de 15 de janeiro de 1780 [...] Desse modo, o intendente geral de polícia do Rio de Janeiro também estava investido de poderes judiciais e policiais. Mas, de fato, suas atribuições eram bem mais amplas que as estabelecidas nos dois alvarás (FARIA, 2007, p. 46).

contrabando [...]. E estabelecia penalidades para os soldados e oficiais que recebessem propinas ou deixassem escapar um culpado: seriam presos e submetidos a um Conselho de Guerra. Resta saber se esses mecanismos impediam ou legitimavam a corrupção. (FARIA, 2007, p. 47).

Faria (2007) também afirma que as funções da Guarda, além do controle do contrabando, abrangiam zelar pela cidade e controlar a população nos espaços públicos:

Não deviam permitir ajuntamentos, especialmente à noite, e tinham de cuidar para que “vendas, casas de café, bilhares, etc.” fechassem na hora determinada. Quem andasse pelas ruas em altas horas da noite, ao encontrar alguma patrulha, precisaria se identificar, podendo ser preso, se considerado suspeito. Em princípio, todas as pessoas podiam ser suspeitas e presas. Na prática, estudos sobre a ação policial no Rio de Janeiro confirmam a discriminação que recaía sobre os negros, escravizados ou não, objetos por excelência do controle exercido ao longo do Império e ainda hoje. (FARIA, 2007, p. 47).

A Guarda também tinha a responsabilidade de resolver os casos de incêndio, pois, foi só em 02 de julho de 1856 que Dom Pedro II instituiu o primeiro Corpo Provisório de Bombeiros da Corte, no Rio de Janeiro, através do Decreto Imperial nº 1775, onde o serviço de combate ao incêndio foi regulamentado<sup>10</sup>.

Holloway (1997) destaca a vinda da família real como marco do período imperial que permite compreender a formação da polícia civil e militar no Brasil.

Ao chegarem ao Rio em 1808, os membros da comitiva real portuguesa, que em sua grande maioria só conheciam a capital da colônia por meio de relatórios administrativos e balancetes, depararam com uma população hostil e perigosa e com o espaço público da cidade ocupado por escravos africanos como nunca tinham visto em sua pátria. Uma das instituições que eles trouxeram de Lisboa foi a Intendência Geral da Polícia, criada em 1762 como uma das reformas do absolutismo esclarecido. O gabinete do intendente no Rio de Janeiro, estabelecido em 1808 e complementado no ano seguinte com um corpo de polícia militarizada, serviu de base às demais instituições policiais da cidade. O governo respondeu ao desafio de manter sob controle os habitantes do Rio de Janeiro com um aparato repressor que cresceu na mesma medida que o problema para cuja solução fora criado. (HOLLOWAY, 1997, p. 41).

O autor frisa o quanto é evidente, desde seu princípio, a ligação entre o poder do Estado-polícia e a elite econômica. Esta reflexão também nos aponta o quanto se

---

<sup>10</sup> Informação disponível em <https://www.bombeiros.rs.gov.br/historico>.



reflete até a atualidade essa mistura, ou falta de fronteiras, muitas vezes entre o público e o privado.

Faria (2007) também reforça a ideia de que com a chegada e estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil a estrutura administrativa que existia foi ampliada e novos aparatos policiais foram criados, à imagem e semelhança do que havia em Portugal:

Era urgente cuidar do disciplinamento da cidade do Rio de Janeiro, cuja vida fora tumultuada com o inesperado aumento do contingente populacional e por todas as implicações decorrentes de sua nova condição de sede do governo português. (FARIA, 2007, p. 47).

A estrutura do sistema policial, nessa época, era empregada na repressão de comportamentos que incluíam vadiagem, mendicância, violação do toque de recolher, desacato à autoridade, insulto verbal, desordem em geral e embriaguez pública. E nos crimes como: roubo, assalto, dano à propriedade, ferimento, homicídio e ofensas correlatas. A polícia atendia “[...] da violação do toque de recolher e do desacato ao roubo e ao assassinato, embora o grau de envolvimento da hierarquia judicial e as técnicas de punição variassem de acordo com a gravidade da ofensa e a condição do ofensor”. (HOLLOWAY, 1997, p. 25).

Como já foi afirmado anteriormente, as informações anteriores aos séculos XVIII e XIX sobre a formação da polícia no Brasil são muito escassas, é necessário pensarmos também que o território nacional foi sendo ocupado nas áreas de interesse da coroa portuguesa e muitos dos pesquisadores que realizaram estudos sobre o tema se detiveram em regiões específicas, em geral distantes do Sul do Brasil. Faria (2007), em seu estudo que se deteve principalmente na região do Maranhão, corrobora a hipótese.

[...] não encontrei informações de que tenham sido tomadas medidas de caráter geral, com abrangência para todo o Brasil, determinando a criação de corpos de guardas militares ou corpos de polícia em todas as capitanias. Acredito que instituições dessas naturezas foram criadas em algumas localidades, possivelmente se espelhando nas de Portugal ou nas do Rio de Janeiro, pois é comum que o núcleo central da administração política de um império ou de um país sirva de modelo para a periferia. Minha hipótese é de que tenha havido iniciativas isoladas de governadores, capitães gerais, juntas governativas ou mesmo determinações da Coroa direcionadas especificamente a uma ou outra capitania/província ou cidade. (FARIA, 2007, p. 49).

Conforme Faria (2007), após a Independência do Brasil, em 1822, os aparatos repressivos estatais foram mantidos sem mudanças significativas. Somente em 1825, D. Pedro I ordenou a organização de corpos de polícia nas cidades de Salvador e Recife.

Faria (2007) menciona que o país vivia tendências liberais e conservadoras, no seio da organização institucional do Estado, a intensidade das revoltas (Inconfidência Mineira, Inconfidência baiana, Revolução Farroupilha) e conflitos armados que foram se formando em vários pontos do Império, alguns com a participação dos setores populares em proporções inusitadas. Nesses movimentos de montagem e remontagem do Estado nacional e falta de estabilidade, os aparatos de policiamento do país passaram por algumas redefinições, mas, mantendo a mesma orientação dos tempos coloniais. As funções de polícia continuaram sendo exercidas por grupos distintos, culminando com duas forças paralelas, a polícia militar (de origem militar, realizava o patrulhamento uniformizado nos espaços públicos) e a polícia civil (com funções administrativas e judiciárias).

Diferente de outras instituições modernas tais como a Polícia Metropolitana de Londres e o Departamento de Polícia de Nova York, criadas respectivamente em 1829 e 1845, as nossas Polícias Militares, em quase dois séculos de existência, nem sempre funcionaram como organizações policiais propriamente ditas. Mesmo levando em consideração os distintos percursos históricos das PMs de cada estado brasileiro, pode-se afirmar que, até os dias atuais, foram poucos os períodos em que, de fato, elas puderam atuar como polícias urbanas e ostensivas. Tomando de empréstimo a fala crítica dos segmentos policiais identificados como "progressistas", pode-se dizer que "as PMs foram muito mais uma corporação militar do que uma organização policial", sendo, ao longo de suas histórias particulares, mais empregadas para os fins de segurança interna e de defesa nacional, do que para as funções de segurança pública. (MUNIZ, 2001, p. 179).

Tanto Muniz (2001) como os demais autores citados neste capítulo deixam evidente que as polícias nascem como força militar, um instrumento de apoio ao exército, e esta função segue ao longo da história do país. O que depois traz consequências para a transição à sua finalidade específica de policiamento, seja devido ao distanciamento da sociedade, seja por sua imagem ligada a confrontos armados.

Após estes breves apontamentos sobre o nascimento da polícia no Brasil, nos deteremos sobre a história da Brigada Militar no Rio Grande do Sul, que nasce paralelamente à formação do Estado no sul do país.

### **3.2 A História da Brigada Militar: do Império à contemporaneidade**

A Brigada Militar, Polícia Militar do Rio Grande do Sul, passou por várias mudanças ao longo dos anos e também na nomenclatura, o que causa uma certa confusão, pois alguns nomes foram substituídos e ressurgiram em anos posteriores. O seu nome, num primeiro momento, foi Força Policial em 1837 (e novamente em 1873), seguido por Corpo Policial em 1841 (voltando a este nome em março de 1892), para se tornar Guarda Cívica em 1889 (e em junho de 1892), Brigada Policial (em junho de 1892) e, finalmente, Brigada Militar, em outubro de 1892<sup>11</sup>.

Com a Guerra do Paraguai (1864–1870), o Corpo Policial foi incorporado ao Exército Imperial. Todas essas nomenclaturas remetem a determinados contextos históricos que se entrelaçam com a história do Rio Grande do Sul.

Não descolada desse processo, pode-se considerar que a gênese da Brigada Militar se encontra nas primeiras instituições portuguesas e se mistura à própria história da fundação do Estado do Rio Grande do Sul. A mesma sofreu várias transformações desde a data de sua criação, em 18 de novembro de 1837, cuja atuação foi marcada pela participação em várias guerras com países vizinhos, na luta pela demarcação do território e em conflitos internos (PESAVENTO, 2014; SIMÕES, 2014).

No início, a sua função foi, realmente, a de atuar como força auxiliar do Exército, como em outros estados brasileiros, tendo participado da Revolução Farroupilha (1835-1845), do avanço contra os Mucker (1874) e da Revolução Federalista (1893-1895). Também atuou na Revolução Assisista (1923), diante da vitória de Borges de Medeiros. Foi chamada pelo governo federal para atuar igualmente na Revolução de 1924 em São Paulo. E durante a Primeira República fica evidente que a atuação da polícia militar estadual se dá principalmente em revoltas e conflitos internos (PESAVENTO, 2014; SIMÕES, 2014).

---

<sup>11</sup> Informações das alterações da nomenclatura da Brigada Militar disponíveis em <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/historia> e Simões (2014).

### 3.2.1 A Brigada Militar durante o Brasil Império

A independência do Brasil marca grandes transformações nas estruturas administrativas das instituições, incluindo um inicial processo de surgimento de territórios que se conformaram, futuramente, no Estado. A fundação do aparato policial iniciou em 1737 na província.

Em 1532, com esse propósito chegava às terras brasileiras a expedição de Martim Afonso de Souza, a qual, a título de reconhecimento, navegou até o Rio da Prata. Das incursões realizadas ao longo desse percurso, originaram-se, mais tarde, várias denominações de acidentes geográficos importantes. Dentre essas, nas anotações de Gaspar Viegas, do ano de 1534, aparece o registro sobre o Rio Grande de São Pedro, localizado quase ao extremo-sul da costa gaúcha, dando origem, com o passar do tempo, ao nome do Estado mais meridional do Brasil. (SIMÕES, 2014, p. 27).

Sabe-se que o estado do Rio Grande do Sul foi ocupado no início do século XVI, permanecendo inexplorado por mais de um século por desinteresse das coroas portuguesa e espanhola. A partir do século XVII, chegam grupos de jesuítas portugueses para o sul do Brasil e, mais tarde, jesuítas espanhóis, que atravessaram o rio Uruguai, movidos pelo interesse na prata que existia nas minas de Potosí (região do Peru). Em função da prata, a região vira palco de disputa da coroa espanhola e portuguesa, pois a rota de contrabando do metal passava por Buenos Aires, por isso o interesse em tomar posse da região do rio da Prata.

De acordo com Simões (2014), no meio dessa disputa, ao perceber a necessidade de assegurar a posse do território localizado entre Laguna e o Prata, a metrópole enviou, em 1737, uma expedição, sob o comando do brigadeiro José da Silva, marcando o início da ocupação e fundando a Comandância Militar de São Pedro do Rio Grande do Sul, com a denominação de Presídio Jesus Maria José. O objetivo era povoar, mas principalmente manter a defesa do território e suas fronteiras. O autor destaca que os primeiros povoados se assemelhavam mais a acampamentos militares.

Assim, diante da presença simultânea de conflitos e ameaças à manutenção da ordem e da integridade territorial no século XVIII, era comum uma postura violenta dos habitantes das regiões fronteiriças, como aponta Simões (2014).

Os Dragões integravam, inicialmente, o exército de primeira linha; mas mesmo assim, conforme já mencionado, também se envolviam na

atividade de policiamento. Por essa razão, considera-se essa instituição, devido ao seu engajamento eventual nesse tipo de serviço, como sendo a origem mais remota da Brigada Militar. (SIMÕES, 2014, p. 39).

Conforme Simões (2014), a existência desses constantes conflitos locais foi, em parte, um incentivo para a criação de guardas. Estas últimas auxiliavam a manter a tranquilidade pública, e eram montadas a partir das províncias, o que demonstra a capilaridade dos conflitos, que se espalhavam e se mantinham no território.

Nota-se que a ideia de conservar a ordem aparece outra vez, porque novamente havia uma série de movimentos revolucionários. Assim, a combinação entre conflitos sociais e militares permaneceu intacta.

[...] a militarização das Polícias Militares foi muito além da assimilação do modelo organizacional do Exército. Refletindo, em boa medida, as necessidades liberais-autoritárias de um estado em processo de construção e consolidação, as missões e mandatos das PMs foram ficando cada vez mais distantes das atividades rotineiras e convencionais de uma polícia urbana, uniformizada, não-investigatória e voltada para as atividades civis de policiamento que, um dia, fundamentaram a sua criação. Pelo menos desde o Segundo Império, as PMs começaram a ser exaustivamente empregadas como força auxiliar do exército regular tanto nos esforços de guerra (como no caso da Guerra do Paraguai), quanto nos conflitos internos como as rebeliões, os motins, as revoltas populares, além, evidentemente, das operações de grande porte relacionadas ao controle das fronteiras da nação. Em outras palavras, as PMs foram se transformando paulatinamente em forças aquarteladas "especiais" ou "extraordinárias", que atuavam menos nos serviços de proteção da sociedade e mais nas questões de defesa do Estado. Suas atividades propriamente policiais como as patrulhas urbanas passaram a ser mais esporádicas e residuais, sendo seus recursos destinados prioritariamente para os casos de emergência pública, e para missões militares extraordinárias, etc. (MUNIZ, 2001, p. 182).

Durante o período da Revolução Farroupilha, o que se entende por aparato policial ainda carecia de organização. A Guarda Municipal Permanente, em 1831, serviu de referência para criação das policiais militares em muitas regiões do país, como reforça Simões (2014, p. 68).

[...] o sistema de organização básica adotado pelas Guardas Municipais Permanentes serviu de modelo e como ponto de partida para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das forças de segurança nas províncias durante o período Imperial. Tais instituições, em matéria de polícia (ostensiva), foram sem dúvida, as precursoras nesse campo de atividades.

Simões (2014) alega que houve Guardas Municipais Permanentes no Rio Grande do Sul, mas este período não foi reconhecido na contagem de tempo de existência da força policial. A referência é a Lei Provincial nº 7, de 18 de novembro de 1837, que criou a Força Policial da Província. Esta iniciou com 19 oficiais e 344 praças e tendo as atribuições de auxiliar na justiça, manter a ordem e a segurança pública na capital, nos subúrbios e nas comarcas<sup>12</sup>. Mas a regulamentação só ocorreu quatro anos depois, talvez por decorrência da Revolução Farroupilha.

A Força Policial da Província foi criada em decorrência da insatisfação do governo provincial com a Guarda Municipal Permanente<sup>13</sup>, diante da crescente criminalidade e impunidade dos contraventores, entre outras razões. A insatisfação do governo frente à Guarda devia-se, também, ao fato de alguns de seus integrantes terem se envolvido com os farrapos, “Tal postura de rebeldia, entretanto, comprometia a instituição policial como um todo, em termos de confiança e credibilidade perante o governo provincial” (SIMÕES, 2014, p. 77).

Em 1841, o Corpo Policial entra em vigor expandindo o policiamento para o interior da província, mas apresentando algumas dificuldades iniciais. Conforme Simões (2014), a instituição carecia de recursos financeiros, percorria longas distâncias pelo interior e o seu efetivo era reduzido. Durante o período de sua existência, que vai até 1871, destaca-se a sua participação na Guerra do Paraguai (1865 a 1870), na qual, em maio de 1865, o Brasil, a Argentina e o Uruguai uniram-se, formando a Tríplice Aliança, que contava com o apoio militar e financeiro da Inglaterra (A Inglaterra possuía interesses comerciais na região do Prata)<sup>14</sup>. Segundo Simões (2014, p. 90), as motivações do Brasil remontam aos conflitos do século XVI.

[...] as desavenças em questão apresentam raízes mais profundas, decorrentes de hostilidades antigas que remontam às dominações espanholas e portuguesas no extremo-sul, a partir do século XVI, de modo que o território o qual, hoje, compreende o Estado do Rio Grande do Sul e o seu prolongamento eventual além deste (Colônia do Sacramento e a Província da Cisplatina), enquanto não se definiram suas fronteiras, serviram de palco para os sucessivos conflitos armados ocorridos entre portugueses e espanhóis, em uma

---

<sup>12</sup> Informação pesquisada em: <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/historia>.

<sup>13</sup> As Guardas Municipais Permanentes foram criadas em 1831, sucedendo a Guarda Real durante o Período Regencial e como resposta aos movimentos armados. Informações disponíveis em <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/307-corpo-de-guardas-municipais-permanentes-da-corte>.

<sup>14</sup> Informação pesquisada em <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/historia>.

concorrência acirrada em que se disputava palmo a palmo esse espaço geográfico sul-americano.

Fica evidente que o próprio exército, portanto, não era autônomo, precisando de forças de apoio para cumprir as suas funções. Assim, a Brigada Militar, como outras polícias militares, vai para a Guerra do Paraguai, restando a sua função original para um Corpo Policial Provisório.

Como aponta Sodré (2010), a sociedade escravagista que marginalizava a população livre e pobre, que tinha recrutamento forçado e muitas deserções, dificultava a formação de um exército comprometido e mais eficiente. Desta maneira, as polícias militares, enquanto forças auxiliares “cresceram e fortaleceram-se no campo bélico nos respectivos Estados-Membros e, com o tempo, acabaram ocupando o lugar da Guarda Nacional”. (SIMÕES, 2014, p. 93).

Com a Guerra do Paraguai, a imagem do exército se fortaleceu e foram feitos investimentos em sua organização e profissionalização. Neste período houve também mudanças na polícia. Através da Lei Provincial nº 874, de 26 de abril de 1873, o Corpo Policial foi extinto, dando lugar à Força Policial, com as mesmas características militares da instituição anterior, organizada com uma seção móvel na Capital, sede do Comando-Geral, e seções fixas no interior da Província. Destaca-se, nessa época, a atuação da polícia no episódio dos Muckers (conflito armado liderado por integrantes de uma comunidade religiosa).

A mudança de nome acompanha a mudança política, mas para além da denominação, a atuação se expandiu para todo o estado, embora de maneira segmentada: uma designada para o interior e outra para a capital, móvel. Com a proclamação da República mais mudanças vão se estabelecendo.

### **3.2.2 A Brigada Militar no início do período republicano**

Com a queda da monarquia e a implantação da república no Brasil em 1889, houve mudanças na política, na administração pública, na sociedade e na economia do país que já não se enquadravam com o sistema monárquico.

O fim da monarquia deu-se principalmente com o surgimento de novos grupos sociais que não se sentiam contemplados no modelo vigente. Pesavento (2014) aponta que a burguesia agrária cafeeira, os segmentos médios urbanos e um "novo exército", eram os que mais ansiavam por mudanças e participação política. “As

classes emergentes - burguesia e classes médias - associadas ao grupo funcional descontente (exército) articularam a queda do regime” (PESAVENTO, 2014, p. 63). Para a instituição policial, a queda da monarquia trouxe mais modificações políticas e administrativas. A autonomia ganha oficialidade com a primeira Constituição Rio-Grandense, mais um documento que serve como diretiva<sup>15,16</sup>.

É importante frisar, conforme salienta Pesavento (2014), que o Rio Grande do Sul revelava um poder de acumulação mais baixo que as outras regiões brasileiras. O setor agrícola apresentava-se com capacidade de capitalização, proporcionando o surgimento do grande comércio e de indústrias (por isso o Sul sempre foi visto como o celeiro do país), sendo o setor pecuarista predominante e se fazendo representar na política. O Partido Liberal, majoritário no estado, era dominado por pecuaristas, barganhava com o poder central no Rio de Janeiro através da atuação de seu líder, Gaspar Silveira Martins, para obtenção de favores e vantagens.

Com a criação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) em 1882, um novo partido chega para fazer frente à situação política dominada pelo Partido Liberal. “Era preciso, pois, que, além de realizar uma propaganda intensa, o PRR se propusesse a oferecer novas soluções para velhos problemas, assim como efetivasse alianças vantajosas” (PESAVENTO, 2014, p. 66). O novo partido era constituído por pecuaristas (ala jovem do Partido Liberal ou conservadores) descontentes com o regime, em associação com setores médios urbanos, principalmente o exército, comerciantes e outros. Essa união com o exército foi possível devido à tradição do militarismo no Rio Grande do Sul, junto com o componente ideológico positivista, adotado pelo PRR, que tinha grande penetração nos meios militares, conforme destaca a autora.

Para a polícia militar este período também foi marcado por mudanças. A Força policial passou a se chamar Guarda Cívica por ato de 26 de dezembro de 1891, mas manteve o mesmo sistema organizacional, com os princípios de hierarquia e disciplina, e continuou utilizando o regulamento da Força Policial até outubro de 1892.

---

<sup>15</sup> Arquivo virtual da Constituição do Rio Grande do Sul de 1891 disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque/tabid/855/IdMateria/320211/Default.aspx>.

<sup>16</sup> Conforme informações coletadas no site da Brigada Militar, a Constituição do Rio Grande do Sul promulgada em 14 de julho de 1891 e embasada nos princípios positivistas de Augusto Comte, deu início a um período de instabilidade política no estado. Após a queda do marechal Deodoro da Fonseca da presidência da República, Júlio de Castilhos deixou o governo do Rio Grande do Sul sob pressão e, do final de 1891 até a metade de 1892, o estado vivenciou a sucessão de 18 governos.



Em 1892, a polícia militar troca de nome três vezes até receber, em definitivo, o nome de Brigada Militar.

[...] a força policial-militar existente sofria continuadas mudanças na sua denominação, a saber: Guarda Cívica, em 26.12.1889, Corpo Policial, em 28.03.1892, Brigada Policial, em 09.06.1892, retomando o nome de Guarda Cívica, em 17.06.1892, e por fim, após uma sequência de incertezas, Brigada Militar, em 15.10.1892. (SIMÕES, 2014, p. 116).

Foi Fernando Abbott, presidente interino do estado, que aprovou, pelo Ato nº 357, de 15 de outubro de 1892, a criação da Brigada Militar do Estado, sendo que a expressão “Estado” foi posteriormente retirada do nome (ROCHA, 1987; SIMÕES, 2014). Ela se equiparava ao exército, tendo como função zelar pela segurança pública, fazer respeitar a ordem e executar as leis, e demonstrava uma natureza bélica. Os seus comandantes continuaram como oficiais do exército, aumentando a influência e a identificação militar na corporação.

Com a sua participação na Revolução Federalista, a polícia militar assume um papel importante na defesa do regime republicano e na manutenção da ordem, já que os poderes estavam ameaçados, ficando as atividades de policiamento nas mãos da guarda municipal, ou seja, em segundo plano. Isso demonstra que a polícia militar teve um papel fundamental para além da manutenção da ordem interna, ou seja, na manutenção do governo.

A Brigada Militar, na verdade, durante a Primeira República, foi longamente empregada pelos governos estadual e federal, sobretudo em operações de defesa interna, para garantir o exercício dos poderes constituídos e a ordem, constantemente ameaçados, tanto na consolidação da República (1893- 1895), como ao longo da década de 20. (SIMÕES, 2014, p.125).

Para além de meramente integrar a Revolução Federalista, a participação da Brigada Militar pareceu decisiva para a construção (provisória) da pacificação. Com fim do conflito a paz parecia garantida, porém, duraria apenas até o início do século XX, quando novos conflitos irrompem (ROCHA, 1987; PESAVENTO, 2014; SIMÕES, 2014).

Como se percebe, ao longo da história da polícia no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul, a instituição Brigada Militar teve um papel importante, tanto nas disputas políticas quanto na manutenção do governo.

### 3.2.3 A Brigada Militar no século XX

Com o início do século XX, o estado do Rio Grande do Sul vivia um período econômico promissor, durante o qual a Brigada Militar também foi beneficiada por investimentos em ensino, instrução e na constituição do seu patrimônio, bem como foram criadas áreas de apoio e operacionais.

No tocante ao patrimônio da Brigada Militar, foi no comando do coronel José Carlos Pinto Júnior que ocorreu a aquisição da vasta gleba de terras da Chácara das Bananeiras (região no bairro Partenon que ficou conhecida por essa denominação), por processo de doação proveniente da iniciativa privada em favor da instituição. Nessa área, atualmente, encontram-se localizadas unidades importantes da BM, tais como DE, APM, BOE, 4º RPMon, CRBM, 19º BPM, IPBM e adjacências, construídos no Governo Peracchi. (SIMÕES, 2014, p. 153).

Para além das questões de segurança pública, a instituição também apostou na fundação de estruturas de apoio, conforme informações do site da Brigada Militar. Ainda durante o Período Imperial, o governo estadual firmou um convênio com a Santa Casa de Misericórdia para atendimento aos integrantes da corporação. Já em janeiro de 1907, foi criada a Enfermaria Militar, também chamada de Enfermaria do Cristal, em um terreno elevado. Posteriormente, em 4 de agosto de 1911, a Enfermaria foi transformada no Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre, destinado ao atendimento exclusivo do seu efetivo. Não foi localizado em que momento a instituição inaugurou a unidade psiquiátrica.

Tendo que tomar providências para encerrar o conflito da Revolução Assistida, em 1923, sem o apoio do governo federal, o governo gaúcho contou com a Brigada Militar como força auxiliar do exército diante do conflito armado. E como se viu ao longo da história da polícia nesse período, o policiamento ostensivo seguiu sendo posto em segundo plano, devido à participação da instituição policial no enfrentamento dos conflitos armados que permearam as primeiras décadas da república (SIMÕES, 2014).

Outro movimento onde a Brigada Militar foi chamada a atuar foi no Tenentismo (movimento que se espalhou entre as décadas de 1920 e 1930), um conflito armado que cresceu entre os jovens oficiais do exército e alguns civis, e que ganhou força em vários estados. “Após os movimentos armados de 1926 deflagrados no Estado,

cessavam momentaneamente as operações bélicas, com o envolvimento de tropas da Brigada Militar, na defesa da ordem”. (SIMÕES, 2014, p. 188).

Na revolução de 1930, a Brigada Militar teve uma de suas maiores projeções devido à sua expressiva participação. Enquanto várias unidades participaram de ações no Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Santana do Livramento, Rio Grande, etc.), outras foram enviadas ao Rio de Janeiro. Isso demonstra o quanto a corporação havia crescido e se complexificado já naquela época, contando com várias subdivisões.

Com o fim da Revolução de 1930 houve um período de calma onde a polícia militar não teve necessidade de ser usada como força auxiliar do exército e passou a se dedicar mais à manutenção da ordem e do bem-estar dos cidadãos. Mas conforme Simões (2014), ainda assim, a maior parte do efetivo ficava aquartelada e não realizava o policiamento ostensivo com exclusividade, pois até 1935 havia a polícia administrativa da capital. A partir daí, a Brigada Militar absorveu as atividades de policiamento, combate ao fogo, busca e salvamento<sup>17</sup>.

Após a Revolução de 1930, o governo provisório de Vargas suscitou uma insatisfação muito grande, principalmente no estado de São Paulo. Os paulistas esperavam a convocação de eleições, mas dois anos se passaram e o governo provisório se manteve. Diante disso, os fazendeiros paulistas deram início a uma forte oposição ao governo Vargas, com o apoio de estudantes universitários, comerciários e profissionais liberais. Ao passo que o movimento ganhava apoio popular, o governo provisório mobilizou aproximadamente 35 mil homens do Exército, Marinha, polícias militares e corpos provisórios. A Brigada Militar integrou a frente Sul, com 2.393 homens, ao lado das polícias de Santa Catarina e Paraná.

Posteriormente, a Revolução de 1932 foi fruto das insatisfações, principalmente dos paulistas que esperavam por novas eleições, pois já se passavam dois anos desde que o governo provisório havia se formado.

São Paulo liderou a revolta contra o governo provisório de Vargas e havia a expectativa de que outros estados apoiassem o levante como: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Mas não houve apoio substantivo dos estados (com

---

<sup>17</sup> De acordo com o “[...] Decreto Estadual nº 5.485, de 27 de junho de 1935, é criado o Corpo de Bombeiros de Porto Alegre, incorporado e sob a responsabilidade da Brigada Militar, cujos serviços eram anteriormente efetuados por entidades públicas e privadas e mais remotamente pela polícia administrativa de Porto Alegre. No entanto, a Brigada Militar desloca para preencher os novos quadros do Corpo de Bombeiros alguns dos seus melhores e mais renomados oficiais e os mais experientes praças. Dessa forma, ao ser incorporado pela Brigada Militar, o Corpo de Bombeiro passou a ser uma das suas unidades especiais.” (KARNIKOWSKI, 2010, p. 207).

exceção de Mato Grosso) onde as elites também estavam insatisfeitas com o governo federal. O governo usou o exército e as polícias militares estaduais para conter o conflito, que foi encerrado em outubro de 1932. (ROCHA, 1987; SIMÕES, 2014).

As polícias militares continuavam como forças auxiliares do exército de acordo com as constituições estaduais de 1934, 1937 e 1947. Assim, ainda vinculada como força militar na defesa interna territorial, o policiamento seguiu como algo não prioritário. Segundo Simões (2014) houve mudanças voltadas ao policiamento logo após a constituição de 1947: “[...] quando da implantação da atividade de policiamento rural que marcava época na corporação. Esse impulso levaria a outras realizações do mesmo gênero, como o policiamento executado pelos Pedro e Paulo a partir de 1955 (SIMÕES, 2014, p.242).”<sup>18</sup>

Todavia, em 1947, em meio à elaboração da nova Constituição Estadual, havia rumores que a Brigada Militar poderia ser extinta ou federalizada, conforme destaca Karnikowski (2010, p. 261):

Essa foi uma questão vital nos debates e discussões na Constituinte Estadual de 1947. Uma grande parte dos Constituintes argumentavam que a Brigada Militar devia ser extinta ou federalizada como tropa do Exército e portanto mantida pela União, porque afeita aos designios da guerra, ela não se adaptaria aos serviços de policiamento. Uma outra parte dos Constituintes, entre os quais o jovem Leonel Brizola, lutavam por transformar a Brigada Militar em uma organização exclusivamente de polícia, conduzindo-a para uma realidade menos bélica-militar, embora a federalização fosse a idéia prevalente em grande parte da Assembléia Constituinte.

A Brigada Militar seguiu avançando na orientação para o policiamento, mas ainda havia barreiras, seja pela cultura de guerra arraigada à sua descendência militar, seja porque naquela época a Polícia Civil, junto com a guarda municipal, fazia a maior parte do policiamento estadual.

[...] a Polícia Civil, nos anos cinquenta alcançava a plenitude do policiamento completo exercendo a sua atividade de investigação com os serviços de polícia ostensiva através da Guarda Civil e das Rádios Patrulhas. A Polícia Civil enfocava praticamente a maior parte dos serviços de policiamento, de modo que isso constituía entre outros mais um obstáculo à policialização da Brigada Militar, porque a comunidade via como reais trabalhos de segurança pública os

---

<sup>18</sup> “A 1ª Companhia de Polícia —Pedro e Paulo, foi criada em 12 de agosto de 1955, em caráter experimental, organizados em quatro pelotões, escolhidos entre as melhores praças das unidades estacionadas na Capital, para fazer segurança policial nas áreas do Cais do Porto, Aeroporto, Estação Rodoviária e Ferroviária, Edifícios Públicos estaduais e outros pontos da capital do Rio Grande do Sul.” (KARNIKOWSKI, 2010, p. 301).

realizados pela Polícia Civil, enquanto que a Brigada Militar era ainda vista como uma força militar com finalidade bélica. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 279).

Esta ambivalência provocou uma crise de identidade na polícia militar, que durou ainda por certo tempo e talvez apresente resquícios até hoje.

O ethos militar era ainda o valor mais alto e caro do oficialato da força gaúcha. Havia entre os oficiais da Brigada Militar, a mesma crença e valores existentes entre a oficialidade das Forças Armadas, da superioridade moral dos militares sobre os civis que, segundo eles, eram afeitos à corrupção e vandalismo. Os oficiais da Brigada Militar acreditavam que se constituíam na fortaleza moral contra a corrupção e da supremacia dos valores dos militares sobre os paisanos. Essa crença que permeava o oficialato da milícia gaúcha era um dos elementos mais fortes no arraigamento do seu ethos bélico-militar. Dessa forma, para os oficiais, em especial os conservadores, o serviço de policiamento conotava uma perigosa aproximação da sociedade paisana que poderia incidir na desmoralização dos seus valores militares. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 282).

Já na década de 1960, a Campanha da Legalidade gerou forte mobilização no estado através do governador Leonel Brizola e foi reforçada por manifestações populares. “A divisão no seio do Exército e a posição do governo gaúcho garantiram que Jango assumisse o poder em nome da defesa dos princípios constitucionais” (PESAVENTO, 2014, p.128). A Brigada Militar foi engajada no movimento em defesa da posse do futuro presidente<sup>19</sup>. Por outro lado, nesta mesma década, a Brigada Militar seguiu intensificando o policiamento ostensivo.

Logo após, no que se chamou de movimento civil-militar, em 31 de março de 1964, o exército derrubou o Presidente João Goulart, impondo uma nova ordem político-institucional militarizada, que rompeu com o “pacto populista”. Este período do regime militar estendeu-se de 1964 a 1985, sendo todo o aparato policial utilizado para a manutenção da ditadura, sobretudo como: “forças repressivas aos subversivos e seus opositores do que organizações voltadas para o controle da criminalidade e da violência”. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 377).

De acordo com Karnikowski (2010), na ditadura militar inicia-se a perseguição a indivíduos, grupos ou instituições que se declaravam contra o regime. Em relação à

---

<sup>19</sup> O site da Brigada Militar apresenta que após a renúncia do presidente Jânio Quadros em 1961, o governador Leonel Brizola com o apoio da Brigada Militar mobilizou a população e outros estados na Campanha da Legalidade através principalmente dos pronunciamentos nas emissoras de rádio que tinha o objetivo de garantir a posse do vice João Goulart (cunhado de Brizola). Assim o movimento foi se fortalecendo, ganhando mais apoiadores para desta maneira derrubar o veto dos ministros das Forças Armadas. Disponível em: <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/historia>.

Brigada Militar não foi diferente, pois, sob o discurso da Segurança Nacional, foram expulsos da corporação elementos que demonstrassem alguma contrariedade, já que muitos estavam ligados ao governo deposto (KARNIKOWSKI, 2010).

Neste período, a atuação da Brigada Militar voltou-se para a repressão política. Os vinte e um anos de regime militar deixaram marcas na instituição e na forma como a sociedade a percebe até o momento atual, em um processo histórico que demonstra todo o percurso frágil da nossa democracia.

Assim, no jogo político da luta pelo poder, as polícias militares, muitas vezes, foram envolvidas em crises de conotação ideológica, na condução das políticas públicas estaduais, e mesmo nacional, nem sempre perfeitamente alinhadas aos interesses supremos constitucionais; como consequência, produziram-se reflexos negativos para as respectivas instituições, sobretudo em termos da credibilidade institucional. (SIMÕES, 2014, p. 229).

Em 1985, com o processo de redemocratização do país, ocorre também na Brigada Militar uma grande mudança que não podemos deixar de destacar, trata-se do ingresso das mulheres nas fileiras da corporação, após cento e quarenta e oito anos de história. Finalmente, no dia 08 de janeiro de 1985, foi criada a Companhia de Polícia Militar Feminina (Cia PM Fem), com um efetivo de 135 policiais.

Em suma, ficou evidenciado, por intermédio das referências consultadas, que a polícia se organizou como uma instituição militar, tendo como principais características a disciplina, a hierarquia e uma formação voltada para a guerra, tendo servido como apoio ao Exército, mas numa posição inferior. E também vinculada à manutenção da ordem, dando sustentação ao sistema político. Por isso a sua atuação nas atividades de policiamento ficou por muito tempo relegada a um segundo plano, seja devido à instabilidade política, seja pela resistência dos oficiais da Brigada Militar em priorizar tal atividade.

Conforme Karnikowski (2010), o oficialato da Brigada Militar incomodava-se com a tarefa de policiamento, como se fosse algo menos digno e secundário, em comparação com as atividades bélicas com as quais a instituição se envolveu ao longo de sua história.

[...] além de não serem treinados para esse fim, o policiamento era tido como uma atividade desprezível, voltada para prender vadios, bêbados, prostitutas, malandros, assaltantes, criminosos, infratores e demais enjeitados da sociedade. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 203).

Portanto, tanto a aproximação com o Exército quanto o seu modo de atuação deixaram marcas profundas no ofício de polícia da BM e na identidade de seus policiais.

Antes de finalizar o capítulo, citaremos, ainda, o artigo 144 da Constituição Federal que apresenta a organização das polícias brasileiras, bem como apresentaremos dados sobre o efetivo da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

Na Constituição Federal, no capítulo que trata da Segurança Pública, o Art. 144 descreve as competências das polícias no Brasil.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares;

VI - polícias penais federal, estaduais e distrital.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (BRASIL, 1988).

Assim, a preservação da ordem pública é a principal atribuição constitucional da polícia militar, ao lado de ser força auxiliar do exército. Este, por sua vez, atua também junto a sociedade, como na construção de obras públicas e em campanhas de vacinação, a exemplo da Covid-19. Ou seja, ambas as instituições intercalam funções diversas.

Destaca-se aqui o fato que, apesar do processo de redemocratização no país ter iniciado a partir de 1985, ainda se faz presente em nossa constituição, datada do ano de 1988, que a polícia militar é considerada força auxiliar do exército, demonstrando que precisa estar pronta para um chamamento em caso de conflito armado ou guerra, algo que não condiz com o nosso contexto atual. Chama a atenção o fato de vermos com mais frequência o exército desempenhando atividades para além das forças armadas, seja na construção de obras em rodovias nacionais, bem

como em campanhas de vacinação, como no caso da Covid-19. Atividades que não combinam com o papel bélico do exército, no que se refere a defesa do país conforme a constituição, mas que, em contrapartida, demonstram mais ligação com atividades voltadas para a cidadania, aproximando a instituição da sociedade.

A seguir, apresentam-se características do contingente policial militar do RS. O quadro 1 mostra o quantitativo decrescente do efetivo (militares e civis) da Brigada Militar, de 2016 a 2021.

**Quadro 1** - Efetivo da BM de 2016 a 2021

Ano	Efetivo
2016	21.000 servidores
2017	20.000 servidores
2018	19.000 servidores
2019	18.000 servidores
2020	18.000 servidores
2021	18.000 servidores

**Fonte:** Elaboração própria com base em: Portal da transparência do Estado do Rio Grande do Sul (2021).<sup>20</sup>

Com relação aos dados levantados, supõe-se que os números anuais de servidores expostos no Quadro 1 foram arredondados, pois conforme o primeiro censo realizado na Brigada Militar (RIO GRANDE DO SUL. BRIGADA MILITAR, 2020), no segundo semestre de 2020 o número de servidores correspondia a 17.952 servidores militares e 161 civis. Dentre os policiais militares 12.385 eram soldados, 398 primeiros sargentos, 1.814 segundos sargentos e 867 terceiros sargentos, portanto, os 15.464 praças representavam 86% do total.

Os números do Quadro 1 demonstram um decréscimo no efetivo que vem se consolidando nos últimos cinco anos. Percebe-se uma redução de cerca de 3.000 policiais, dentre outras razões, devido às aposentadorias que aumentaram com as mudanças legislativas que provocaram perda de direitos para os policiais militares, dentre eles: as licenças-prêmio não usufruídas deixaram de contar para a aposentadoria, a eliminação da promoção na reserva, a modificação do tempo de

<sup>20</sup> Dados disponíveis em: <https://www.transparencia.rs.gov.br/despesas/pessoal/folha-do-executivo/dados/>.



efetivo serviço público para 25 anos para preencher os 30 anos exigíveis para a reserva<sup>21</sup>.

A lei estadual 13.970 (RIO GRANDE DO SUL, 2012) fixa o efetivo da Brigada Militar do Estado em 37.050 mil policiais, distribuídos entre oficiais e praças, divididas da seguinte maneira: 2.325 cargos de primeiro-sargento; 3.518 de segundo-sargento; 5.240 de terceiro sargento e 19.432 de soldado. Portanto, em comparação com o contingente de 2020 (RIO GRANDE DO SUL, BRIGADA MILITAR, 2020), existe uma defasagem de cerca de sete mil soldados e oito mil sargentos. Sabe-se que a eficácia do trabalho policial não depende apenas do número do efetivo, mas tal defasagem de recursos humanos implica em uma sobrecarga de trabalho aos policiais e em prejuízos à sua saúde mental.

Para finalizar o capítulo, apresentaremos, nos gráficos que seguem, outras características, situações e percepções manifestadas pelos policiais militares do RS. As informações foram obtidas no levantamento denominado “Primeiro Censo da Brigada Militar” (RIO GRANDE DO SUL. BRIGADA MILITAR, 2020).

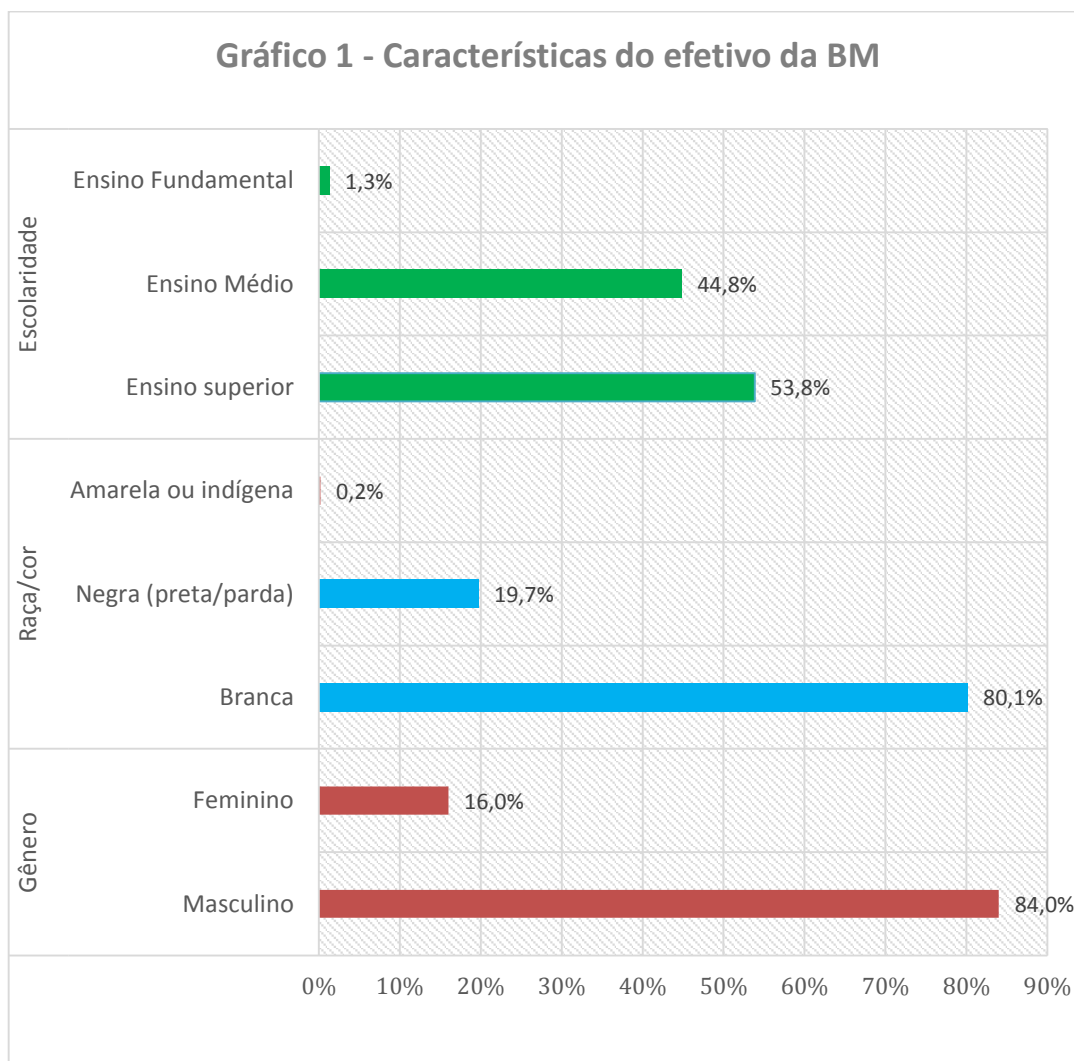
O primeiro gráfico traz as principais características que traçam o perfil dos integrantes da corporação. Identifica-se que 84% dos policiais são do gênero masculino e apenas 16% são mulheres, o que reforça a ideia de que a instituição ainda é predominantemente masculina e permeada por uma cultura machista. Sobre a raça, 80% dos policiais autodeclararam-se brancos, percentual levemente inferior à presença de brancos na população do RS (83%, de acordo com o Censo Demográfico de 2010<sup>22</sup>). Já no que se refere à educação, os dados levantados demonstram que mais de 50% dos policiais teve acesso ao ensino superior (53,8%, considerando-se ensino superior incompleto ou completo, e pós-graduação, *stricto e lato sensu*) enquanto que 44,8% possuem ensino médio. Este nível de escolaridade é a exigência atual para o ingresso no cargo de soldado (praça), enquanto que para o cargo de capitão (oficial) exige-se ensino superior. É importante destacar que a instituição, ao longo dos últimos anos, tem firmado parcerias e convênios com várias universidades privadas, principalmente na região metropolitana de Porto Alegre e nas áreas do

---

<sup>21</sup>Reportagem do Jornal do Comércio (on-line). Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2017/12/especiais/perspectivas\\_2018/601858-nomeacoes-devem-aumentar-efetivo-no-estado.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/12/especiais/perspectivas_2018/601858-nomeacoes-devem-aumentar-efetivo-no-estado.html).

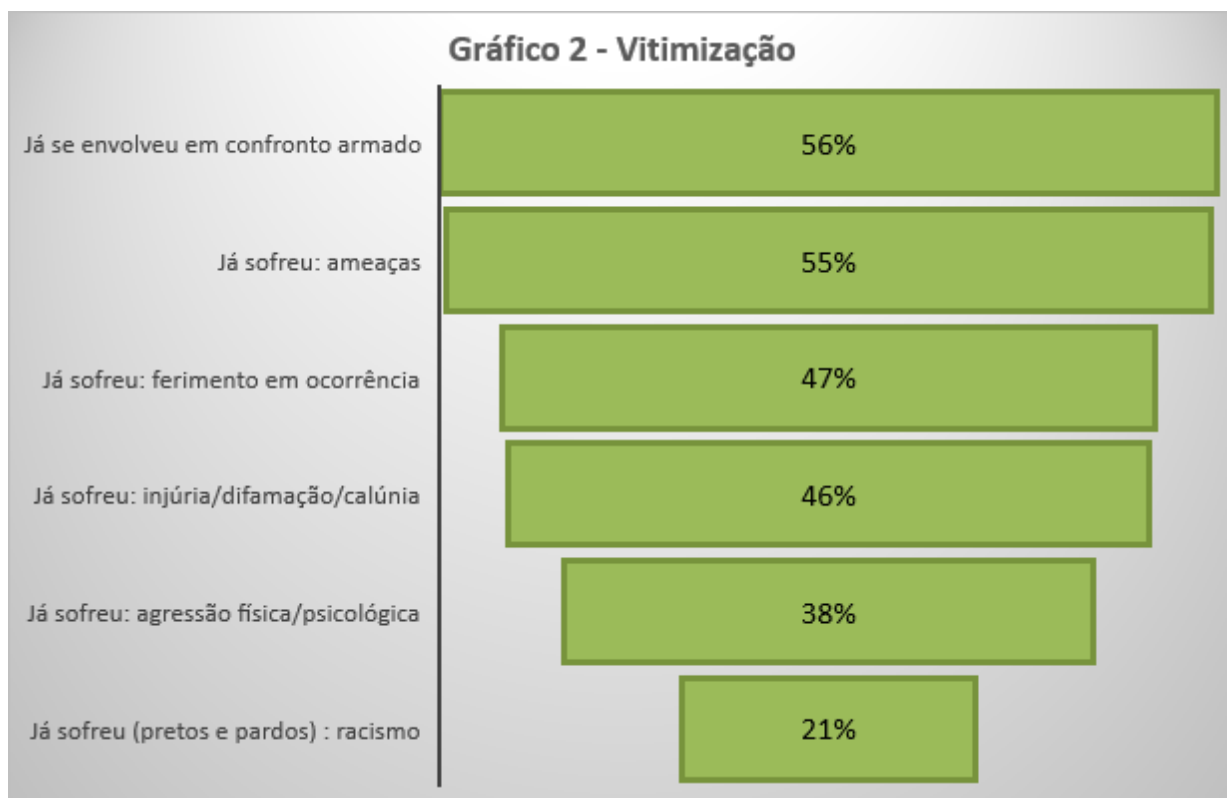
<sup>22</sup> Ver em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/2094#resultado>.

direito e segurança pública, em que são ofertadas bolsas e descontos nas mensalidades para o aluno policial.



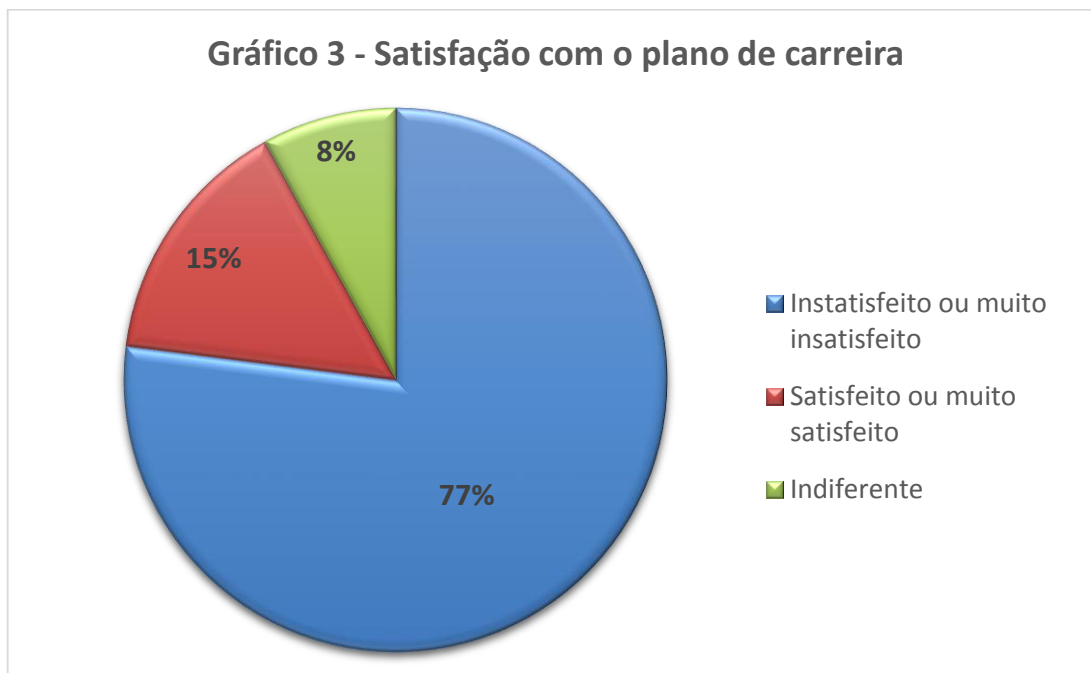
**Fonte:** Elaboração própria com base em: RIO GRANDE DO SUL. BRIGADA MILITAR, 2020. Nota: Não consta na fonte consultada o número absoluto de respondentes, apenas os percentuais de resposta.

No gráfico seguinte mostram-se os dados referentes às situações em que o policial se viu como vítima, em circunstâncias de confronto armado, agressão psicológica ou física, ferimento em ocorrência, injúria e, até mesmo, racismo. As maiores taxas referem-se a envolvimento em confronto armado, 56%; ameaças, 55%; e ferimento em ocorrência, 47%, que representam vulnerabilidades potencializadoras de tensão e medo.



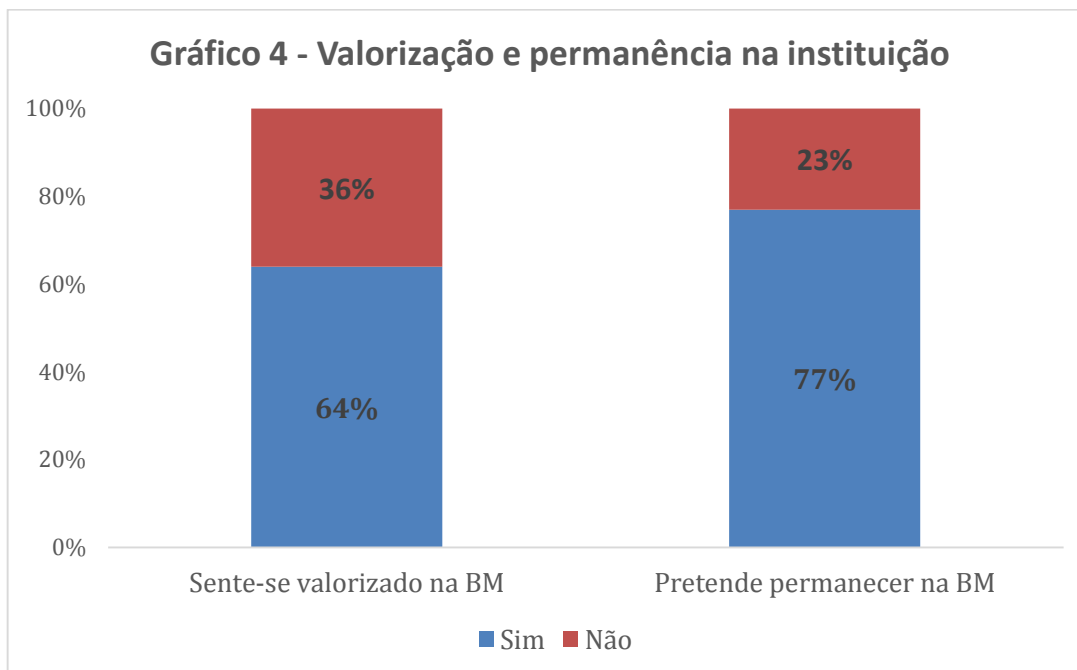
**Fonte:** Elaboração própria com base em: RIO GRANDE DO SUL. BRIGADA MILITAR, 2020. Nota: Os percentuais referem-se exclusivamente às respostas afirmativas. Não consta na fonte consultada o número absoluto de respondentes, apenas os percentuais de resposta.

O próximo gráfico apresenta a opinião dos policiais quanto ao plano de carreira existente, onde 77% manifestaram descontentamento, somando-se insatisfeitos e muito insatisfeitos. Presume-se que este percentual expressivo decorra principalmente da percepção dos praças, que recebem os menores salários, que possuem plano de carreira mais engessado e têm poucas chances de ascensão funcional.



**Fonte:** Elaboração própria com base em: RIO GRANDE DO SUL. BRIGADA MILITAR, 2020.  
**Nota:** Não consta na fonte consultada o número absoluto de respondentes, apenas os percentuais de resposta.

No último gráfico exibimos o item referente à valorização e permanência dos policiais na instituição, onde 64% responderam que se sentem valorizados e somente 26% que não. Já quanto à permanência, 77% responderam que pretendem permanecer na Brigada Militar e somente 23% referiram que não pretendem. Percebe-se, portanto, que, apesar de todos os problemas institucionais (condições de trabalho, estrutura organizacional e plano de carreira, dentre outros), a maioria dos policiais que participaram do levantamento (RIO GRANDE DO SUL. BRIGADA MILITAR, 2020) sente-se valorizada e, por algum motivo, não deseja sair da instituição.



**Fonte:** Elaboração própria com base em: RIO GRANDE DO SUL. BRIGADA MILITAR, 2020.  
**Nota:** Não consta na fonte consultada o número absoluto de respondentes, apenas os percentuais de resposta.

Neste breve percurso pela história da polícia militar no Brasil e sua constituição no Rio Grande do Sul ficou demonstrado o quanto o caráter militar influenciou a constituição da organização bem como a identidade dos policiais. Por longo período a sua formação voltou-se para a guerra e a sua principal função foi a de auxiliar o exército, sendo a atividade de policiamento preterida ao longo da história da BM.

Também ficou evidente a constante defasagem do contingente de policiais, enquanto que os gráficos trouxeram informações interessantes sobre o perfil dos policiais, as suas vulnerabilidades e sua opinião sobre valorização pela BM e plano de carreira.

Desta forma, este capítulo possibilitou caracterizar histórica e atualmente o universo mais geral onde estão situados os sujeitos e o local da pesquisa, detalhados no próximo capítulo.



falta de efetivo. No total existem apenas seis mulheres na unidade. Neste local também são registrados os boletins de atendimento e de ocorrência, e os casos de flagrante são encaminhados para o Palácio da Polícia.

Durante o dia há policiais a pé, duplas de bicicletas e grupos em veículos realizando o patrulhamento com o intuito de inibir atividades ilícitas e crimes, de manter a ordem no espaço público e também atender as chamadas via rádio. À noite a ronda é feita apenas de carro devido ao contexto ser muito distinto do diurno: as ocorrências são em menor número, mas os riscos aumentam. Assim, as principais abordagens noturnas referem-se aos estabelecimentos conhecidos como “infeminhos”, aos roubos de veículos, furtos, tráfico de drogas e às brigas, muitas vezes devido às pessoas estarem alcoolizadas.

O prédio do Posto da 1ª Companhia é cedido pela Prefeitura de Porto Alegre, localizado na rua José Montaury, número 40, no coração do Centro Histórico da cidade, próximo ao Mercado Público. Ao chegar ao prédio, logo se percebe que é um local que não oferece as melhores acomodações, o saguão onde é feito o atendimento é pequeno, não possui banheiro destinado ao público que é atendido no local, no vestiário dos policiais não há chuveiro, a higiene do local também é bem precária, já que não há nenhum funcionário responsável pela higienização, sendo os próprios policiais que se revezam para manter o cuidado. Além do reboco desgastado das paredes, há marcas de tiros. Conforme relatos de alguns policiais houve uma situação em que ocorreu um tiroteio dentro da Companhia, onde todos os vidros foram quebrados. Na época, a equipe fez uma “vaquinha” e os vidros foram substituídos por um material mais resistente, que alguns dizem que seria à prova de bala (esta informação não foi confirmada).

É importante destacar que essa região central da cidade não se encontra em área de conflito devido ao tráfico de drogas.

Durante o início do trabalho de campo buscou-se uma aproximação com os policiais, passando algumas horas por dia, em turnos variados, no saguão onde é realizado o atendimento ao público. À medida que alguns foram se acostumando com a presença da pesquisadora e se aproximando, incitados pela curiosidade, fomos “quebrando o gelo” e conversando, informalmente, sobre os temas relacionados ao estudo. Ou seja, questionei, mas também fui questionada sobre os mais variados assuntos, principalmente, política, direitos humanos e a minha visão sobre a polícia. Para muitos policiais ou você é a favor da polícia ou é contra ela.

O quadro a seguir destaca o perfil dos policiais (soldados e sargentos) que foram entrevistados, com a respectiva sigla de identificação.

**Quadro 2:** Perfil dos policiais entrevistados

Entrevistado	Sexo	Idade	Graduação	Escolaridade	Tempo de Serviço	Turno de trabalho	Estado civil
SD3	M	29	Soldado	Superior incompleto	6 anos	Noturno	Casado
SD2	M	29	Soldado	Superior completo	4 anos	Diurno	Casado
SD1	M	29	Soldado	Ensino médio	7 anos	Noturno	Casado
SGT4	M	53	3º Sargento	Ensino médio incompleto	33 anos	Diurno	Solteiro
SGT1	M	45	3º Sargento	Ensino médio	22 anos	Diurno	Casado
SGT3	M	48	3º Sargento	Superior incompleto	23 anos	Noturno	Casado
SGT2	M	46	1º Sargento	Superior completo	25 anos	Diurno	Casado
SGT6	M	47	3º Sargento	Ensino médio completo	28 anos	Diurno	Casado
SGT5	M	64	2º Sargento	Ensino fundamental incompleto	37 anos	Diurno	Casado

**Fonte:** Pesquisa.

A maioria dos policiais entrevistados ao relatarem a sua trajetória de vida demonstraram terem feito o concurso da Brigada Militar mais pela oportunidade de uma carreira pública ou por não terem outra perspectiva de atividade profissional, ou seja, ser policial militar não era a primeira opção de profissão. Apenas dois



demonstraram interesse pela carreira militar (um deles é filho de policial militar e o outro filho de militar do exército).

Ao desmembrar os discursos dos entrevistados a partir dos conceitos-chave: trabalho, organização do trabalho e sofrimento psíquico - foram reconhecidas oito categorias de análise correspondentes, conforme demonstra o quadro a seguir:

**Quadro 3:** Eixos e categorias de análise

<b>EIXOS DE ANÁLISE</b>	<b>CATEGORIAS DE ANÁLISE</b>
<b>4.1 Trabalho</b>	4.1.1 Formação
	4.1.2 Risco e Perigo
<b>4.2 Organização do trabalho</b>	4.2.1 Condições de trabalho
	4.2.2 Gestão e relações hierárquicas
<b>4.3 Sofrimento psíquico</b>	4.3.1 Falta de reconhecimento e insatisfação
	4.3.2 Fontes de tensão
	4.3.3 Índícios do adoecimento
	4.3.4 Estigma

**Fonte:** Pesquisa.

Preliminarmente, quanto ao local e à dinâmica do trabalho policial, observa-se nos relatos que trabalhar no centro histórico se diferencia da atuação em outros bairros da capital, pois as ocorrências mudam e se distinguem entre o dia e a noite, demonstrando que essa circunscrição possui ocorrências bem heterogêneas.

*Ah... briga de marido e mulher, roubo, furto, tráfico, no centro tem de tudo. Disparo de arma de fogo dá bastante. Apreensão de carros, essas coisas. (SD3)*

*Aqui, a maior parte aqui é furto, furto simples, isso daí, carteira, bolsa, celular, né. Assalto a mão armada muito pouco. Enquanto que na vila é direto, é só o que dá. (SGT1)*

*No centro, a tua demanda é maior por informações. Onde é que fica o banco tal. No bairro não, no bairro quem vem em ti ou é porque aconteceu alguma coisa ou porque quer conversar. Enquanto que no centro não, tu é guia turístico. Qual ônibus pego para ir para Belém?...*

*Mas aqui a gente atende desde o mendigo até o governador do estado, o presidente. Aqui a gente atende todo mundo no centro. Na vila a gente só atende o pessoal da vila. O governador não vai na vila, a não ser em época eleitoral. O executivo não vai na vila, mas vai no bairro. Esse é um diferencial que a gente tem do centro para outros bairros... Tu atende o louco que teve um espasmo e bateu a cabeça. Também o executivo que foi furtado na Voluntários [Rua Voluntários da Pátria]. Até o comandante geral que vem falar contigo, que tá na esquina. Tu atende tudo que é tipo de gente. No bairro, tu já atende só o morador. O centro aqui é a vitrine da Brigada Militar, o que acontece no centro aparece. Eventualmente acontece alguma coisa no bairro e não aparece. O que caiu na esquina democrática é notícia. O centro é bem diferenciado das demais regiões. (SD2)*

No que se refere à rotina de trabalho, um soldado que trabalha à noite descreveu o seu cotidiano profissional:

*Geralmente eu chego um pouco mais cedo. Todos os dias sou um dos que primeiro chegam na guarnição. Eu chego pra ver como é que tá a situação, se tem algum tumulto, alguma coisa, pra ver se tem as novas formativas, se vier alguma coisa de novo. Até por ser algum dos guris que tiver sair, se empenhar eu já assumi, pra eles não se empenharem na área de serviço, se for necessário. Depois disso a rotina é aquilo, atendimento de ocorrência, ocorrência que é despachada pelo 190, pelo rádio, são ocorrências que, pela lei, vem pessoas solicitar a gente. As vezes em patrulhamento, até pela escassez de próprio efetivo, é o apoio a outras guarnições, né, é uma coisa empenhada... a gente faz junto, tem um local de grande risco, assim, [...] a gente já aproxima junto pra não deixar em más condições. Ou se tem alguma guarnição acompanhando uma outra ocorrência, a gente aproxima junto pra não deixar ninguém mal. (SD1)*

Conforme os trechos das entrevistas, os policiais afirmam que, em geral, o centro destoa de outros bairros pela quantidade de pedestres que circulam nessa região, principalmente trabalhadores e estudantes, oriundos de vários bairros da capital, além da região metropolitana. Os entrevistados apontam que, apesar de as principais ocorrências nesse território serem relacionadas a furtos, os acontecimentos são heterogêneos, de forma que se deve estar pronto para enfrentar as mais diversas situações. Ali registram boletim de atendimento e de ocorrência, os casos de flagrante são encaminhados para o Palácio da Polícia Civil.

É importante destacar que o centro não faz parte dos territórios em conflito devido a disputa do tráfico de drogas como alguns bairros da cidade.

Foi possível observar que alguns sargentos, próximos dos cinquenta anos de idade, já possuíam problemas de saúde e, por isso, não atuam mais no policiamento ostensivo, ficam apenas no apoio. Por ajustes do Comandante da Companhia, esses

profissionais prestam apoio em âmbito operacional, sem realizar abordagem na rua, auxiliando os colegas que atuam no policiamento. Esse ajuste garante que eles mantenham as vantagens salariais, pois, caso eles recebessem dispensa de atuação no policiamento e guarda (DEFIM + DPG), seriam realocados para execução de trabalho administrativo e perderiam algumas diferenças no salário. Este é o exemplo do entrevistado SGT4 que trabalhou vinte sete anos na rua, e nos últimos cinco anos atua somente dentro da Companhia, no apoio, do meio dia às vinte horas, pois alega não ter mais saúde para atuar na rua.

Com a Operação Avante<sup>23</sup> em Porto Alegre, as ocorrências diminuíram, afirmaram os policiais. No primeiro semestre de 2016 verificou-se um grande aumento no número de furtos, houve relatos até de “arrastões” em alguns horários, principalmente em pontos em torno do Camelódromo (Centro comercial destinado aos antigos vendedores ambulantes que permaneciam nas ruas do centro da capital). As ações são planejadas com base nos indicadores de criminalidade de cada Comando e unidade da capital, priorizando as regiões com maior incidência.

Considerando essas determinações do trabalho policial e do seu local de atuação, as entrevistas foram analisadas a partir dos eixos e categorias adensados nos tópicos que seguem.

#### **4.1 Trabalho**

Conforme Calazans (2009, p. 53), a profissionalização é um processo que “adquire o direito exclusivo de realizar um determinado tipo de trabalho, o controle sobre a formação e o acesso, bem como o direito de determinar e avaliar a forma como o trabalho é realizado”.

Assim, a atividade profissional é permeada por um conhecimento específico que determina como se dará essa atividade. Com relação à polícia, é difícil dizer onde começa e onde termina o seu trabalho, pois os profissionais atendem as mais variadas situações, desde um simples furto até o auxílio para realizar um parto improvisado, ou passando orientações por telefone para a mãe de um bebê que se afogou com o próprio leite.

---

<sup>23</sup> Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2016/10/geral/528178-operacao-avante-reduz-ocorrencias-no-centro-historico-de-porto-alegre.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2016/10/geral/528178-operacao-avante-reduz-ocorrencias-no-centro-historico-de-porto-alegre.html).

Com relação às atividades, pode se notar que, de forma geral, apresenta-se uma dificuldade estrutural e material para a sua execução. Nossa análise começa pelo trabalho burocrático, como evidencia o informante:

*[...] eu estou mais no atendimento, na lavratura de ocorrências, no posto da 1ª Companhia no centro de Porto Alegre... e atendimento ao público, orientações em relação a procedimentos, aonde buscar atendimentos, quando se trata de algo que está fora da competência do pessoal de serviço de rua. (SGT3)*

Nessa fala verificamos que o informante descreve o trabalho interno, de quem fica na recepção da Companhia, prestando atendimento ao público e realizando atividades administrativas. Nesse atendimento acaba tendo que lidar tanto com o complemento do trabalho da rua, mantendo contato direto com quem está no policiamento, quanto com as demandas dos cidadãos que vão diretamente até eles:

*É, agora eu trabalho só interno, então a minha responsabilidade é pelo, pelo cotidiano do posto, que é as ocorrências que vêm, que têm que ser filtradas, que tem que, ahn... tem que se inteirar do que tá acontecendo aqui dentro do posto, através dos rádios, tem que saber o que tá acontecendo, dentro do posto. Na rua eu já não... na rua é outra coisa, na rua é com os outros. (SGT4)*

Todavia, nem todos os problemas estão previstos nas normativas, o que exige tomada de decisão, demandando a capacidade de resolução frente ao imprevisto:

*Sim, tem o atendimento ao público, tem que ver, tem que fazer ocorrência ou não, se é feito ocorrência, se é encaminhado para a DP, então tudo isso tem que ser analisado, tem que ser feito com... tem que filtrar tudo, tem que saber como é que vai fazer, se eu não sei, o outro sabe. E se um burro sozinho não dá, dois resolvem. (SGT4)*

Afora essa dificuldade, também parece haver grande volume de demandas principalmente de cidadãos que buscam por informação ou orientação, e que vislumbram o posto da Brigada Militar como uma referência àquelas:

*É, tem que ser dois, no mínimo dois, porque é muita demanda. É muita demanda, é muita gente. Principalmente, nem é tanta gente... agora diminuiu as ocorrências, mas é mais informação. (SGT4)*

As anotações no diário de campo corroboram essas afirmações, principalmente nos dias em que a pesquisadora observava o atendimento no balcão no horário comercial. Viu-se que, diante da demanda de atendimento e mais a circulação de outros policiais de outras unidades e batalhões, devido à Operação Avante, era quase

impossível conversar com os policiais, por conta do número de pessoas que se encontrava na recepção, sejam policiais, pessoas detidas ou vítimas.

No quesito trabalho, a maioria refere à atuação ligada ao atendimento ao público, demonstrando o quanto as pessoas querem ser ouvidas. Este sargento, ao descrever a sua rotina de trabalho, enfatiza o quanto as pessoas sentem necessidade de serem ouvidas e acolhidas.

*Ela inicia com basicamente: atendimento às pessoas quando elas chegam aqui, elas chegam sempre buscando uma solução para alguma dúvida ou elas já sabem o que buscam. Quando é uma lavratura de uma ocorrência, ela é feita na íntegra. Eu atendo. Algumas pessoas vêm aqui buscando orientação, dependendo do tipo de orientação é dada a elas, ou o encaminhamento. E também acontece o caso de pessoas que vêm aqui porque são vitimadas, de uma forma ou de outra. Chegam lesionadas e são encaminhadas ao atendimento médico. E existe aquela coisa também das pessoas virem aqui buscar um espaço para contar um pouco de sua vida, desabafar suas mágoas e às vezes a gente pode até ouvir alguém. Não é que seja regra, e não é a prática, mas dependendo da circunstância, a gente ouve, até a gente acaba compreendendo a pessoa e deixando a pessoa mais tranquila, porque muitos querem desabafar. E eles encontram, por incrível que pareça, na figura do policial, esse espaço. (SGT3)*

Sobre as dificuldades cotidianas no trabalho, alguns policiais remetem à questão da formação como sendo insuficiente e o distanciamento entre a teoria e a prática. Em seguida, analisaremos a primeira categoria de análise elencada (também relacionada com o eixo do trabalho) a partir das entrevistas: a questão da formação.

#### **4.1.1 Formação**

Sobre a categoria Formação, a maioria apontou algum tipo de crítica à forma como aprenderam o ofício de polícia no Curso Básico de Formação Policial Militar (CBFPM). E informaram que o curso de soldado durou, em média, de seis a oito meses.

*Uns 8 meses. Foi uma jornada de aprendizado de diversas matérias, de penal, penal militar, desde marchar, atirar, parte física, parte de combate ao fogo. Na minha opinião, poderia ter aproveitado algumas outras coisas que não foram aproveitadas, mas... fiz um curso em escola, uma das melhores escolas da Brigada que tem, que é escola mesmo da Brigada, muitos foram formados em batalhão pequeno. (SD3)*

Este soldado ressalta que a formação de soldados não se dá apenas nas escolas de formação existentes na Brigada Militar, muitas vezes, conforme o contingente de aprovados que são chamados no concurso, acaba que alguns alunos fazem a formação dentro de alguns batalhões, o que também trará diferenças nas formações. Poncioni (2013), a partir de pesquisa realizada na Polícia Militar do Rio de Janeiro, refere que uma das dificuldades enfrentadas frente à melhoria dos modelos de formação, é o fato de que o corpo de professores é composto, na maioria, por policiais que acumulam funções tanto na docência como em funções administrativas, ou até mesmo no policiamento, sem possuírem, em geral, uma formação pedagógica. Para a autora, isso pode acarretar deficiências e descontinuidades na formação.

Nos trechos seguintes os entrevistados questionam o tempo dispensado no curso, com proeminência do “militarismo”.

*Eu esperava uma coisa diferente, mais profissional, mais técnica. A gente acordava as 6h, né, padrão regrado. Entrava em forma às sete, no pátio e nesse intervalo era a faxina. Das 7 as 8h era a canção, marcha, e daí entra a parte do militarismo, né? Depois às 8h a aula, aula até às 12h, almoçava 12h ou 12h30, às 13 horas entrava em forma de novo, marchava mais um pouco. 13h30 ia pra aula, até às 17h30. Depois uma faxina, eu tenho horror à faxina, depois a faxina de novo, eventualmente tinha aulas à noite. Numa peculiaridade do meu curso, no ciclo tu aprende as matérias normais, né, direito, todo tipo, e instrução de tiro tu tem uma parte de revólver, uma parte de pistola no primeiro ciclo, no segundo ciclo tu finaliza revólver e pistola, e daí vem o terceiro... O nosso comandante fez diferente do normal... ele pegou e habilitou todo mundo no revólver no primeiro ciclo... Assim, como a gente era habilitado, podia fazer um pré-estágio. Ele nos levava para fazer policiamento no centro ... Isso foi uma coisa que pesou muito em vista dos outros batalhões. Porque terminava a aula, o pessoal ia para o alojamento estudar, ler, olhar TV, dormir, e nós não. Quando não tinha aula à noite, depois desse período que a gente foi habilitado, a gente tinha serviço, 2 ou 3 horas de serviço. Em duplas, trios, porque é aluno, aí não ficava sozinho. Às vezes com alguém da turma anterior. E assim foi. A minha visão é que [deveria] seria mais técnico, mas ficou mais a questão de faxina, militarismo, que pesou muito, porque pra função militarista não tem função nenhuma, teria que ser a parte de ordem unida, já tem uma cadeira só disso. Mas tu fica muito envolto em fazer limpeza e marchar e acaba não tendo a prática de tiro, que deveria ter, a questão de abordagem, ficou muito fraca a parte técnica. Isso é meu ponto de vista. (SD2)*

*Não foi o suficiente. Deveria ter mais... praticamente a gente ia pra rua assim, cru. Fomos aprendendo aos pouquinhos, agora também, esse pessoal que vem, vem sabendo o básico, o mínimo, mas deveriam saber mais, principalmente manusear arma. Manuseio de arma, linha de tiro, isso deveria ser primordial aqui... [...] a minha escola foi na rua. Porque aqueles seis meses que eu tava lá, que eu fiz aquele curso lá,*

*aquilo ali foi só pra aprender... Sei lá, hierarquia, disciplina, aprender marchar, e nunca mais aproveitei. Que sempre dizia assim, vocês vão ter saudade do curso. Eu não. Nunca tive saudade do meu curso, porque nós sofremos demais. (SGT4)*

Os interlocutores salientaram que certos aspectos do “militarismo” ficaram acima das questões técnicas, que, segundo eles, fazem a diferença no dia a dia do policiamento. Por exemplo, o fato de não terem tido mais horas práticas no manuseio e uso do armamento, algo de extrema importância para a atuação policial e que fará a diferença no cotidiano profissional, garantindo a eficiência e a segurança de todos. Ao mesmo tempo, essa percepção mostra o quanto a concepção sobre a atuação policial está voltada para a ação repressiva, com a ideia de combate ao crime, ao frisarem apenas a questão da importância do treinamento do uso do armamento, sem citarem outros conteúdos formativos.

De acordo com Tavares dos Santos (2014), a formação do policial militar ainda é fortemente marcada pela cultura organizacional militarizada aliada a um arcaísmo pedagógico, juntamente com matérias fragmentadas que tentam ir ao encontro com temas relacionados ao policiamento ostensivo, em uma sociedade democrática em respeito aos direitos humanos.

É importante destacar a existência de iniciativas que foram crescendo no país de formações inovadoras de ensino policial com advento da criação da Matriz Curricular Nacional em 2003, que foi reformulada em 2008 sendo referência para a formação policial, com referencial teórico-metodológico para orientar a formação inicial e continuada dos profissionais da segurança pública “[...] ao uniformizar as ações formativas e prioriza os direitos humanos nos currículos, destacando a sua especificidade e transversalidade (SCHABBACH, 2014, p. 70)<sup>24</sup>”.

Mas Poncioni (2007, p.26) ressalta que por mais importante que sejam essas iniciativas inovadoras no contexto da reforma da polícia brasileira, ainda não se tem “[...] resultados dessas experiências em termos de eficiência, eficácia e efetividade das atividades policiais para alcançar os objetivos propostos”.

---

<sup>24</sup> Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foram realizados cursos de especialização voltados para as polícias civis, militares, bombeiros militares e demais servidores da Secretaria da Segurança Pública, além do Curso de Mestrado Profissional em Segurança Cidadã, criado em 2018.

Poncioni (2013, p. 59) complementa que os cursos de formação possuem dificuldade de abranger o conteúdo necessário condizente com as atribuições que os novos policiais assumirão diante de uma realidade complexa, assim “quando os policiais iniciam a sua prática profissional, uma das primeiras coisas que aprendem é descartar o que foi ensinado na academia”.

Os trechos a seguir corroboram a afirmação da autora, pois os entrevistados falam justamente da questão da teoria *versus* prática, um assunto muito corriqueiro entre os policiais. Eles costumam enaltecer que o aprendizado se dá, na verdade, na prática, quando vão para a rua, o que demonstra um distanciamento entre a formação e a atuação profissional.

*Estava comentando com um colega hoje que os cursos da Brigada, infelizmente, não preparam o pessoal para a atividade. A gente vai aprender depois na rua, com os colegas, né, que têm mais experiência. (SGT2)*

Queixas como privação de sono, horas sem se alimentar, são observações feitas aliadas ao que boa parte dos entrevistados destaca como uma formação ineficiente e desconectada da realidade, da atividade fim.

*Olha, o que que eu posso te dizer? Foi boa e foi ruim, né? Que a gente ali a gente vê a aquela ilusão de policiamento, de Brigada, assim, é outra coisa... por mais que eu já tenha convivido com aquilo ali durante a minha infância<sup>25</sup>... A gente só tem a noção normal quando a gente tá lá dentro. Ali a gente vê as deficiências da Brigada, a gente vê muita coisa assim arcaica, tipo, o tempo de formação é muito pouco. A gente sai pra rua sem saber muita coisa. A gente aprende na rua mesmo. A escola mesmo começa na rua. Documentação, pegar adicional, isso aí é tudo na rua. E... Até aquele instinto assim de policial, a gente só adquire na rua, infelizmente é só na rua. (SD1)*

Os trechos das entrevistas mostram que para alguns policiais a formação esteve longe do contexto de trabalho com o qual irão se deparar. É importante destacar que os trechos citados são de policiais com tempos distintos na instituição, três soldados com menos de 10 anos e dois sargentos com, pelo menos, 25 anos de atuação, o que comprova que as dificuldades em se realizar mudanças nos currículos e na cultura organizacional atravessam o tempo.

---

<sup>25</sup> Este entrevistado é filho de policial militar e, ao longo da entrevista e das conversas informais durante a observação em seus turnos de trabalho, referiu que viveu boa parte da infância dentro de um Batalhão, no interior do estado.



Tavares dos Santos (2014) e Schabbach (2015) chamam a atenção sobre o processo de socialização do policial, no qual, ao lado do currículo formal, existe um currículo oculto que sobrevaloriza a experiência profissional.

A próxima categoria gerada a partir das entrevistas refere-se ao risco e ao perigo existentes no trabalho policial.

#### **4.1.2 Risco e perigo**

Ao serem entrevistados, praticamente todos os policiais militares foram enfáticos ao afirmar que realmente é uma atividade muito perigosa, que o risco que eles estão correndo é desde o momento em que vestem a farda. Mas, ao mesmo tempo, eles relataram uma sensação de adrenalina, de não avaliarem totalmente a situação no momento, de tomar certas decisões, às vezes, que fogem às regras, aos ensinamentos formais, potencializando os riscos. Isto ocorre porque no momento não conseguem avaliar esse risco e seguir realmente só o que é considerado procedimento padrão, muitas vezes sozinhos, ou sem os equipamentos adequados, para depois refletirem sobre a situação e as atitudes tomadas.

Mello e Nummer (2017, p. 159) apontam que o risco é um fenômeno complexo e paradoxal, capaz de produzir “[...] sentimentos de medo, perigo e ameaça, mas que também proporciona uma série de outras recompensas psicossociais, como o reconhecimento pelos pares e pelo público e emoções associadas à satisfação e ao prazer.”

Estes autores em estudo realizado com a polícia militar da região metropolitana de Belém do Pará com o objetivo de investigar a percepção que os mesmos tinham sobre os riscos que enfrentam chegou a quatro categorizações sobre o tema: a primeira categoria se enquadra como riscos sociais se referindo aos perigos existentes associados ao significado cultural da profissão. A segunda categoria foi classificada como riscos epidemiológicos que está associada à probabilidade de acidentes, lesões e traumas (físicos e psicológicos); a terceira categoria se refere aos riscos voluntários que se relacionam ao gosto pelo enfrentamento ao perigo e a ousadia; e a quarta categoria agrupa os riscos jurídicos que correspondem às consequências jurídicas e administrativas que podem ocorrer a partir de uma decisão errada. Mello e Nummer (2017) destacam que os policiais normalmente reúnem uma combinação desses modelos analíticos diante de situações de perigo.

Ao nos voltarmos para a pesquisa empírica desta dissertação percebe-se que existem diferenças no trabalho de quem está no policiamento e de quem está no atendimento ao público no Posto da Companhia, o primeiro com mais riscos do que o segundo. Como nos mostra um dos entrevistados, que naquele momento não estava mais desempenhando o trabalho na rua, apenas atendimento ao público e suporte aos colegas do policiamento ostensivo:

*Permanecer, permanece. É que na rua tu estás propício a tudo, aqui dentro já não é tanto. Aqui dentro já é mais, que aí tu não estás sozinho, e na rua geralmente, quando dá as ocorrências, tu nunca sabes se está sozinho ou tá com alguém, antigamente não existia arma de fogo pra todo vagabundo, hoje eles tudo estão armados com arma de fogo. Antes era difícil uma arma de fogo, agora não, agora qualquer um ali, quando tu vê, ele tá com um revólver na cintura, uma pistola. (SGT4)*

Há, portanto, um agravante da rua: o contexto do acesso às armas de fogo, o que acrescenta mais risco ao trabalho do policial, que tem a obrigação de garantir a ordem. Outro policial afirma, no entanto, que a noção de risco some em alguns momentos-chave:

*É... Eu acho assim, que o risco é grande, só que, quem gosta de ser policial não sente medo na hora, sabe? Eu, tipo, eu tenho um negócio que tenho medo, é medo de altura. Eu não gosto de subir em nada alto, andar de avião, eu ando... A verdade é que um cara que gosta na hora não sente medo. Que nem esse colega que faleceu agora, por último, que ele foi abordar dois caras sozinho. Eu assistindo o vídeo, qualquer policial assistindo o vídeo vai criticar, fez errado, abordou sozinho. Só que muitas vezes eu fiz isso aí. Na hora da emoção, tu acha que tu pode, tu é superior, mas na verdade é um humano qualquer. Como te falei, tenho medo de altura, ando de avião com medo, com receio. Subo num prédio alto que não me sinto bem. Teve ocorrência já que corri por fora de prédio, atrás de cara que roubou loja. Na hora, assim, não tive medo. (SD3)*

O relato deste soldado remete-nos à discussão do currículo oculto levantada por Tavares do Santos (2014) e Schabbach (2015). Ademais, além da supervalorização da experiência prática, há o impacto dos meios de comunicação sobre a atuação policial.

[...] os efeitos dos meios de comunicação de massa que provocam a transformação dos atos de violência extraordinária em violência ordinária, com a exaltação do policial repressivo ou do policial-herói, o que despreza toda a relevância social do ofício de policial, e, principalmente, as funções de prevenção da criminalidade, de

investigação policial de ocorrências e de responsabilidade social dos policiais (TAVARES DOS SANTOS, 2014, p. 27)

Todavia, na equação do cálculo do risco também entram outros elementos, que determinam se ele pode vir a se tornar um dano:

*Olha, eu vejo que isso é bastante variável, na verdade, né? De acordo com características de cada pessoa, porque alguns reagem de uma forma mais impulsiva, assim como outros acabam se inibindo e se retraindo. Então, depende um pouco de como é a personalidade de cada um, e acho que depende também de um grau de maturidade. Maturidade tanto em termos de idade mesmo quanto em termos de experiência profissional, de já ter vivido algumas situações dentro da atividade profissional e aí conseguir reagir de acordo com as suas vivências e as suas experiências anteriores, né? Mas sem dúvida, a adrenalina é uma coisa que... que tá presente, num certo grau até é necessária, para o enfrentamento assim das situações. Mas que, dependendo do grau de maturidade ou do tipo de personalidade pode acabar levando pra um desfecho não tão adequado [...] (Cap Médica Psiquiatra)*

Podemos observar que o risco inerente à profissão é muito potencializado pelo ambiente violento e pela experiência do próprio profissional. A tensão, no entanto, não os paralisa, e o cálculo do risco/recompensa parece não acontecer no momento da ação.

*Do risco, do perigo, é iminente. É toda hora. Tá na rua ali, tu tá fardado a já estar em risco. O que acontece com nós é que a gente meio que acostuma, né? Nos primeiros dias que a gente bota a farda, eu me lembro, a gente sente um pouco de receio, bah, tá fardado. O tempo vai passando e vai ficando normal, tu vai esquecendo, e tu acaba esquecendo. Vai nem mais percebendo que tá fardado, tu se acostuma. Mas o risco a gente sabe que existe, só que acostuma. (SGT1)*

*[...] é um risco alto, né? ... Enquanto todo mundo tá fugindo de um tiroteio, fugindo de um perigo, a gente tem que ir de encontro a um tiroteio. Às vezes têm incêndios, a gente vai junto com os bombeiros, eu já entrei em prédio em chamas sem equipamento pra dar ajuda para os bombeiros, então a gente se arrisca, e isso não é só tiroteio, só isso ou aquilo. [...] Tem tudo. Todos os tipos de risco a gente corre, né? Desde o pior de todos, que é vir a falecer, ou... em alguma ocorrência ficar com alguma sequela, como foi o caso do meu pai. Teve uma ocorrência e ele ficou com uma sequela [acidente em serviço], e não pode voltar à ativa. Ele foi baleado, ficou com sequelas na perna e não pode mais voltar a servir. A gente corre esse risco. Com muitos acontecem, infelizmente. (SD1)*

*O risco da profissão e perigo não mudou, risco sempre vai ter e eu acho que dificilmente vai mudar. O risco que tinha ontem, tem hoje... eu vejo que a violência sempre existiu. Desde que o mundo é mundo,*

*sempre teve violência... As pessoas dizem que aumentou. Não tinha essa informação que tem hoje, mas a violência sempre teve. (SGT6)*

O risco é incorporado ao cotidiano de uma forma que vai sendo banalizado e talvez, em alguns momentos, até ignorado, corroborando com a afirmação de Mello e Nummer (2017, p.159) sobre a exposição voluntária ao perigo tendo uma postura ousada: "... apresenta o risco dentro de uma conotação positiva e muitas vezes necessária, que fazem parte do ethos do trabalho policial."

Acostumam-se de tal maneira, que é recorrente assistirmos notícias de policiais que em horário de folga se envolveram em ocorrência porque foram tentar impedir um crime, ou porque estavam fazendo bico em algum estabelecimento comercial. Como este soldado que menciona não se desligar nunca.

*É que nem eu te dissesse, se eu não vou na padaria, que é a duas quadras sem estar com a minha arma. Eu não saio sem estar com a minha arma, que a gente não consegue se desligar. Minha arma... Em casa com, as duas armas, elas ficam próximas da minha cama. Infelizmente as minhas duas armas ficam sempre ao meu alcance. (SD1)*

Alguns policiais relataram complementar a sua renda por meio do "bico" (atividade de segurança que desempenham fora do expediente de trabalho, que é considerada ilegal, mas que muitos relatam fazer para complementar a renda familiar). O chamado bico é realizado, na maioria das vezes, em farmácias, supermercados, lojas, casas noturnas e outros, e é percebido como um dos fatores que também aumenta o risco e o perigo aos quais o policial se submete.

*Bah, o bico acho que já faz uns cinco, seis anos. Eu resisti no início, o bico. Mas depois, infelizmente, o cara tem que...é, uma questão financeira, para ter o plus a mais, né, aquele bico é um plus a mais. [...] cada brigada tem uma visão de bico. Pra aqueles que incorporam o salário, é um plus a mais. Que nem no meu caso, eu comecei pra construir minha casa, adquirir bens, nesse período eu sempre tive aquele ideal de poder voltar pra casa. Eu poderia ter feito uma faculdade nesses sete anos, mas infelizmente com esse ideal tu começa a fazer bico e tu consome teu tempo. Que nem... de dia, me ver acordado é praticamente impossível, sou quase que um vampiro, tenho alergia ao sol. É só à noite. (SD1)*

Nas entrevistas, os policiais que relataram exercer essa prática foram uma minoria, mas se intui que ela é corriqueira entre os policiais militares. Talvez por ser uma prática ilegal alguns interlocutores tiveram receio em admitir que a praticam. Sendo mais um fator que potencializa o risco.

## 4.2 Organização do trabalho

Neste tópico examinam-se as categorias que foram construídas a partir das entrevistas, e que dialogam com o conceito de organização do trabalho discutido no referencial teórico. São elas: condições de trabalho, gestão e relações hierárquicas.

### 4.2.1. Condições de trabalho

Outra questão levantada durante as entrevistas tratou sobre as condições de trabalho, entendendo-se por condições de trabalho tudo que envolve estrutura física, ambiente, equipamentos, carga horária, remuneração, etc. A maior parte dos entrevistados reclamou de condições precárias que possuem para exercer a atividade laboral, trouxeram que as condições atualmente se encontram insatisfatórias, desde a falta de efetivo, as precárias condições dos equipamentos ofertados ou a falta deles, o que leva alguns a adquirir por conta própria: armamento, coturno, fardamento, coldre, etc. Também foi citado o colete à prova de balas, pois aquele que é oferecido pela instituição, em muitos casos, está fora do prazo de validade, deixando a dúvida se irá funcionar, de fato, em uma situação de confronto.

*Olha, no atual momento, eu avalio como péssimo... A arma da Brigada, esta daqui que eu tenho é cautelada<sup>26</sup>. Agora, pra mim, eu confio nela porque eu tive a oportunidade esses dias de testar ela num curso lá. Um cursinho bagual, mas pelo menos tive a oportunidade de testar, sei que ela tá em funcionamento. Mas que nem equipamento, essas coisas, é precária. A placa é minha [colete balístico], a placa da capa é minha, se eu não adquirir ela, como é que eu vou colocar o material que a Brigada paga pra nós? Até hoje tenho a capa que a Brigada pagou. É sem condições de uso, ela não fornece condições de armazenar as placas balísticas. É muito ruim, o cara que desenhou aquilo ali não entendia nada de policiamento. E tu não tem ali onde colocar os teus pertences pessoais, que nem aqui tenho um carregador, um celular, uma arma, eu tenho luvas, tenho canivete para algum problema... (SD1)*

Sobre a questão do armamento, o mesmo soldado reforça a precaução no quesito segurança, citando o exemplo de um colega que perdeu a vida por estar com um equipamento sem condições de uso.

*Eu já vi, não são armas velhas, tem lotes novos, que falham ... Eu tive o desprazer de perder um colega de turma por causa de uma falha de arma em uma ocorrência de tiroteio. A arma dele falhou, ele veio a ser alvejado por um marginal e se ele não tivesse uma segunda arma, ele*

<sup>26</sup> Cautelada significa que foi feito empréstimo do equipamento mediante cautela.

*não teria conseguido reagir, mas mesmo assim perdeu a vida, por falha de arma. Olha... como é feito esse controle de qualidade pela Brigada, eu não sei, mas a gente sabe que de outras polícias que, se uma arma de um lote apresentar defeito, todo o lote retorna. Aí como é feito esses procedimentos na Brigada, eu não sei. Já sei de cara que tava com arma mais de anos, cautelada, e um dia foi usar e falhou. E aí se apavorou, porque tava com uma arma... que era só um pedaço de metal, carregando pra lá e pra cá. (SD1)*

Não podemos esquecer que estar com um equipamento de trabalho que não esteja em condições de uso é muito grave, pois coloca a vida do policial em risco e das demais pessoas envolvidas numa ocorrência, elevando, mais ainda, o risco e o perigo já presentes na atuação policial.

*Se não é nós estar mexendo nas viaturas, as viaturas baixam e ficam. Nós antes estávamos trocando tampa de radiador de uma viatura, pra ela funcionar. Agora tem viatura que o rádio não funciona, aquela viatura que capotou, se não fossemos nós correr atrás e coisa e tal pra poder ajeitar, não tinha... A gente tem que estar sempre correndo atrás de alguma coisa pra ajeitar e coisa e tal, senão... .. Eu não recebi o meu [coturno] por causa da minha numeração, aí tive que gastar do meu bolso. Aí eu investi num coturno bom, que nem no início eu investi em fardamentos bons, porque no começo é uma briga pro cara receber na Brigada. Às vezes tu recebe uma numeração maior, menor, e tu te vira. A gente tem que mandar ajustar, infelizmente. Se não é o cara tá sempre lutando pra manter o material em dia, esperar muito do comando é... Tem que ver o que tem que ajeitar, o rádio não tá funcionando, o cara tem que dar um jeito com telefone próprio. (SD1)*

O entrevistado aponta uma questão muito importante, ao salientar que muitas vezes é o próprio policial que mantém os equipamentos para garantir condições mínimas de trabalho, ou seja, assume uma responsabilidade que não é dele, e sim da instituição.

Outro interlocutor também cita a compra de equipamentos de trabalho que deveriam ser fornecidos e menciona o colete à prova de balas que não se tem certeza se funciona, o que causa dúvida e insegurança.

*Tipo fardamento já comprei, coturno, coldre, sempre tem alguma coisinha, um apetrecho que tu tem que comprar, porque nem sempre tem no almoxarifado. [...] Olha, eu nunca testei [colete], mas dizem que uns tiros que ele segura igual, outro diz que não segura, né. Eu me sentiria bem melhor se tivesse com um em condições, dentro da validade. (SGT1)*

Este mesmo sargento também salientou que o modelo da placa de aço do colete não é apropriado, é inadequado, pois não fora projetado de forma anatômica:

*“Tu entra na viatura, tu sentou na viatura e ele te deixa enforcado aqui em cima, não foi bem avaliado, planejado no caso”.* (SGT1)

A médica psiquiatra, no entanto, complementa a informação dos praças sobre a validade do colete à prova de balas.

*Mas o que eu escutei já de pessoas que trabalham com instrução de tiro é que a validade colocada no colete, ela na verdade é muito maior do que aquela escrita ali, né? Que, enfim, isso já... isso foi falado, até nesse curso que eu fiz agora, que enfim, por ter... por questões de fabricação têm que se colocar uma, até por interesse do mercado, vamos dizer assim, de que seja comprado de tempos em tempos, levas de... Mas que na prática, a vida útil do colete é muito maior do que aquela que tá ali. Então, mas eu entendo assim, eu acho que essa queixa diz respeito não só ao colete, mas à toda a estrutura oferecida ao militar, e realmente a gente sabe que tá precária, e a gente.... Nos chamou a atenção como tem aumentado a procura por atendimento psicológico e a gente acredita que em parte é por causa do sofrimento que essa sobrecarga tá causando, né, de redução de efetivo, de eles terem que, enfim, aumentar a pressão de trabalho em cima deles.* (Cap Médica Psiquiatra)

Outro soldado entrevistado traz uma sugestão quanto às questões referentes aos equipamentos:

*Eu acho que o policial tem que se formar, ele tem que ganhar uma arma, um colete e uma algema, isso é no mínimo. O meu colete, ele tá dentro da validade. Muitos usaram colete vencido, mas o colete mesmo vencido ele faz proteção. Se ele tá vencido e não tá muito quebrado, ele faz uma proteção, entendeu? O colete também, nunca tive problema com o colete. Só a questão do armamento que acho que todo o policial devia ter uma arma do estado, né, pra se defender. Eu consegui a minha agora há pouco....vou fazer sete anos de serviço pra Brigada e eu consegui uma arma do estado em cautela agora, pra mim, entendeu?* (SD3)

Este mesmo policial cita outro equipamento importante, a viatura, que se desgasta rapidamente, pois fica rodando 24 horas por dia:

*A viatura, quem sofre com uma viatura em condições ruins é a população, que não vai poder andar em alta velocidade pra buscar um veículo. Um prisma... que nem esses prismas aí, que tão quase tudo estragado já... A perseguição é quase impossível. Isso quem sofre é a população, não vai ter um serviço num padrão.* (SD3)

O relato acima demonstra que a falta de estrutura do Estado faz com que o serviço prestado seja precário e ineficiente, reforçando a visão negativa da sociedade sobre os serviços públicos.

Este mesmo entrevistado também faz um comentário sobre uma arma considerada não letal, a *taser*. Ele acredita que ela poderia resolver muitas ocorrências, diminuindo os riscos tanto para o policial quanto para os envolvidos na ocorrência (vítima e autor).

*A arma Taser ou Spartack, que chama aquela arma de condutividade elétrica. Aquilo ali resolve muita ocorrência ou conflito. Um cara embriagado, um cara com uma faca na mão, incapaz, uma briga de marido e mulher. Muitas vezes o policial às vezes não dá um tiro e acaba sofrendo a penalidade, acaba sofrendo ali... pode até em óbito um policial. Com medo de agir porque o cara tá só com uma faca e o cara ser esfaqueado ou até mesmo acabar tirando a vida do autor ali da ação ali, por causa que o cara tá com uma faca, enquanto que uma arma de condutividade elétrica ele poderia resolver muitas ocorrências, entendeu? Isso aí tem pouco... existe uma lei de 2015 que é obrigatório ter, cada policial ter uma arma não letal dessa. E, aqui, tão fazendo curso, mas o ideal era cada policial ter essa arma. Não é uma arma muito cara, o estado teria condições. O sargento aqui que tá trabalhando aqui ... tá usando essa arma. Mas não é todos que têm o curso (SD3).*

Outro soldado também faz um apanhado geral das dificuldades que os policiais desta Companhia enfrentam no seu cotidiano de trabalho.

*[...] que as viaturas estão, vou falar do meu batalhão... dois ou três carros mais novos (2013), três anos de uso. O resto tudo 2009, cacaredo, sempre dando problema. Armamento. Veio um lote de armas novas agora, eu não sei se todo mundo do batalhão tem arma em cautela. Eu tenho, então tenho a possibilidade de deslocar com ela pra casa. Tem gente que não tem, então tu pega a arma no batalhão, tira o serviço e devolve. Se tu não tem arma particular tu vai embora sem arma. O que é muito ruim: andar sem arma (SD2).*

É notório que os policiais não se sentem seguros em andar sem arma fora do horário de expediente, por isso, quando um policial é afastado do trabalho e perde o porte de arma ele fica revoltado, sente-se punido.

Outro depoimento que traz um ponto considerável sobre as condições de trabalho se refere aos recursos humanos:

*[...] o maior problema é a falta de efetivo, que a situação só não está pior devido o reforço da Operação Avante. (SGT4).*

Conforme o presidente da Associação de cabos, soldados e sargentos (ABAMF), o número do efetivo está completamente defasado:

*Hoje a Brigada Militar tá sucateada... Ali onde tu tava, no 9º BPM, a brigada tinha 800 homens, entendeu? Hoje, ali naquele mesmo lugar*



*que tu tá ali, a Brigada tem 200 homens. Entendeu? Então a Brigada Militar, quando ela começou a ser sucateada. H 20 anos atrás, a população no RS era de 10 milhões, hoje a população do RS tá com uns 12 milhões. Agora tu imagina. E o efetivo da Brigada Militar era de 25 mil homens. E hoje o efetivo é de 15 mil homens<sup>27</sup>. Até o brigadiano, o que ele teria que ter um companheiro do lado, ele não tem esse companheiro. Trabalha sozinho e não tem condições de trabalho. Colete vencido (Presidente da ABAMF).*

O número insuficiente de policiais na companhia, conforme dados apresentados pelo comandante à época e neste trecho da entrevista com o Presidente da Associação, é mais um agravante diante das fragilidades presentes nas condições de trabalho dos policiais, o que traz como consequência a sobrecarga de trabalho. Desta forma, mais demandas precisam ser divididas entre os policiais, como o aumento das horas extras que depois também geram folgas no final do mês. Como foi percebido na investigação de campo, onde no encerramento do mês era comum um número reduzido de policiais, principalmente à noite na Companhia, devido ao excedente de horas. Essa problemática reflete na ponta, no atendimento à população, esta, por sua vez, percebe a falta de policiais e se queixa diretamente aos que estão trabalhando, tornando o contato mais tenso.

Em função da falta de efetivo que dificulta o trabalho, os entrevistados comentam que estão estressados, mas precisam manter a calma diante das mais variadas situações, principalmente das críticas, onde o cidadão, que é atendido, muitas vezes não aceita certos conselhos e orientações. Conforme registramos no diário de campo: [...] ao conversar com um dos sargentos da Companhia, ele reforça que os cidadãos chegam no posto de atendimento reclamando de coisas que não estão ao alcance deles mudar, comenta que o atendimento ao cidadão é um dos pontos mais estressantes do trabalho. Chega a dizer que: “passam o dia escutando tantas coisas que saem daqui com a cabeça estourando de dor”. (DSGT9)

A profissional da saúde também associa o número reduzido de policiais com o aumento da procura por atendimento psicológico.

*Nos chamou a atenção como tem aumentado a procura por atendimento psicológico e a gente acredita que em parte é por causa do sofrimento que essa sobrecarga tá causando, né, de redução de efetivo, de eles terem que, enfim, aumentar a pressão de trabalho em cima deles. (Cap Médica Psiquiatra)*

---

<sup>27</sup> O número do efetivo apresentado pelo presidente da associação não condiz com os dados oficiais disponibilizados pelo portal da transparência do governo do estado.

Além das questões apontadas sobre a falta e as condições precárias dos equipamentos para a atividade fim também foi registrado que nem mesmo o material para a manutenção da estrutura da companhia em tese menos dispendioso, é garantido como refere este sargento, assim ficam dependendo de doações, da mesma forma a falta de um profissional responsável pela conservação e higiene dos locais, sendo a manutenção feita pelos próprios policiais.

*Mas, o Estado também deveria comparecer mais nessa questão aí, e nos fornecer meios para manter material, material de higiene, material de limpeza, isso aí tudo ele acaba sendo encontrado na comunidade. A comunidade, de uma maneira ou de outra, acaba contribuindo conosco. (SGT3)*

*A infraestrutura dos prédios: muito ruim, porque falta verba pra investir. Os alojamentos, vou falar do meu, são do lado do batalhão... Deu uma melhorada comparado quando entrei, a gente não tinha ar condicionado, era calor, não tinha cortina, então do meu curso (2012-2013) pro curso que teve de sargento deu uma melhorada, porque colocaram ar condicionado, colocaram cortina. Mas mesmo assim não tem alguém que fiscalize a limpeza, ou faça. Deixam por conta do soldado. Aí o soldado chega de serviço e vai dormir. Aqui tem um soldado que não pode trabalhar na rua por um problema de saúde, então ele ficou designado para fazer a manutenção da companhia. A parte do administrativo eles mesmo que fazem. Lá embaixo é a permanência até a noite que faz geralmente. Ele recolhe o lixo, ele passa o pano, se tá muito sujo... Aí o rapaz que cuida da limpeza aqui cuida lá de baixo também. Esse prédio não é nosso como tinha te falado... É da prefeitura. Então tu não pode fazer nenhum tipo de melhoria nele, porque ele é tombado (SD2).*

Nos momentos das observações e conversas informais foi relatado que alguns utensílios utilizados no Posto e pelos policiais haviam sido doados pelo comércio situado próximo da Companhia, tais como: tampa do vaso do banheiro, material de limpeza, aparelhos da Nextel para se comunicarem, etc.

Ao longo dessa seção os relatos dos entrevistados evidenciaram a precariedade das condições de trabalho que se encontram nessa Companhia, em relação a equipamentos de proteção, viaturas, rádios, falta de recursos humanos e outros, sendo este mais um fator que contribui para um processo desgastante de trabalho.

Segue-se para a próxima categoria analisada dentro do eixo de organização do trabalho.

#### 4.2.2 Gestão e relações hierárquicas

O tema a respeito das relações hierárquicas é apontado pela literatura estudada (AMADOR 2000; RONDON FILHO, 2013; CARDOSO; NUMMER 2018) como um dos fatores estressores da profissão de policial militar, mas poucos entrevistados citaram este item como algo negativo ou prejudicial. Talvez nesta companhia não seja realmente um estressor tão significativo ou simplesmente houve receio de expressar a sua verdadeira opinião à entrevistadora, evitando maiores repercussões funcionais.

Mas, alguns policiais apontaram a questão da rotatividade dos oficiais e comandantes como algo prejudicial para o desenvolvimento do trabalho, além de questões de assédio moral, por eles denominada como “perseguição”.

*Tem diferença sim, com certeza tem. Se o superior não for um cara que te ofereça, assim, tranquilidade e amparo legal, tu não vai trabalhar direito, tu vai trabalhar com medo, né. E o serviço não vai fluir. E se o serviço for ruim, vai ser ruim para a carreira dele, né, porque o oficial ganha pontos conforme o serviço dele, e o oficial depende do praça pra poder ser promovido, né, pra ganhar carreira. Se pegar uma companhia que os caras não fazem nada, ele vai se dar mal também, né, então... Tem que ser um bom comandante para ter uma boa equipe. (SGT6)*

Neste relato o entrevistado salienta que apesar dos círculos hierárquicos o comando também depende da tropa, que, para a engrenagem funcionar, é necessário diálogo e cooperação, reforçando que apenas a hierarquia e a disciplina não são suficientes para o bom funcionamento e desempenho de uma equipe.

*[...] às vezes o oficial poderia pensar mais nos próprios policiais, em quem eles comandam, né? Deixar um pouco de lado a política, às vezes muita politicagem estraga o comando de uma tropa, tinham que... Se o oficial se dedicasse mais ao comando ali da tropa, se preocupasse mais, eu acho que teria... seria mais gratificante pra nós... O comando é o espelho da tropa, se tem comandante ruim, a tropa não vai trabalhar direito. Bota um comandante que pensa na tropa, a tropa não vai colocar atestado, vai trabalhar direito... São duas vias. (SD3)*

Já este policial nos mostra que existem muitos oficiais com visões distintas na corporação, alguns com uma postura mais aberta ao diálogo e outros mais conservadores, e que o agente precisa estar preparado para esta mudança, ora positiva ora negativa.

*Cada comando é uma maré, ou ela é boa, ou ela é ruim. Tem comandos bons, que são mais acessíveis, e tem comandos ruins, que não são tão acessíveis. Nesses sete anos que estou nessa companhia, já passaram acho que uns quatro ou cinco comandos, já passaram por aqui. E teve os comandos bons e os comandos ruins. Comandantes bem acessíveis, e comandantes não tão acessíveis. (SD1)*

Os próximos relatos enfatizam a questão das constantes trocas de comando, o que traria prejuízo para o prosseguimento do trabalho e provocaria a descontinuidade das propostas, e também a questão das perseguições.

*Eu percebo que há uma troca muito constante dos oficiais [...] não agrada o seu superior, não agradou, pensa diferente, já é motivo pra ser trocado. Aí muda toda a proposta de trabalho quando vem um novo comandante. Muda tudo. E aí muda tudo, muda todo, mexe com toda a estrutura, daquele comando pra baixo. Às vezes pra melhor, às vezes pra pior. (SGT1)*

*[...] é... toda hora muda o superior, né? Mas, eu nunca... com o comando atual e com o anterior nunca tive problema com... mas vejo colegas serem perseguidos. E acredito que isso dê um transtorno, um estresse, se tu não é de agrado, tu podes ser prejudicado em horário, em escala. Isso aí tudo dá um estresse. Eu nunca tive esse problema aí, mas já vi colegas passarem por isso aí. É uma forma de punir de outra forma. Não sei como que vou te explicar... É uma forma de punição, né? Mas, não tem como... é um poder discricionário do comando. Trocar o horário, isso tudo dá um estresse. Têm policiais que fazem trabalho extra, que nem eu, tenho faculdade, né? Têm coisas que geram um estresse. Tu tá com uma rotina, tu tem uma rotina e teu horário, e toda hora ficam trocando, por isso e por aquilo. Que nem agora, vou ter que fazer um curso, vou perder uma semana de aula. Mas tranquilo. Eu sei que teria que fazer esse curso. Vou perder os primeiros dias de aula, que não são os mais importantes. Mas poderia ter sido numa semana de prova estarem querendo fazer isso daí, numa semana antes de prova... Mas quem tem esse problema de perseguição eu vejo ali ou que colocam atestado ou fazem um trabalho por fora para ir trabalhar em outro lugar. Porque é difícil tu trabalhar em um lugar onde tu não tá sendo bem visto, ainda mais num serviço militar, tu vai ser perseguido até, entendeu? (SD3)*

Na polícia militar, onde a cultura organizacional é baseada na hierarquia e na disciplina, falar em assédio moral segue sendo um tabu. Conforme Rondon (2013), alguns comandantes utilizam-se do poder regulamentar e hierárquico para prejudicar subordinados em escalas e horários, buscando embasamentos no regulamento. Segue o exemplo de outro entrevistado.

*Diziam “bá, tu tem um perfil de militar”. Tem que saber distinguir, né, quem é ... quem é igual e quem é superior. Não pode a mesma brincadeira que tu faz com o teu colega da mesma patente, tu não*

*pode fazer com um superior. Tem gente que não tem essa noção, e daí acaba... É aí que gera o conflito. Então tu sabe com quem tu pode brincar ou não.... Tem uma pessoa que eu vou te contar o caso. Pode ser? Estava de viatura, motorista dele, não é esse aqui que eu to agora. Tava de motorista, e eu peguei o telefone assim, atendi, assim rápido: não posso falar agora. Aí ele me deu uma letrinha assim: Bah, tava falando no telefone. Sargento, eu só fui atender e desligar ali bem ligeirinho. Mas tu tem que dar o exemplo. Eu tenho que dar o exemplo? O senhor tem que colocar o cinto de segurança. Porque o brigadiano pensa que a lei da gravidade não se aplica. [...] Aí ele assim: então, o seguinte, eu sou sargento e tu é soldado, e eu to te dizendo que não é pra atender e deu. Bah. Aí tu...Não tem. Quando chega bem no momento, aí a hierarquia impera. Com essa pessoa foi assim. Não me recordo de ter acontecido com outras pessoas isso. Essa foi a única vez de conflito, mas eu me dou bem com ele, eu sei que ele é assim, então, não adianta brigar. Quando tem uma situação dessas, eu tento me afastar do foco do conflito, dar um tempo para esfriar a cabeça, por causa da hierarquia, da disciplina. Tu não pode argumentar que ele pode interpretar como alguma coisa e te punir administrativamente, que é um dos problemas do militar. Tem a esfera militar e ela é bem ríspida. (SD2)*

Fica evidente neste depoimento que não se tratava de argumento ou razão, e sim de hierarquia. Cabia ao soldado acatar a ordem do sargento que era seu superior, e se calar para que a situação não fosse interpretada como desobediência ou desacato, ou qualquer outra situação que pudesse ser interpretada no regulamento disciplinar como passível de punição.

Mas há outros que até destacam como positivo o momento atual em relação ao passado, como este sargento, que considera um pequeno avanço ter abertura para se dirigir direto ao comandante.

*Hoje em dia tá bem melhor do que já foi. Tipo a relação de subordinado e superior, assim, até onde, quando eu cheguei, era bem diferente. Tu não conseguia falar direto, até o primeiro tenente se tu fosse conversar com ele direto era falta grave... não falou como sargento primeiro? Hoje não, hoje a gente chega pro major “com licença, tenho que falar com o senhor”. Então isso mudou bastante, né? E hoje eu vejo que tá normal já. Se quiser conversar com o comandante geral, chega lá, pede permissão e conversa. Isso eu acho que foi um avanço. Hoje em dia não vejo, digamos assim, nenhuma falha nesse lado aí de comunicação de praças e oficiais. (SGT1)*

Com base em autores, como Dejours (1992) que destaca as relações hierárquicas dentro de organizações rígidas como fontes de tensão e desgaste ao trabalhador, chama a atenção o fato de poucos entrevistados terem referido esse tema, ou porque realmente tiveram poucas ou nenhuma experiência negativa nesse

quesito ou porque não se sentiram à vontade para relatar isso durante a pesquisa de campo.

Nesse percurso segue a próxima seção, que vem ao encontro dos itens analisados até o momento: o processo de sofrimento psíquico.

### 4.3 Sofrimento psíquico

Neste tópico pretendemos analisar as categorias emergidas a partir dos dados coletados que formam este eixo tendo os autores indicados no referencial teórico como base (autores como: DEJOURS, 1992; AMADOR, 2000; LACMAN; SZNELWAR 2004; MERLO, 2011). O trabalho policial por conviver diretamente com a violência, seja quando é agente produtor, seja na condição de vítima, apresenta aspectos patogênicos que comumente desencadeiam um processo de sofrimento psíquico. Dentro desse eixo, as categorias agrupadas referem-se à: falta de reconhecimento e insatisfação, fontes de tensão, indícios do adoecimento e estigma.

#### 4.3.1 Falta de reconhecimento e insatisfação

Nesta categoria foram destacados todos os trechos de falas dos entrevistados que expressavam aspectos que geram insatisfação no trabalho, que demonstram tanto a falta de reconhecimento na instituição como pela sociedade. Foram muito enfatizadas a questão salarial, a falta de estrutura e as precárias condições de trabalho.

*Trabalhar e não receber ou receber e receber parcelado e tu ver as outras categorias, né, tipo legislativo e judiciário, tudo direitinho em dia, isso aí também desagrada. (SGT1)*

*[...] o salário já era ruim, está pior [com o parcelamento]. Tu não sabe se a medida que o governo tá tomando vai melhorar futuramente ou se ele tá só te enrolando. Fica sem saber. Daí ficam especulações, que tem dinheiro em caixa. A Secretaria da Fazenda diz que não tem. (SD2)*

*No momento em que tu ganha um salário justo, tu tem mais ânimo para trabalhar. Tu te dedica mais, tu procura agradar mais, tu procura fazer o melhor.... mas enquanto o salário, se tu vê... não é só na Brigada, isso tu vê em qualquer lugar. Até em empresa, qualquer empresa tu vê isso. Se um funcionário ganha um salário justo, que ele acha que é justo, ele trabalha, ele se esforça, ele ajuda, ele faz o patrão crescer. Agora, se não é o que ele quer, que ele precisa, que ele merece, o patrão pode ter certeza que não vai ter o apoio dele. (SGT4)*

Como já foi mencionado anteriormente, entre 2015 e 2020, todos os servidores do poder executivo estadual receberam os salários parcelados, além de terem que financiar o 13º salário, pois o governo não garantiu este pagamento.

*Essas situações, né? Situações de equipamento, o comando deixa muito a mercê de cada um... e aí, a gente não tá aqui por salário. Quem é vocacionado mesmo, tá aqui pra ajudar as pessoas, independente do salário que for. Que tu pode receber de 1000 a 10.000, tu se adapta ao teu salário, e tu vive com aquele teu salário, com as tuas condições. E daí uma coisa que me desagrada é isso aí. A gente tem que lidar com todos esses problemas, a gente tá ali pra resolver os problemas das pessoas, e pessoas que estariam aí para resolver nosso problema não resolvem... (SD1)*

Este entrevistado destaca como insatisfação a falta de condições para exercer o trabalho policial com qualidade, mencionando o trabalho policial como algo altruísta, abnegado, vindo ao encontro das questões apontadas por Tavares do Santos (2014) e Nummer (2005), que salientam que o policial militar é formado por meio de dogmas, crenças e preceitos que o fazem acreditar que o dever está acima de tudo. Por isso o termo “vocacionado”, ou seja, quem adquiriu a vocação para ser policial, exerce ela em qualquer circunstância.

*Me desagrada também tá longe da minha família, porque bem ou mal eu tô sozinho aqui em Porto Alegre. Às vezes o cara fica pensando, por mais que a gente tenha a gurizada aqui, somos como irmãos e camaradas, no momento a gente vive sozinho, se acontecer alguma coisa aqui em Porto Alegre, o que que vou fazer? Mas bem ou mal eu tô sozinho. Se eu me acidentar ou me ferir, até um certo momento os guris podem me ajudar, mas depois, por minha conta, então... (SD1)*

É muito comum o soldado passar no concurso escolhendo a capital como local de trabalho, pois há mais vagas a serem preenchidas, todavia, fazem o concurso com a expectativa de que em algum momento poderão ser transferidos para sua cidade de origem ou onde se encontra a sua família, normalmente cidades do interior nas quais a demanda por policiais é menor.

*A política me deixa insatisfeito... A pessoa ameaça alguém, tu vai tentar fazer uma medida, um TC [Termo Circunstanciado], não toca em mim, porque eu conheço o fulano que conhece o sicrano. No fundo tu sabe que se tu fizer uma coisa, mesmo que tu tá fazendo o teu trabalho e ela for uma pessoa influente, tu vai sofrer uma sanção, depois, do superior. Isso, a política na Brigada, é uma coisa que desagrada demais. E isso tu vê direto... Aconteceu esses dias. O colega foi chamado (despachado) para uma ocorrência e aí ele foi lá. A mulher da loja ameaçou uma cliente, alguma coisa assim. Ah, então*

*tá... vai fazer aqui ou na delegacia o registro? Fez o termo circunstanciado. Uma das regras é que tu tem que assinar pra não precisar ir até a delegacia. A pessoa se negou a assinar. Porque a lei diz que não tem que assinar, só se comprometer. E ela disse verbalmente isso. E ela disse “não porque eu vou ligar para o fulano, para o sicrano”. Em questão de 15 minutos o coordenador dele, desse meu colega, disse que era pra deixar assim, que era pra não forçar ela a assinar. O certo era ter conduzido ela coercitivamente até a delegacia, porque é o procedimento, porque todo mundo faz. Por que pra ela tem que ser diferente? Aí aconteceu isso aí. Chegou no ouvido de alguém importante, depois no canal de comando até chegar nele. Deixa assim e já era. Morreu na casca. (SD2)*

No relato acima, o soldado reclama dos atravessamentos políticos que interferem na atuação policial, pois algumas pessoas recebem um atendimento personalizado, diferenciado conforme o seu status ou rede de relações, em detrimento dos demais cidadãos. O entrevistado explica que se não for dessa forma ele ou os colegas poderão sofrer alguma sanção. Cardia (1997) mostrou que muitos entrevistados percebiam a diferença no atendimento policial como consequência da desigualdade econômica.

Os grupos mais “pobres” não teriam direito a um atendimento igual àquele dispensado aos grupos mais “ricos”. O mau tratamento deixa de ser resultado de mau treinamento e passa a ser uma adaptação do policial a uma exigência do meio. (CARDIA, 1997, p. 257).

Já o próximo interlocutor aponta a descrença no trabalho policial, a visão negativa que a sociedade deposita na atuação policial.

*Báh, hoje em dia parece que o certo é errado, né? Ninguém gosta de polícia, o pessoal tudo reclama de tudo. Às vezes tu vai atender uma pessoa, tu tá falando com ela, ela tá braba que ela foi assaltada. Aí tu tá pedindo características, dados, para tu ver quem foi o ladrão e já tão falando “Tu não vai fazer nada?” uma forma de desconfiança e tu acaba até trabalhando com má vontade. Tu podia até fazer um serviço melhor e não faz. As pessoas já chegam brabas porque foram assaltadas, em vez de ela passar o problema dela pra gente tentar resolver, ela vem e gera outro problema. Isso aí desagrada: a desconfiança. (SD3)*

Cardia (1997) no mesmo estudo revela que a má imagem sobre a polícia deriva de experiências negativas ou frustrantes e não de imagens produzidas e disseminadas pelos meios de comunicação, pois a maioria dos entrevistados, em algum momento, teve algum contato com a polícia e em nenhum relato a experiência foi satisfatória. Destacam a falta de eficiência, má preparação e uso excessivo da força.



Outro apontamento feito pelos nossos entrevistados diz respeito ao plano de carreira, que seria outro fator desmotivante da profissão.

*[...] a maioria deles vai fazer uma faculdade e vai seguir outro caminho. Agora no momento que tiver um incentivo de eles poderem fazer um concurso [para sargento], que eles puderem crescer dentro da Brigada, aí é outra coisa. (SGT4)*

A desvalorização do serviço público nos últimos anos, juntamente com a mudança nas legislações onde vários direitos trabalhistas foram suprimidos, desmotiva os jovens servidores conforme o entrevistado acima, dando a entender que muitos tentarão outras carreiras que apresentam mais vantagens. O Censo realizado pela Brigada Militar em 2020 mostra que 23% do efetivo tem pretensão de sair da corporação. (RIO GRANDE DO SUL. BRIGADA MILITAR, 2020).

Estes policiais a seguir trazem o plano de carreira como algo extremamente desmotivante em relação ao trabalho, além de apontarem todos os empecilhos que tornam a ascensão de um soldado muito dificultosa devido às próprias regras da instituição onde o quadro dos oficiais é favorecido neste quesito.

*[...] sou do nível médio, que eu sou praça, soldado, não tem plano de carreira, entendeu? Não existe... a Brigada não tem plano de carreira. Se o cara não estudar, ele vai morrer... ele vai ganhar a promoção de sargento dele e vai embora assim, entendeu? Então, muitos policiais acabam, por questão financeira, fazendo bico, e trocando a oportunidade de estudar para fazer algum trabalho extra, entendeu? Se fosse reconhecida a profissão, e recebesse uma remuneração melhor, por exemplo, a população iria ganhar com isso, ia ter um policial mais... como é que eu ia te falar? Alguém com um estudo melhor, treinamento melhor... Isso é, muitos falam que a Brigada é despreparada, isso e aquilo. Mas o cara já ganha pouco, tem que fazer um trabalho extra. Poderia fazer uma faculdade, ou alguma coisa que poderia aplicar no serviço, um aprendizado e acaba não aplicando por abrir mão. Tem policial que tem dois filhos, aí abre mão por causa do filho para poder sustentar a família, entendeu? Mas quem estuda, tem condição de sair capitão, major... Basta tu ver nos teus planejamentos, o que que tu planejou, se tu tá estudando ou não... Mas... não tem plano de carreira como nos outros estados: tu fica cinco anos vira cabo, fica sete e vira sargento, isso não existe aqui não. (SD3)*

*Nós não temos um plano de carreira. Nós temos duas Brigadas, como te falei do início. Tu entra como capitão da brigada, sem fazer concurso nenhum interno, tu vai a coronel e hoje tu tem, aqui na BM, na parte baixa dos praças, tu faz um concurso pra entrar na brigada como soldado, se tu quiser sair sargento tu tem que fazer outro concurso, se tu quiser ir a sargento, a tenente, tem outro concurso. Tem que fazer três concursos pra seguir carreira. Então tu não tem carreira na BM,*

*para os praças...E nós somos o patinho feio da segurança pública, de toda a área da segurança pública. Polícia civil é carreira única, acesso até comissário de polícia, com uma carreira interna. A SUSEPE [Superintendência dos Serviços Penitenciários] com uma carreira interna. E IGP [Instituto Geral de Perícias] com carreira interna. Aí tu vai pro lado da brigada, os oficiais têm uma carreira interna, os praças não têm carreira. [...] A desmotivação é clara. Porque na realidade, imagina tu entrar soldado e ter a expectativa de morrer soldado, né. Se tu não galgar na carreira. Aí tu olha em cima, o cara entra capitão e vai a coronel da brigada militar. Então o cara fica desmotivado, com certeza. (Presidente da ABAMF)*

*Hoje, tu entra soldado, se tu não tiver muita sorte para passar em algum concurso depois, que são poucas vagas [concurso para sargento], tu vai morrer soldado. Então não dá pra dizer que tem uma carreira, o soldado tem que se preparar para ser saudável. Diferente dos oficiais que passam no concurso e já tem tudo programado, começa mais jovem, dentro de um tempo coronel. Essa diferença também divide a corporação. (SD1)*

No citado Censo (RIO GRANDE DO SUL. BRIGADA MILITAR, 2020) também consta que 36% do efetivo não se sente valorizado e sobre o plano de carreira 34% responderam que se sentem muito insatisfeitos e 43% insatisfeitos.

*[...] um sistema de polícia montada que é um exemplo pro Brasil, que não é todos os estados que têm. Dentro da corporação, policiais corruptos até tem, mas não é que nem em outros estados, em que chega a ser quase a grande maioria. Aqui mesmo, se tu sabe que um policial já não é de confiança, quase ninguém quer trabalhar com ele. Não é um negócio que é de costume. Às vezes a população reclama da Brigada, as vezes me dá até um... O cara fica chateado, porque não é a polícia do RJ que todo mundo reclama, a Brigada é uma polícia diferente. E eu vejo vários colegas trabalhando sério. Então às vezes a pessoa fala e não sabe a realidade que é o serviço policial. (SD3)*

É recorrente os policiais entrevistados expressarem um sentimento de não compreensão ou falta de reconhecimento da sociedade em relação ao seu trabalho. Sentem-se incompreendidos na medida em que a população critica sem conhecer com profundidade as especificidades que englobam a atuação profissional.

Rudnicki (2011) destaca que a polícia brasileira precisa de reformas urgentes para se adequar às necessidades de uma sociedade moderna, para que se inicie uma mudança na visão que a sociedade tem da instituição.

No país também existe o estereótipo de que os policiais civis são corruptos e os militares violentos e, além do estigma de ser vinculada com o mal, a Polícia ainda encontra o desafio de provar que sua atuação não deve ser percebida como apêndice dos desmandos estatais, como aconteceu durante o período da Ditadura Militar (RUDNICKI, 2011, p. 206).

Percebe-se também que, além do fato de a Polícia ter noção dessa visão negativa que a sociedade tem da instituição, a maioria dos entrevistados demonstrou dificuldade em saber lidar com a crítica, o que também pesa em sua atuação profissional.

*[...] na verdade quem gosta de policial é só a mãe e algumas esposas de policial, porque ninguém gosta. Falam: "Ah não, Brigada" - sempre tem uma história- "ah, porque o brigadiano multou", "porque o brigadiano é feio", sempre tem uma má história. De dez, um fala bem, os outros tudo falam mal. Se tu vai pensar assim tu não... não vai conseguir trabalhar, né. Ninguém gosta de policial. Aqui ninguém valoriza o policial. Infelizmente, ninguém valoriza. E eu não gosto que falem mal do policial, eu posso falar mal, mas eu não gosto que as outras pessoas falem mal do policial, não gosto. Porque eu me sinto ofendido, né, porque eu sou um bom policial. Daí tu escuta as pessoas falando, daí tu tem que argumentar. Eu me sinto mal, não gosto.... É como se fosse da minha família, tipo assim, falar do pai e do irmão eu não gosto. Eu sei que tem maus policiais, mas a maioria, noventa por cento são bons policiais. (SGT6)*

Os próprios policiais saem em defesa de si mesmos alegando que todas as considerações negativas que a sociedade aponta contra a polícia, principalmente a corrupção, atinge apenas uma minoria dentro da corporação, pois a maioria se esforça para efetuar um bom trabalho. Existe aí uma necessidade de aceitação.

Como já mencionado, a forma como a sociedade percebe e trata o policial é algo que mexe muito com eles, causando revolta algumas vezes. Exercer uma profissão que na maioria das vezes será criticada, e às vezes até execrada, é algo que gera indignação por parte de alguns, e um sentimento de desvalia em outros. Percebe-se, por parte dos entrevistados, um enorme incômodo sobre a imagem que a sociedade constrói sobre a polícia: de que polícia lembra algo negativo, lembra o mal (palavras de um dos soldados entrevistados), que ninguém quer a polícia perto em situações agradáveis, apenas em momentos de insegurança, medo ou perigo. De onde nasce esse olhar negativo, sinistro, sombrio e nefasto? Ora quem nunca escutou na infância a frase: "te comporta se não a polícia te prende", de preferência no momento em que passava uma viatura para dar mais ênfase ao pronunciado. Essa frase faz parte do imaginário infantil das ameaças.

Essa visão negativa da polícia está enraizada em nossa sociedade e está ligada à nossa história, ao processo de constituição do Brasil enquanto nação e de como se deu essa construção e, na mesma medida, a inauguração da polícia como

nasceu e com certos objetivos, lembrando, também, dos trezentos anos de escravidão no Brasil.

Alguns policiais relataram um sentimento de mágoa em relação às atitudes da população, que debocham do parcelamento do salário ou os destratam das mais diversas maneiras ou, ainda, fazem cobranças de demandas que não pertencem à polícia. A queixa da falta de reconhecimento pela sociedade parece superar a percepção de falta de reconhecimento institucional, demonstrando a relevância que este retorno da população pesa em sua avaliação. A falta de reconhecimento institucional pesa quando os policiais falam das dificuldades para ascensão na carreira.

No entanto, mesmo perante as adversidades, o chamado do dever contrapõe-se ao sentimento anterior, e alguns exemplos ilustram o quanto o retorno positivo da população faz a diferença.

*[...] às vezes o cara não é reconhecido, mas o cara se sente satisfeito... Como vou te falar? Satisfeito. Tu viu que tu fez ali tem sentido, tu ajudou alguém, isso é importante, tu... Mas quando alguém da população reconhece, é legal. Esses dias a gente prendeu um cara roubando na Salgado, a Salgado [Avenida Senador Salgado Filho, uma das principais ruas do centro de Porto Alegre] toda parou e bateu palma, entendeu? Às vezes o cara pensa, ninguém gosta da polícia? Ou quando tu recupera um carro de uma pessoa, e não tinha seguro, a pessoa fica feliz. Ou até mesmo quando salva vida, tu vai lá, salva uma pessoa afogada, então... tem um retorno assim, sabe. Pouco, poderia ser melhor por parte da população, mas tem algum retorno. [...] Agora mesmo, até bati foto na banca, tem a foto ali, "Porto Alegre agradece, acredita na Brigada Militar". Muitos não acreditam na Brigada, mas a Brigada é uma das instituições mais sérias aí. Se tu for comparar com outras do estado, é uma das mais completas...(SD3)*

É interessante constatar que o contato com a população, nem sempre tranquilo, é uma das maiores reclamações dos policiais entrevistados e dos demais que conversei nos períodos de observação no Posto da 1ª Companhia, mas, ao mesmo tempo, o que mais desejam é o reconhecimento diante do esforço que desempenham na função. O policial a seguir dá a entender que diante de um atendimento com resultado satisfatório o trabalho faz sentido, pois existe um produto final que fecha este ciclo.

*Assim, apesar de todos os pesares na Brigada, falta de efetivo. Às vezes os nossos comandos são ruins. O que dá uma sensação de prazer pra nós é aquele negócio: a missão cumprida. Tu conseguir*

*realizar uma boa prisão. Não só uma prisão, mas às vezes uma pessoa que tu consegue ajudar na rua, por menor que seja o problema dela, tu consiga resolver ou pelo menos amenizar. Por mais que a pessoa não te diga um obrigado, tu se sente satisfeito. Porque nós às vezes estamos dedicando, deixando de estar com a família, para de alguma forma amenizar o momento de sofrimento das pessoas. Claro, a gente não é aquela pessoa que às vezes se quer ver naquele momento. Infelizmente a gente tá ali naquele momento de pavor, de medo, seja o que for, de necessidade dela, que não importa onde, vai ter um brigadiano, vai surgir lá na ponta daquele morro pra ajudar alguém, independente de onde seja. Pode tá no meio de um rio, quase se afogando, a gente vai dar um jeito de chegar lá, não importa. Essa é a sensação de prazer que a gente tem, poder de alguma forma ajudar alguém. (SD1)*

Esta última passagem, do mesmo modo, reforça a ideia de reconhecimento e satisfação no trabalho através do atendimento prestado à população. Mesmo com todas as adversidades para o desempenho da função citadas até o momento, prevalece o sentimento de dever cumprido e a visão heróica da profissão que nos remete à formação inicial. Será que a manutenção desse ideal heróico, e até romantizado, de luta do bem contra o mal construído na formação inicial é indispensável para seguir em frente?

Após esse apanhado de pontos relacionados com a falta de reconhecimento e insatisfação, seguem outros detalhes do cotidiano do trabalho policial, que também geram tensão e desgaste nesses profissionais.

#### **4.3.2 Fontes de tensão**

Nessa categoria foram destacados trechos das entrevistas que demonstravam a dificuldade em relaxar, descansar, desligar-se do trabalho, de dormir, situações que geram tensão e contribuem para um desgaste mental, associado, de alguma forma, ao trabalho. Aliado ao contato direto constante com situações de violência, onde nem sempre é possível manter um distanciamento emocional da situação.

*Não. Depende muito... Não por situação agitada, mas por problemas. Mas deu problema numa viatura, é inquérito, é não sei o que, é audiência de justiça, porque bem ou mal a gente sai, mas a gente não consegue se desligar. Tem problema pra resolver em casa, tem alguma outra coisa. Então, às vezes a insônia pega, não é tanto pela questão de serviço, tem períodos que, sei lá, não consigo dormir. Tanto que é, em média, sempre que eu vou dormir, eu me deito e fico uma hora, uma hora e pouco até conseguir pegar no sono. (SD1).*

O interlocutor salientou que nem sempre a dificuldade de dormir está associada a demandas do trabalho, mas quando questionado se já apresentava dificuldade para dormir antes de entrar para a Brigada Militar ele enfatizou que não. O motivo da insônia pode até não ser um problema ou uma situação direta de trabalho, mas até mesmo a divisão em turnos, principalmente para quem trabalha à noite, faz com que tenham dificuldade para dormir.

*Bah, é difícil, acho que só nas férias. O cara tá sempre ligado. Desde o grupo do WhatsApp, toda hora comentando alguma coisa. Desde o jeito de andar na rua, é difícil. Só quando eu viajo pra outro estado, assim, que daí não levo arma... se eu vou passear, senão é difícil deixar de pensar aqui. (SD1).*

Este soldado demonstra estar sempre de prontidão mesmo no horário de folga, dando o exemplo do aplicativo do WhatsApp que permite estar por dentro de tudo que está ocorrendo. Assim como este outro entrevistado, que comenta: "Eu durmo duas horas, três horas, acordo, rolo, daí durmo mais umas duas. Olha, se eu conseguir dormir muito... é questão de cinco horas por aí." (SGT 4).

Este outro interlocutor acrescenta:

*Não, eu não me desligo das coisas do trabalho, eu tô... porque muitas vezes eu tô em casa e o trabalho me liga pra saber de alguma coisa, algum problema, umas... vinte e duas horas, vinte e três horas, já cansaram de me ligar pra resolver problema do trabalho. Mas eu mesmo digo pra eles: "Deu problema pode me ligar, meu telefone tá sempre, tá sempre ligado"... entendeu? Então o meu objetivo é contribuir. É pro negócio sair, sair bem feito. (SGT5).*

Este policial, apesar de não atuar mais no policiamento, fez questão de frisar que está sempre alerta e de prontidão.

Os próximos relatos apontam que não é possível se desligar do trabalho tão logo encerram o expediente, referem que isso ocorre depois de um tempo.

*Bom, agora eu... organizei financeiramente eu não tô fazendo trabalho extra, mas quando eu tava, quando eu fazia bico, um ano atrás por aí, eu cheguei a ficar durante a semana duas noites sem dormir direto assim, sabe? E isso dá um estresse. Se alguém tem... o emocional fraco, ele acaba, acho que surtando assim, sabe? Eu ficava cansado, bastante cansado. Mas tudo devido à faculdade, trabalho extra, a Brigada, às vezes ficava doido. Aí agora eu larguei, só na faculdade. (SD3).*

*Só quando chego em casa. Porque daqui até lá, o cara ainda vai pensando será que não esqueci nada, será que ninguém vai me ligar.*

*Daí chega em casa, dá atenção pro filho, fala com um, fala com outro, e daí vai esquecendo. (SGT1).*

A tensão que se faz presente no cotidiano tem relação com o fato do trabalho policial estar imerso em situações de violência, risco, perigo que afetam esses sujeitos de uma forma ou outra, portanto, não há como atuar no piloto automático e nem se desligar imediatamente das experiências de um expediente de trabalho.

A próxima categoria traz algumas pistas sobre o adoecimento do policial.

#### **4.3.3 Indícios do adoecimento**

Vários são os relatos nas entrevistas que ilustram as mais variadas experiências no trabalho policial que podem contribuir para o processo de sofrimento psíquico, onde cada um lida de maneira diferente e individualizada com possíveis conflitos internos. Foi comentada por alguns a necessidade de esquecer ou bloquear as experiências da rotina do trabalho, evitando expor em casa as situações vivenciadas. O que pode ser um indicador de que há algo de patológico que pode contaminar o restante da vida do indivíduo, por isso a necessidade de se calar e se fechar diante de determinadas experiências:

*[...] eu já saio daqui, já troco de roupa. No momento que troco de roupa, já sou outra pessoa. Quer dizer, não sou outra pessoa. Mas quando troco de roupa, não fala mais comigo em Brigada. Encerrou. Se alguém vem falar em serviço, até vai fazer uma pergunta, alguma coisa, aí até respondo. Agora, se eu, vamos supor, eu vou conversar com alguém e ele quer só falar em Brigada, em ocorrência, esse eu já descarto... Esse já não me serve pra discutir, porque aqui dentro eu discuto uma coisa. Discuto o que tem que fazer, o que é feito, em termo de profissionalismo. Agora, fora daqui eu não gosto da explicação, não dou explicação do que, que houve, como é que foi, porque que foi. Claro, de repente com um amigo meu eu até comento, posso até comentar alguma coisa. Agora, se a pessoa começa a me encher de pergunta, já perdeu o parceiro. (SGT4)*

Não falar da experiência vivida em seu expediente de trabalho parece ser uma forma de tentar apagar da memória o que foi vivenciado.

*Ah... várias assim, de pegar pessoas mortas, coisa e tal. Mas eu não sei, eu acho que nasci com o tino já pra isso, sabe, que as coisas assim não... ou eu sou louco, né? Porque coisas assim eu atendo no local, na hora, mas depois passa, né, é como se eu tivesse ali, feito o que tinha que fazer e coisa e tal, mas depois não fica aquilo, sabe? Só uma vez, uma coisa que me chamou a atenção uma vez, mas não chegou a ser traumático, mas na hora assim me deu... foi que eu fui atender uma ocorrência de atropelamento ali na [Avenida] Bento Gonçalves*

*quando eu tava de dupla com um colega de moto, e o guri que tava atropelado tava morrendo ali, foi atropelado por um ônibus, era muito parecido com o meu filho. Quando eu cheguei ali eu olhei, e aí tinha uma senhora com um guarda-chuva e eu dei uma olhada e parecia o meu filho, o mais velho, né. Daí sai de perto, e o meu colega veio e ficou ali cuidando e eu fiquei mais afastado. Foi a única vez que deu um certo impacto. (SGT1)*

No trecho acima o sargento entrevistado fez questão de mostrar que consegue lidar com experiências traumáticas e que se afastar da cena naquele momento foi uma forma de lidar com a situação.

*Tem coisa que deixa triste, mas não cheguei a ficar totalmente abalado... de eu ficar com... algumas situações como estupro de menor ali, que tu pegou o cara, depois tu viu o vídeo, entendeu? Isso aí é revoltante [...]. Ou quando uma senhora de idade, tu vê que os caras pegam e assaltam, tu sente um pouco, entendeu? É por isso que às vezes a gente não tem pena de bandido, porque o cara sofre todas as dores da vítima, entendeu? Às vezes o cara fica de cara... a população não vê isso aí, só vê, ah o "coitadinho" e não vê o mal que ele fez. E o cara absorve tudo isso, entendeu? Por que o policial tem tanta revolta? É porque o cara absorve toda a dor das vítimas, toda hora tu tá absorvendo, entendeu? É por isso tu fica de cara. Isso aí vai te afetando. (SD3)*

Este entrevistado traz uma informação importante quando menciona que é difícil em alguns momentos se distanciar e não levar o caso para o lado pessoal. Isso demonstra uma grande ambiguidade na forma de atuar, pois houve momentos em que os entrevistados trouxeram em seus discursos um distanciamento emocional tão grande, que parecia até uma banalização diante de situações trágicas. Expressam dificuldades na capacidade de controle emocional que poderá levar a atitudes impulsivas e agressivas.

Outro comenta que evita falar em casa o que acontece no trabalho, para não misturar trabalho e casa.

*Eu consegui, eu tinha comentado, que eu consigo me adaptar muito rápido, e eu aprendi desde cedo a não levar as coisas do serviço para casa, né. Então o que é do serviço fica no serviço, dificilmente comento ocorrências em casa. (SGT2)*

Outro agente relata que ao saber do suicídio de algum colega fica se questionando sobre os motivos e refletindo sobre a possibilidade desse fato acontecer consigo, dada a posse de arma de fogo.

*Tipo assim, a gente fica meio assim tentando imaginar o porquê, o que levou a acontecer aquilo, se de repente o que levou ele pode acontecer*



*comigo. Eu acho que a probabilidade assim que existe não é só por causa do trabalho, assim, a carga de trabalho. Claro isso pode me afetar, mas eu acredito que é a facilidade de a gente estar com a arma na cintura. (SGT1)*

Um policial conta, com orgulho, que jamais colocou um atestado médico, como se isso fosse algo desonroso: *“Uma das coisas que me orgulho até hoje é que nunca coloquei esses FA”* (SD1). Como se colocar um atestado médico, afastar-se do trabalho por motivo de doença fosse algo errado, vergonhoso, provocando uma visão negativa a seu respeito. Demonstra que, além da cobrança institucional, o próprio policial se cobra excessivamente, preocupado com a imagem que irá passar.

Todos contam histórias extremamente impactantes que poderiam levar qualquer trabalhador ao adoecimento. Uma forma de bloquear e de não entrar em contato com o sofrimento é não pensar no assunto, desconversar, seguir trabalhando.

*Já lidei com tudo ... Eu acho que a única sequência que mais me abalaria, não sei ainda, porque não tive, seria em algum momento perder um colega. Ainda mais pela vivência que nós temos no dia a dia, todo mundo junto, de repente um colega que a gente perca. Eu já fiquei sentido de ver colegas, como aquele que falhou a arma, aquele que se suicidou... se a gente tivesse um tempo afastado, a gente ficaria um tempo sentido. (SD1)*

O relato a seguir revela o receio que existe em sofrer com a perda de um colega, que, ao se afastar do trabalho, talvez o sentimento, a dor fosse maior. Assim, continuar trabalhando seria uma forma de evitar sentimentos negativos.

*No policiamento, no dia a dia... tu te torna um cara meio frio, tu entendeu como é que é? Então tu te acostuma com a morte, entendeu? Principalmente na época... hoje já não acontece mais... mas na época a gente tiroteava muito. Era um serviço e era tiroteio, e tiroteio... entendeu como é que é... Então tu vai ficando meio frio, entendeu, tu vai acostumando com a morte, entendeu... A gente, claro, perdia o colega, o cara ia lá, sentia e tudo, entendeu, mas a gente entendia que aquilo ali fazia parte do nosso dia a dia [...]. Em oitenta e sete, por exemplo, uma ambulância nossa daqui do hospital capotou em São Gabriel... Nós tivemos quinze dias na estrada fazendo, onde eu fui buscar as fotos do acidente e os miolo do cara esparramado no asfalto, né... da guarnição, enfermeira e o motorista, né... E aquilo ali me marcou bastante porque um dia antes a gente tava junto, brincando, né. No outro dia eu tô em casa, os caras me ligaram que a ambulância tinha capotado e a guarnição tinha morrido. E aí dois dias depois eu fui pra estrada e fui... né... Vi o estado que tava a viatura, o local do acidente e fui buscar as fotos do acidente que a perícia tirou... Aquilo ali me marcou um pouquinho, marcou um pouquinho a minha trajetória, entendeu, porque assim, naquela época a escala tava muito apertada, então a gente passava mais dentro do*

*hospital do que em casa. Então a gente vivia o dia a dia com os colegas, tu entendeu? E na época os colegas de trabalho aqui no hospital a gente era como família, porque a gente tava sempre junto. (SGT5)*

A médica psiquiatra faz um alerta de que talvez esse tipo de comportamento pode justamente apontar sinais do desgaste mental:

*É bem difícil alguém procurar quando tá iniciando algum quadro, assim, né, depressivo, ansioso, ou que tá... Geralmente eles relutam, a minha impressão é essa, eles relutam, eles têm uma certa resistência, e acabam procurando quando já tá mais grave, né, o quadro. Então isso eu acho que é uma coisa cultural, assim, da instituição. Até porque a instituição é predominantemente masculina, é também é uma característica mais masculina, de ter um pouco mais, geralmente, de resistência, então é muito difícil alguém procurar preventivamente [...]. Mas eu acho que as pessoas, de um modo geral, têm dificuldade de identificar que o que elas tão sentindo, já é um sintoma. Então acabam retardando a procura por isso, por perceber que aquela mudança de comportamento, mudança de humor, já é um sintoma de alguma coisa, né? Então, levam mais tempo pra se dar conta disso e acabam demorando pra procurar. (CAP Médica Psiquiatra)*

Neste próximo trecho o entrevistado fala do adoecimento de colegas que precisaram se afastar do trabalho para realizar tratamento.

*Isso aí tem vários. Infelizmente, já vi vários. Que nem agora, hoje eu tava tomando um café com a tia, que a gente chama de tia do café aqui atrás. Ela perguntou do colega e a gente respondeu que ele baixou no HBM [Hospital da Brigada Militar], que tava com uns problemas particulares, aí deu problema na Brigada, infelizmente ele adoeceu e não é nenhum nem outro, é seguido. Que nem tive um colega que, logo no início que nós viemos, o B, ele veio a se suicidar. Tava com problema, ele procurou apoio, de certa forma a Brigada deu e não deu, e aconteceu o que aconteceu. E assim foi indo. Eu já tive... uma experiência que foi bastante chata. Envolvendo o sargento V. Uma vez a gente teve que ir buscar na casa dele, e ele tava muito alterado por álcool e tal, nós tivemos que ir lá, conversar com ele, pra ele se internar no HBM. Uma experiência bastante chata, e eu conheci ele logo no início. Aquilo ali foi uma experiência que chateou bastante. É um cara que todo mundo conta, era polícia pra caramba na época, e tá naquele estado ali. Quase que uma criança chorando, se agarrando em nós, nós tendo que esconder arma pra não deixar ele pegar arma. E ter que internar lá... E ter que ver o cara sendo amarrado na cama, tomando injeção ali... aquilo ali é uma situação bem chata. E a gente vê seguido isso aí. Não é nem um nem outro. (SD1)*

Trata-se de um fato doloroso, ver um colega passar pelo processo de adoecimento, da família necessitar do apoio dos colegas para poder encaminhar para

o tratamento, a internação psiquiátrica, devido à gravidade da situação e os riscos que apresentava. Um colega que tinha uma carreira respeitada e que, com a dependência química, foi perdendo a dignidade.

*[...] ..a carreira dos praças é bastante sugada. Ela consome muito a vida pessoal... Ela consome tua saúde física, infelizmente. Gostaria de ter mais tempo pra mim mesmo, pra ficar em função disso. Ela consome bastante a tua vida... A gente tem muitos veteranos aí que tão na capa da gaita, porque não tiveram um acompanhamento. (SD1)*

*Só no ano passado tivemos oito colegas que cometeram suicídio. Esse ano, nós tivemos com seis colegas que cometeram suicídio. Todos praças. [...] o crescimento ano passado, nós atribuímos algumas coisas por causa do parcelamento [salário], né? E outras coisas também. O assédio moral é muito grande dentro da Brigada Militar... É da cultura do brigadiano. Não vou procurar um psicólogo, eu não sou louco. Ele bota na cabeça que procurar um psicólogo ou psiquiatra, só quem é louco. (Presidente da ABAMF)*

Entende-se que não é suficiente ter esse acompanhamento disponível aos policiais, é necessário mudar a cultura institucional, mostrar desde a formação que existe o atendimento preventivo e que não há nada de errado, constrangedor ou vergonhoso em buscar apoio, que é justamente o preparo e o equilíbrio emocional que contribui para o bom desempenho profissional.

O próximo interlocutor apresenta um relato da época que trabalhou nos presídios que lhe marcou muito.

*Depois eu tive no Presídio Central, que foi bem... bem... Experiência e bastante coisa traumatizante, é bem... foi bem pesado, presídio é uma barra pesada de trabalhar, é bem [...]. Depois foi no Presídio Militar, de policiais, bem difícil porque tu lidar com um colega teu preso, é uma coisa que tu tem que ter aquele... Que amanhã ou depois tu pode estar ali, porque tem cara preso por insubordinação, deserção, mas tem cara preso por assalto a banco, por homicídio, por vários crimes, os mesmos crimes que têm no Central tem dentro do Presídio Militar, então é... O trato é diferenciado né, que tu... é mais difícil de lidar com um preso... polícia-bandido do que com o bandido mesmo. É bem diferente. [...] Quando eu trabalhei no presídio eu tive muito pesadelo... Trabalhei no inverno, daí a gente é obrigado - obrigado em termos, né - a tomar cachaça ou conhaque, o frio era muito, naquele muro do presídio... Então a gente... muitas vezes a gente pega um hábito ruim... muito comum. Trabalhava doze horas, trabalhava doze e trabalhava mais doze... Era muito comum, naquele tempo não tinha, tipo, carga horária, sabe, ficava até aparecer outro... Mas naquilo tu tem vinte anos, né, tu acha tudo engraçado, depois com o tempo que tu... tu vai saber as consequências que... E daí, se tu vai pensar nisso, até isso o Estado acaba te detonando, né... (SGT6)*

Esta fala sugere que as condições precárias de trabalho podem potencializar o adoecimento através da dependência química, e como isso foi tratado com naturalidade dentro da organização de trabalho. No relato seguinte, este mesmo sargento refere que colegas foram aposentados por doença devido ao alcoolismo.

*Tinha muito problema com álcool. Muito problema com álcool mesmo. Que depois foram ver que era uma doença, teve gente que foi excluída<sup>28</sup> por causa da bebida. E teve gente que foi aposentada compulsoriamente<sup>29</sup> pela bebida, com os dias, né. (SGT6)*

Esse policial, citado acima, relata que buscou ajuda, porém, muitos não a buscam por vergonha, para não mostrarem suas fragilidades, ou por medo do julgamento e da exposição.

*Faço acompanhamento com psicólogo e psiquiatra, eu procurei porque tava... ingerindo bebida alcoólica, tava com problemas pessoais também de... Ah, de casamento e envolvia tudo. E tava insatisfeito daí, não com o meu serviço, com... com alguns superiores do meu emprego aí comecei a... Já vinha com isso de gostar de tomar um álcool, já há uns vinte anos atrás, comecei a me exceder. Aí eu comecei a discutir em casa, minha esposa começou a... a me dar uns toques, eu me flagrei e procurei ajuda, né. Faz um bom tempo que eu não ingiro bebida de álcool... (SGT6)*

*[...] ninguém comenta, é uma coisa que não se comentava, sabe... E era vergonhoso, vergonhoso... Bah era vergonha tu ir em psicólogo, psiquiatra, era vergonhoso. Pros mais antigos, pode perguntar, que é vergonhoso - "Psicólogo? Psiquiatra? Tá ficando louco?", "Tu é fraco, tu é um bunda mole", "Ah, tá chorando no ombro de psicólogo". Então esse trauma tu tinha que guardar pra ti, aprender a lidar. (SGT6)*

A ideia de suportar a dor sozinho, lidar com a situação sem se expor, sem evidenciar as suas fragilidades é muito recorrente, estando vinculada à cultura machista da instituição, além da falta de informação e de divulgação dos serviços existentes.

A questão do suicídio no trabalho é outro dado relevante, um assunto cercado pelo tabu. E pelas narrativas percebe-se que os colegas não tinham a dimensão do que estava acontecendo, dos riscos, quando se deram conta, o ato já havia ocorrido dentro do local de trabalho.

*Vários colegas. E uns deram sinal, outros não. Teve uns que deram sinal e... e a gente tipo que comentava e infelizmente aconteceu. E outros não deram sinal nenhum... Nenhum tipo de sinal... E alguns*

<sup>28</sup> Refere-se à exoneração do serviço público.

<sup>29</sup> Trata-se de aposentadoria por invalidez, levando-se em consideração o tempo de contribuição.

*deram sinal e a gente não...Tipo assim, uma pessoa que é bem comunicativa, tava meio triste: “Que é que houve?”, “Ah, não houve nada”; “Tá com problema?” “Não”; “Ah eu tô de saco cheio da vida, porque a vida é uma merda; porque eu não aguento mais; eu penso em falar-fazer uma bobagem”. E a gente: “Que é que esse cara tá falando merda, vai fazer coisa nenhuma” e infelizmente acontecer e ficar olhando com cara de bobo um pro outro... E outros normal, uma vida normal, sai conversando... E quando vê no outro dia - um tiro numa guarita: fulano se suicidou. Sim, normal, “Oi, bom dia”, conversou normal e fez isso... (SGT6)*

*Teve aquela colega que eu te falei, que ela se matou. É, trabalhava no mesmo que eu. Teve um que, logo que eu entrei aqui, por causa de uma separação, se matou também no batalhão... Ele se matou dentro do Batalhão. (SD3)*

No depoimento a seguir percebe-se, novamente, a questão da naturalização e banalização da situação do suicídio de colegas, onde passado alguns dias tudo parecia ter voltado ao normal. Além da falta de acolhimento dos colegas, não há espaço para reflexão do impacto que um fato grave como esse pode causar.

*[...] quando acontece isso a gente fica em choque, né... Mas, tipo assim, passou uma semana a gente esqueceu e já pensando que pode acontecer com outro colega. Mas não vai ninguém, não tem acompanhamento psicológico, “Olha, vamos conversar quem tava aqui”, não tem acompanhamento nenhum. Tipo assim, “O que é que aconteceu?”, “Ouviram alguma coisa?”, não, mas não tem acompanhamento nenhum. (SGT6)*

Ao percorrer o elenco de pistas que denotam um processo de adoecimento, evidencia-se o quanto é difícil identificar o início do sofrimento psíquico, que começa dentro de uma luta para negar e esconder as fragilidades emocionais que se fazem presentes. Frente a isso, alguns irão buscar alívio em substâncias psicoativas, como o álcool e a cocaína.

Apesar das negações individuais dos policiais, esses acontecimentos parecem apontar para a hostilidade do trabalho, que pode ser sentida em diferentes intensidades pelos sujeitos. Quando todos esses fatores se juntam dentro de uma lógica bem particular, pode ocorrer o suicídio. Buscar ajuda e expor as vulnerabilidades parece ser a última opção em alguns casos. Se a escolha for a procura por atendimento médico e psicológico ou até mesmo a internação psiquiátrica, um dos desdobramentos é o constrangimento ou o estigma que poderá sofrer, como se verá na sequência.

#### 4.3.4 Estigma

Ao longo das entrevistas e das conversas informais, a maioria dos policiais negou ter passado por alguma situação traumática, tampouco procurou atendimento psicológico ou psiquiátrico. Salientaram que nunca tiveram necessidade de buscar esse atendimento. Quando questionados se conheciam colegas que passaram por alguma dessas situações, a resposta foi positiva. Parece mais fácil falar dos outros do que falar de si próprio. Desta forma, relataram casos de colegas que tentaram suicídio. Quando questionados sobre o retorno ao trabalho daqueles que passaram por uma situação traumática e que se afastaram do trabalho, a maioria ressaltou não se sentir à vontade para perguntar como a pessoa estava, com receio de invadir um âmbito mais privado.

*Quando tu trabalha junto, sim, que nem agora no plantão da noite é mais fechado, tu tem quatro ou cinco, daí tu tem a liberdade de chegar e falar com os colegas. No pessoal que trabalha de dia, com várias pessoas juntas, não tem como. Eu, falando por mim, eu não teria intimidade de... até, meio que daria um toque, meio por cima, mas não de chegar e falar assim... Não... E vejo vários com problemas psicológicos. (SD3)*

*Ninguém comentaria, né? Mas eu acredito, vendo assim como eu penso, a gente meio que, não sei se a gente perde a confiança ou fica meio desconfiado, mas não é a mesma coisa. Tipo, tu vê aquela pessoa ali um pouquinho mais nervosa, já acalma, fica pensando “será que ele vai”? Não é a mesma coisa. De certa forma a gente age naturalmente. Pensando ali se não brincar de certa maneira com a pessoa, tentar não deixar se estressar demais... (SGT1)*

*[...] o camarada não quer se envolver com o problema do outro. Entendeu? Ele não quer se envolver com o problema do outro. Isso infelizmente, não sei se é cultural, ou se é do ser humano não querer se envolver. A gente vê, isso aí bate na nossa porta, volta e meia bate, a gente já cansou de ajudar brigadiano, uma brigadiana, com problema. Então, eu não sei. Eu acho que a Brigada teria que... se envolver mais nessa parte da saúde mental do policial, né? (Presidente da ABAMF)*

O próprio distanciamento dos colegas pode ser uma defesa para se manter longe de algo que pode lhe afetar também, com o receio de se envolver. Alguns entrevistados também reforçam a necessidade de existir um acompanhamento mais de perto.

*Quem sabe, dentro do PAEC [Plano Anual de Educação continuada] que nem agora tem a reciclagem em vários cursos, meio que ser obrigado a fazer uma avaliação psicológica, né? De tanto em tanto*

*tempo, quem sabe isso aí seria importante. Que daí a própria... uma psicóloga de fora, com capacidade, treinamento, ela possa ver, né, que o cara não tá bem, informar o comando dele, né? (SD3)*

A médica psiquiatra chama a atenção para a questão da importância de o policial ter um entendimento sobre saúde mental já na formação, o que nem sempre ocorre devido às descontinuidades dos conteúdos ensinados nos cursos.

*[...] no currículo tem uma disciplina de saúde mental, que são, enfim, X horas/aula, só que aí não existe bem padronizado, o que que tem que ser dado, isso vai de cada instrutor. Quando eu dei essas aulas, eu acabei enfocando mais pra eles terem uma noção das doenças mentais, dos sintomas, até pra saber identificar alguns sintomas neles, nos colegas, enfim, pra ter algum conhecimento. E eu acredito que não seja muito focado essa questão, né, de que, bom, o enfrentamento do dia a dia pode causar algum tipo de frustração, decepção, e a partir daí alguns sintomas, né? Então, acho que existe uma certa falha nesse sentido, assim, né? De focar um pouco mais, e isso já no curso de formação. (CAP Médica Psiquiatra)*

Além das tensões e do desgaste da atuação profissional é preciso lidar com provocações, situações preconceituosas e machistas que podem aumentar o estresse.

*[...] o comando cada um pensa de uma maneira, mas os próprios colegas tentam chegar e conversar. Mas que nem te falei, se não é muito próximo, fica difícil tu entrar na... tem coisas que o pessoal leva na brincadeira, que nem eu, me separei, e uns caras ficaram brincando. Eu tenho uma mentalidade tranquila, entendeu? Eu levo na esportiva. Me separei porque não deu certo, tranquilo. Agora se tu pega um cara que... que já é... que é muito apegado à esposa, e sofreu uma traição ou outra coisa, a mulher deixou o cara e ele não tá preparado e chega no serviço e os colegas começam a brincar... Então tem problemas que as pessoas passam é sério e os colegas não tão vendo, entendeu? Ou ... tinha um tempo atrás um colega homossexual que acabou pedindo pra sair da Brigada, entendeu? Virou ator... E o pessoal isolou ele, entendeu? Não todo mundo, entendeu? Mas o pessoal que ficava de brinquedo "ah, fulaninho de tal", não tinha... Tipo assim, uns preconceitos que não precisava ter, ficar de piadinha. Se o cara tem uma cabeça boa, ele leva na esportiva. Agora se tem um cara que já não tá com uma cabeça muito boa, isso aí prejudica bastante. (SD3)*

Afora o preconceito que paira em torno do tratamento psicológico e psiquiátrico em si, existe, ainda, o receio de que ele possa causar algum prejuízo na carreira ou em futuros concursos, como fica evidente no próximo relato.

*Eu tenho uma personalidade de sempre estar brincando, que é tipo é uma válvula de escape ... Por isso que eu tô sempre brincando. Acho*

*que não tenho esse problema, nunca pensei. Se eu tivesse, eu pensaria duas vezes, até porque eu quero fazer prova de capitão. Por mais que não tem nada a ver, alguns dizem que tem, então às vezes dá um receio sabe... (SD3)*

O único sargento que afirmou que faz acompanhamento psicológico revela uma experiência traumática do período em que trabalhou no Presídio Central.

*Eu aprendi a lidar, porque funciona assim, o presídio, dentro da galeria, as pessoas acham que tu tem controle, a polícia, a Brigada, tem controle... é um pavilhão e cheio de cela do lado, só que não tem... é um corredor em cima do corredor. Então tu escutava os gritos, “socorro”, “me socorre” e os caras pegando, se matando... E tu não podia fazer nada... Não tinha como tu entrar numa galeria com oito homens, em uma galeria com duzentos presos... Aí quando eles... faziam... só largavam ali e “Ah, pode abrir e tirar o cara”... Fuga, peguei uma fuga em massa de quarenta presos também... ai aquilo fica... dá uns pesadelos, mas falam que o policial é... a gente, o policial é aquele cara que é durão, aí tu quer ficar pra ti porque tu acha uma fraqueza falar pra um colega ou pra uma psicóloga... Eu fui procurar uma psicóloga na Brigada depois de dez anos, porque era vergonhoso o comandante dizia assim, “Vocês não vão nessas psicólogas que elas vão falar tudo pro comando o que a gente faz”. Então o policial não ia... E ficava aquilo na cabeça “não, eu sou polícia, eu sou forte, eu vou... vou superar isso” e se... se enganava, falta de informação, né... Hoje eu vejo que... podia ter evitado muitas coisas se a gente tivesse acompanhamento e isso há vinte anos atrás, que hoje a gente tem, antes a gente não tinha... era vergonhoso procurar um psicólogo... (SGT6)*

Está presente na cultura organizacional a ideia de que é uma demonstração de fraqueza buscar acompanhamento, expor seus sentimentos, transmite-se assim o pensamento que o policial deve suportar tudo, custe o que custar. E se for procurar atendimento provavelmente será rotulado, restando a cada um resolver o problema individualmente.

A psiquiatra ressalta a questão do preconceito em torno da saúde mental e a dificuldade de adaptação ao retorno ao trabalho de alguém que passou por afastamento, muito em função da forma como os colegas o tratam. Ou seja, quem passou por uma crise e/ou que necessitou se afastar do trabalho para realizar um tratamento mais intenso.

*Mas, eu acho que ainda tem bastante preconceito, das próprias pessoas no que diz respeito a isso, assim, a falar sobre as questões de saúde mental ou de assumir que teve um afastamento por causa de um problema mental, e aí as pessoas no entorno ficam cheias de dedos, né, de como lidar, de como perguntar. Será que a pessoa que voltou de uma licença vai poder portar arma, eles vão poder contar*



*com aquele militar? Porque teve um problema, né? Então, acho que ainda tem, assim, muitas questões em torno disso. E suicídio é o exemplo maior disso, né? A grande dificuldade, que todo mundo tem, que todos temos, de falar sobre suicídio, que é um desfecho assim mais grave que se pode ter e que impacta em todo mundo, assim, né, tanto nos colegas, familiares nem se fala, né. Os comandos ficam se questionando “como é que eu não vi, como é que eu... o que que será que podia ter sido feito?”. Então... eu acho assim, que uma forma de tentar melhorar isso seria através da informação mesmo, né? Para as pessoas poderem ter um pouco mais de esclarecimento sobre tanto o suicídio quanto às doenças mentais. Desmistificar um pouco assim o que que são, até pra poder reconhecer quando tem que encaminhar a pessoa, mas pra poder também... além de reconhecer, poder saber que não, aquela pessoa passou por aquela situação mas se recuperou e pode seguir, entender que não é uma... assim, uma coisa definitiva, né, aquele problema que aquela pessoa não tem chance de depois poder se recuperar. (CAP Médica Psiquiatra BM)*

Se o recurso de se tentar evitar o adoecimento não funciona, o segundo passo é o de esconder dos companheiros esse fato. Além dessa dificuldade, um acréscimo pode ser a licença. A dimensão do trabalho e da vida parece incomensurável, o que dramatiza o retorno e acrescenta mais um ingrediente à equação do sofrimento psíquico:

*Eu vejo assim que a dificuldade de adaptação ao retorno ela tá ligada ao tempo de afastamento. Muitas vezes, se a pessoa ficou muitos meses em licença, ela tende a ter um pouco mais de dificuldade de voltar, assim, ela não se sente, muitas vezes, fazendo parte daquele grupo. Se sente com maior dificuldade de retorno. E também tem a ver com a gravidade, assim. Por exemplo, se a pessoa precisou ser internada, precisou... realmente entrou num quadro ou psicótico ou alguma coisa que deixou ela com algum prejuízo, né, em relação à realidade, ela também tem um pouco mais de dificuldade de retornar a sua vida normal, né? Mas acho que ainda tem, tanto que tem essas piadas e tal, né, porque ainda é lidado de uma forma um pouco preconceituosa, né, essa questão. Mas eu tenho a impressão de que isso tá mudando, como eu tinha comentado no início, acho que os mais antigos têm mais dificuldade por uma questão cultural mesmo. Que a sociedade tem esse movimento, né, de que os jovens têm um pouco mais de... de tranquilidade em lidar com essas questões. (CAP Médica Psiquiatra)*

Outra situação importante é que existem serviços ambulatoriais<sup>30</sup> de acompanhamento psiquiátrico e psicológico disponibilizados na instituição, porém, eles não cobrem todas as regiões do estado. O que fica mais evidente em algumas

---

<sup>30</sup> Em Porto Alegre a Brigada Militar disponibiliza atendimento ambulatorial com psicólogos e médicos psiquiatras no Centro Clínico do hospital e na Biopsicossocial.

idades do interior: enquanto alguns têm acesso, outros, se sentirem necessidade, terão que procurar atendimento via plano de saúde ou serviço particular:

*A gente tem esses núcleos aqui em Porto Alegre, Região Metropolitana, Vale dos Sinos, e depois a região de Santa Maria, que pega aquela região. As demais, o que acaba acontecendo, né, eles vêm pra esses núcleos, pro que for mais próximo, pra fazer uma avaliação. Mas pra dar uma continuidade no tratamento, que tem que vir uma vez por semana e tal, eles acabam não conseguindo. Então, o que eu tenho visto são iniciativas isoladas, por exemplo, tem algum comando que busca na universidade da região um convênio e aí consegue, através desse convênio, oferecer pro efetivo, o atendimento. Ou enfim particulares e coisa e tal, mas oferecido pela instituição ainda tá descoberta essas regiões. (CAP Médica Psiquiatra)*

*Em Uruguaiana não tem psicólogo, em Torres também não, entendeu? E hoje com o efetivo que tu tem, tu vai tirar dois ou três do policiamento pra vir em POA, fica impossível? (Presidente da ABAMF)*

O estigma em torno do adoecimento e da busca por tratamento psiquiátrico acumula prejuízos tanto no plano individual - do policial que está em sofrimento psíquico, ele provavelmente irá relutar em buscar ajuda, ou acabará abandonando o tratamento para evitar o preconceito e o estigma - como para a instituição que acaba reforçando o preconceito em torno da doença mental.

Como mudar a cultura de uma organização intramuros se esta cultura também é reflexo do mundo externo desde o machismo, a rigidez organizacional, a falta de abertura e de canais de comunicação para que o policial possa ser acolhido? São mudanças que exigem muito mais do que um currículo de formação condizente com uma sociedade democrática.

## **5 CONCLUSÃO**

A proposta desta Dissertação de Mestrado foi analisar a relação entre a organização do trabalho e o sofrimento psíquico de soldados e sargentos da Brigada Militar no Rio Grande do Sul. Para tanto, desenvolveu-se pesquisa de campo em Porto Alegre e revisão da literatura, constatando-se a existência de indicativos que podem contribuir para o adoecimento e o sofrimento psíquico de policiais militares, os quais estão intimamente ligados à atividade profissional.

É importante salientar que a tradição militar fortemente hierarquizada e rígida que molda a organização do trabalho na polícia militar, aliada ao desgaste físico e emocional presente no desempenho da atividade profissional, quando constantes,

podem trazer diversos prejuízos à sua saúde, a exemplo do estresse e do sofrimento psíquico.

O referencial teórico combinou três conceitos chave: o trabalho, a organização do trabalho e o sofrimento psíquico. No tocante ao conceito de trabalho, vários autores apontam que as suas características diferem seja no tempo seja no contexto social, contudo, ele se mantém tendo como uma das principais funções a garantia e a manutenção das necessidades básicas dos indivíduos. Por um lado, ele ocupa um espaço destacado na vida das pessoas, dando sentido à vida e criando sentimento de pertencimento; por outro, gera exploração, perda de sentido, e muitas vezes é realizado sob condições indignas, principalmente em sociedades com grande desigualdade social.

O conceito de organização do trabalho, por sua vez, abrange o conteúdo do trabalho, a divisão do trabalho, as condições (ambiente físico, químico, biológico, etc) onde o trabalho é desenvolvido, a hierarquia existente e o gerenciamento. Autores como Dejours (1992) ressaltam que organizações rígidas contribuem para o adoecimento de seus trabalhadores.

Por fim, tem-se o conceito de sofrimento psíquico, que não é unânime, mas pode ser entendido com base nos determinantes que vão além das características biológicas e dos atributos individuais, especialmente os fatores sociais e econômicos concernentes. Dessa maneira forma-se um triângulo com três conceitos que se complementam.

A história da instituição Brigada Militar confunde-se com a própria formação do estado do Rio Grande do Sul. Foi essa instituição que se fez presente em conflitos locais, ao atuar como força auxiliar do exército para defender o território contra agressores externos, mas também contra a própria população em situações de revolta motivadas pela insatisfação com o governo estadual ou federal. Ao se organizar como uma instituição militar, a BM foi delineada tendo como base de sustentação a disciplina e a hierarquia, além de uma formação voltada para a guerra, servindo como apoio ao Exército, numa posição inferior, além de seu papel de manutenção da ordem e de sustentação do sistema político. Dessa forma, a sua atuação nas atividades de policiamento ficou, por muito tempo, relegada a um segundo plano, seja devido à instabilidade política, seja pela resistência da cúpula da Brigada Militar em priorizar tal atividade.

Com o trabalho de campo realizado na 1ª Companhia do 9º BPM, por meio de observações realizadas no Posto de atendimento e de sete entrevistas com policiais militares, examinou-se o processo de trabalho e o cotidiano de soldados e sargentos naquele local. As duas entrevistas feitas posteriormente com policiais que já não estavam no policiamento vieram a somar, principalmente nas questões relacionadas ao sofrimento psíquico.

Na análise do material empírico, os três conceitos acima mencionados desdobraram-se em oito categorias: formação, risco e perigo, condições de trabalho, gestão e relações hierárquicas, falta de reconhecimento e insatisfação, fontes de tensão, indícios do adoecimento e estigma.

A primeira categoria tratou da formação dos policiais militares, onde os entrevistados enfatizaram o distanciamento existente entre teoria e prática, a falta de conteúdos condizentes com a realidade e o contexto de trabalho com o qual irão se deparar. Percebe-se, entre os agentes, uma sobrevalorização dos conteúdos e atividades práticas na formação profissional, em detrimento de aspectos generalistas e que estimulam a capacidade reflexiva.

Também se verifica a influência da cultura militar desde o ingresso na instituição, reforçando regras que não fazem parte da sociedade em geral, como marchar e cuidar da faxina do quartel, e que não contribuem com o processo de trabalho no policiamento de rua. Dessa maneira, abre-se espaço para o chamado currículo oculto e implícito na formação técnica. Alguns entrevistados salientaram que certos aspectos do “militarismo” ficaram acima das questões técnicas, que, segundo eles, fazem a diferença no dia a dia do policiamento. Como por exemplo, o fato de não terem tido mais horas práticas no manuseio e uso do armamento, algo de extrema importância para a atuação policial e que fará a diferença no cotidiano profissional, garantindo a eficiência e a segurança de todos. Ao mesmo tempo, essa percepção mostra o quanto a concepção sobre a atuação policial está voltada para a ação repressiva, com a ideia de combate ao crime, ao frisarem apenas a questão da importância do treinamento do uso do armamento, sem citarem outros conteúdos formativos.

Kant de Lima (2007) nos traz uma reflexão importante sobre a formação e a atuação profissional dos policiais:

[...] quando a polícia aceita sua identidade subalterna e suas práticas implícitas faz delas a marca de sua identidade. Passa a produzir-se e

a reproduzir-se através de processos de socialização informal, que tem como consequência a manutenção de seu *ethos* ambíguo: os valores explícitos da sociedade democrática e igualitária vão-se constituir em discurso que contradiz as práticas rotineiras de manutenção da ordem repressiva em uma sociedade de desiguais. A polícia desempenha seu papel regida por mecanismos e princípios implícitos e paga por isso o preço da semiclandestinidade, servindo de bode expiatório dos conflitos não administrados satisfatoriamente. (KANT DE LIMA, 2007, p. 84).

O autor reforça que o problema não pode ser solucionado apenas com a mudança nos currículos, inserção de disciplinas de ciências humanas, de direitos humanos, cidadania, etc. Isso não muda uma ideologia que já está instaurada há muito tempo. É uma reflexão que necessita ser permanente para que surta algum efeito nas próximas gerações, pois não se muda a cultura de uma instituição rígida e extremamente fechada da noite para o dia. É necessário desconstruir paradigmas, criar novas concepções de gestão organizacional e, para isso, é preciso mais abertura e diálogo na instituição.

Sobre o risco e o perigo existentes no trabalho policial, os entrevistados destacaram que estão correndo risco desde o momento em que vestem a farda. Ao mesmo tempo, relataram uma sensação de adrenalina, de não avaliarem totalmente a situação no momento de tomada de decisões, fazendo escolhas que, às vezes, fogem às regras, aos ensinamentos formais, potencializando os riscos. Isso ocorre porque não conseguem avaliar esse risco e/ou seguir o que é considerado procedimento padrão, estando muitas vezes sozinhos, ou sem os equipamentos adequados. Assim, o risco é incorporado ao cotidiano de uma forma que vai sendo banalizado e talvez, em alguns momentos, até ignorado, demonstrando ausência da necessária capacidade reflexiva para a atuação profissional na linha de frente.

A polícia é uma instituição que tem como papel administrar e mediar os conflitos e deve estar preparada para isso, o policial necessita estar preparado para efetuar as reflexões necessárias para saber atuar e conduzir da melhor forma possível as situações. Mas quando esse agente não se sente capaz ele agirá no automático, deixando de lado a formação teórica e técnica e se valendo do dito aprendizado das ruas. Nessa esteira, os atos extremos poderão levar à glória ou a processos disciplinares, e, até mesmo, à exoneração.

As condições de trabalho foram apontadas, de forma quase majoritária entre os entrevistados, como sendo deficitárias em termos de estrutura física, falta de efetivo

ou de equipamentos. Muitos agentes também informaram que já compraram equipamentos e utensílios de trabalho com recursos próprios, e enfrentam sobrecarga de trabalho diante da redução do efetivo. Tal problemática reflete na ponta, no atendimento à população. Esta, por sua vez, percebe a falta de policiais e se queixa diretamente aos que estão trabalhando, tornando o contato mais tenso. As condições de trabalho insatisfatórias representam um dos principais agravantes para a saúde dos profissionais, gerando desgaste físico e emocional, bem como aumento de tensões.

Sobre a gestão e as relações hierárquicas, foi destacada a questão da rotatividade de oficiais como geradora de descontinuidade do trabalho, além de a equipe ter que estar preparada para receber gestores com um perfil mais aberto ao diálogo e outros não. Houve poucos relatos sobre assédio moral, pois se trata de assunto ainda visto como tabu na instituição. Na maioria das corporações policiais militares do Brasil, como aqui no Rio Grande do Sul, existe a separação em níveis hierárquicos: os praças e os oficiais. Eles são distintos e possuem funções diferenciadas: os primeiros executam e os segundos gerenciam. Na primeira categoria, os indivíduos iniciam na condição de soldado, com pouquíssimas chances de ascensão, e na segunda, começam como capitão e possuem a certeza de se aposentar na condição de coronel, pois a estrutura do plano de carreira garante isso. Já os praças, se quiserem chegar ao posto de sargento, precisam passar por concurso interno, o que gera bastante desmotivação.

No que se refere à falta de reconhecimento e insatisfação, pesou muito a falta de um plano de carreira que garanta a ascensão funcional dos praças, as dificuldades encontradas nas condições de trabalho, o parcelamento do salário, mas o maior destaque se refere ao contato com a população, sobressaindo-se a necessidade que os policiais têm de terem o seu trabalho reconhecido pela sociedade. Exercer uma profissão que, na maioria das vezes, será criticada, e, às vezes, execrada, é algo que gera indignação por parte de alguns e um sentimento de desvalia em outros. Percebe-se, por parte dos entrevistados, um grande incômodo em relação à imagem que a sociedade constrói sobre a polícia: de que ela lembra algo negativo, o “mal” (palavra de um dos entrevistados), além de ninguém querer a polícia por perto em situações agradáveis, apenas em momentos de insegurança, medo ou perigo.

Já sobre as fontes de tensão, os policiais salientaram a dificuldade em relaxar, descansar, desligar-se do trabalho, dormir, aspectos que contribuem para o desgaste

mental, associado, de alguma forma, ao trabalho. Acrescenta-se o contato direto e constante com situações de violência, nas quais nem sempre é possível manter um distanciamento emocional, bem como as dificuldades no atendimento ao público, dizendo sentirem-se extremamente cobrados e injustiçados pela forma como a sociedade os vê.

Referente aos indícios do adoecimento está a necessidade de esquecer ou bloquear as experiências da rotina do trabalho, evitando, assim, expor em casa as situações vivenciadas. Isso pode ser um indicativo de que há algo patológico que pode contaminar o restante da vida do policial militar, levando até a necessidade de se calar e se fechar diante de determinadas experiências. A ideia de suportar a dor sozinho, lidar com as dificuldades sem se expor ou demonstrar fragilidades é muito recorrente, estando vinculada à cultura machista da instituição, sem desconsiderar a falta de informação e de divulgação dos serviços de apoio existentes.

Entende-se que não basta apenas ter esse acompanhamento disponível, é necessário mudar a cultura institucional, mostrar, desde a formação, que existe o atendimento preventivo e que não há nada de errado ou vergonhoso em buscar apoio, que é justamente o preparo e o equilíbrio emocional que contribui para o bom desempenho profissional.

Sobre o estigma em relação a casos de adoecimento, alguns interlocutores mencionaram o retorno ao trabalho de colegas que passaram por alguma situação traumática e acabaram se afastando. A maioria relatou não se sentir à vontade para conversar com a pessoa em questão, com receio de invadir o seu espaço privado. O próprio distanciamento para com os colegas adoecidos pode ser uma defesa, no sentido de se manterem longe de algo que possa lhes afetar também, isto é, o receio de se envolverem. Fica evidente que existe na cultura organizacional a ideia de que é uma demonstração de fraqueza buscar acompanhamento psicológico, expor seus sentimentos, transmitindo-se, assim, a crença de que o policial deve suportar tudo, custe o que custar. E se ele for procurar atendimento para cuidar da sua saúde mental, seja de forma preventiva seja porque algo o está incomodando ou perturbando, provavelmente será rotulado, restando a cada um resolver os seus problemas individualmente.

O estigma em torno do adoecimento e da busca por tratamento psicológico ou psiquiátrico acumula prejuízos tanto no processo individual do policial - pois provavelmente ele resistirá em buscar ajuda ou abandonará o tratamento para evitar

o preconceito e o estigma -, quanto para a instituição, que acaba reforçando o preconceito social em torno da doença mental e a relação entre sofrimento mental e trabalho policial.

O policial, enquanto um profissional que presta serviço em benefício da sociedade a mando do Estado, encontra-se no meio desse embate, desse tensionamento constante; quando ele não é pressionado pela instituição, o é pela sociedade ou pela mídia. Outro indicativo de adoecimento pode ser percebido na violência perpetrada pelos agentes de segurança pública, que deveriam proteger e não combater os ditos suspeitos.

Em termos práticos, percebeu-se a falta de um espaço de fala e de escuta para os policiais militares. Aqui não estamos nos referindo, necessariamente, ao atendimento psicológico, mas sim a um espaço de reflexão dos processos de trabalho que são desencadeados diariamente, justamente para evitar um processo de adoecimento. Ademais, persiste uma carência de projetos focados na prevenção do sofrimento psíquico e no combate ao estigma e preconceito para com ele.

Em nossa opinião, reverter esta ideia que atribui a quem procura atendimento psicológico ou psiquiátrico um sinal de fraqueza vai muito além de disponibilizar profissionais para tal atendimento, pois requer um trabalho de longo prazo, seja nos currículos de formação de soldados e oficiais, seja com atividades de prevenção e de conscientização nos batalhões acerca da saúde mental. A própria sociedade, de modo geral, trata os assuntos de saúde mental com preconceito, portanto, isso não é algo restrito ao mundo policial.

Como mudar a cultura de uma organização intramuros se esta cultura também é reflexo do mundo externo, desde o machismo, a rigidez organizacional, a falta de abertura e de canais de comunicação para que o policial possa ser acolhido? São mudanças que exigem muito mais do que um currículo de formação condizente com uma sociedade democrática.

Ademais, o modo como a sociedade percebe o trabalho policial têm tanto peso quanto a organização laboral para gerar um processo de sofrimento psíquico. O policial é um prestador de serviço que lida com pessoas, ora na condição de vítimas ora na de suspeitos, resultando em certa dualidade na sua atuação. Assim, há uma constante alternância entre respeito e desrespeito, entre amor e ódio à profissão, à instituição e à clientela que é atendida e provém de diferentes estratos sociais.



Acrescenta-se que os entrevistados se encontram em posição de subalternidade na hierarquia, compondo a base da pirâmide funcional: os praças, soldados e sargentos. Em termos de política de segurança pública, sabe-se que a falta de efetivo na Brigada Militar é um ponto importante, mas também se tem ciência da necessidade de ações conjuntas e intersetoriais com outras áreas de políticas públicas para enfrentar problemas sociais como a violência e o desrespeito aos direitos humanos.

Os achados de uma pesquisa de mestrado nunca são definitivos e estimulam a formulação de novos questionamentos para estudos posteriores. Uma possibilidade de reflexão futura é a incorporação do conceito de reconhecimento de Axel Honneth (2009) à análise do trabalho policial e de seus determinantes institucionais.

Encerramos esta dissertação citando Soares, Rolim e Ramos (2009, p. 3):

Finalmente entra em cena, com direito a voz, veto e voto, exercitando a liberdade de crítica, o principal ator no drama da segurança pública, o protagonista de épicos e tragédias, o cidadão comum e trabalhador – sempre alvo de cobranças, frequentemente objeto de preconceitos, aquele que, até hoje, paradoxalmente, não foi escutado e, por vezes, foi silenciado: o policial; a policial. [...]. Deles diz-se muito. Fala-se tudo. Mas pouco se ouve.

Neste sentido, embora se reconheça o avanço, desde a década de 1990, dos estudos sobre as polícias brasileiras, como referem Muniz, Caruso e Freitas (2018), ao se trazer a percepção dos policiais militares, em particular, dos praças da BM do Rio Grande do Sul, sobre as características de seu ofício e sobre sofrimento psíquico, espera-se que esta Dissertação de Mestrado tenha contribuído para a compreensão de uma problemática ainda pouco abordada no âmbito da Sociologia, até mesmo na subárea que estuda as instituições de segurança pública. E que os achados deste trabalho possam servir de subsídio para ações que promovam a saúde e a valorização profissional do/da policial militar.

## REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- ALMEIDA, C. V. R. **Manda quem pode, obedece quem(não) tem juízo: corpo, adoecimento mental e intersubjetividade na polícia militar goiana**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UFG, 2012.
- AMADOR, F. S. **Violência Policial: verso e reverso do sofrimento**. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS. Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade. 1999.
- \_\_\_\_\_. Trabalho e saúde: considerações a respeito da categoria dos policiais militares. **Unidade**, Porto Alegre, v. XVII, n. 40, p. 43-55, 1999.
- ANJOS, FELIPE B. Organização do Trabalho. In: VIEIRA, FERNANDO DE O. (org). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013. p. 267-274.
- ANTUNES, R. Trabalho. In: CATTANI, A. D. HOLZMANN, L. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011. p. 432-437.
- BAHLS, S.; BOTEGA, N. J. Epidemiologia das tentativas de suicídios e dos suicídios. In: MELLO, Andrea de Abreu Feijó; KOHN, Roberto. **Epidemiologia da saúde mental no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- BARBARO, A. M.; Maria Lúcia do Carmo Cruz ROBAZZI, M. L. do C. C.; PEDRÃO, L. J.; CYRILLO, R. M. Z.; SUAZO, S. V. V. Transtornos mentais relacionados ao trabalho: revisão de literatura. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.)**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 2, p. 1-16, ago. 2009. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-69762009000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762009000200008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 17 mar. 2022.
- BARCELLOS, J. A. P. **As condições e a organização de trabalho dos policiais militares que executam o policiamento ostensivo: um estudo de caso na Brigada Militar em Porto Alegre/RS**. Dissertação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação da Escola de Administração, 1999.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BRASIL. **DECRETO Nº 43.245**, DE 19 DE JULHO DE 2004. Aprova o Regulamento Disciplinar da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: [http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXT0&Hid\\_TodasNo rmas=47817&hTexto=&Hid\\_IDNorma=47817](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNo rmas=47817&hTexto=&Hid_IDNorma=47817).
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.
- BRASIL. **LEI Nº 10.991, DE 18 DE AGOSTO DE 1997**. Dispõe sobre a Organização Básica da Brigada Militar do Estado e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2010.991.pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde** / organizado por Elizabeth Costa Dias; colaboradores Idelberto Muniz Almeida et al. – Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

BRASIL. **Lei No 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm)>. Acesso em: 20 de jun. 2015.

BEZERRA, C. de M.; MINAYO, M. C. de S.; CONSTANTINO, P. Estresse ocupacional em mulheres policiais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Manguinhos, v.18, n.3, p. 657-666. 2013.

BRETAS, Marcos; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, v. 14, n. 26, jan./jul, p. 162-173, 2013.

CALAZANS, MÁRCIA E. **Policiais migrantes: identidades profissionais em movimentos**. (Tese Doutorado Sociologia). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

CARDOSO, Ilca; NUMMER, Fernanda. Estigma do adoecimento na Polícia Militar do Pará. **Revista de Ciências Sociais**, nº 49, Julho/Dezembro de 2018, p. 227-245.

CATTANI, A. D. HOLZMANN, L. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011.

CARDIA, N. G. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. **Tempo Social**, v. 1, p. 1-10, 1997.

COTANDA, F. C. Trabalho, sociedade e sociologia. In: HORN, C. H.; COTANDA, F. C.(orgs). **Relações de trabalho no mundo contemporâneo: ensaios multidisciplinares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 41-60.

CORTES, S. M. V. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. **Revista Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 11-47, 1998.

COSTA, L. G. Organização do trabalho, sofrimento psíquico e doença mental: uma estreita relação nos ambientes produtivos no moderno capitalismo. In: HORN, Carlos H.; COTANDA, F. C.(orgs). **Relações de trabalho no mundo contemporâneo: ensaios multidisciplinares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**. Rio de Janeiro: UNIC, 2009 [1948]. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>> Acesso em 20 de outubro de 2021

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho (5a ed.). São Paulo: Cortez, 1992.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELE, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do Trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DESLANDES, S. F.; MINAYO, Maria C. de S.; MALAQUIAS, J. V. Prazer e sofrimento: fontes de realização e de desgaste. In: MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E.R. de. (orgs). **Missão investigador**: entre o ideal e a realidade de ser policial. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

DE TONI, M. Fim do trabalho versus centralidade do trabalho. In: CATTANI, A. D. HOLZMANN, L. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011. p. 191 – 195.

DICIONÁRIO MICHAELIS. **Praça**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=aKb2O>. Acesso em 27 de dezembro de 2021.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Em nome da ordem**: a constituição dos aparatos policiais no universo luso-brasileiro (sécs. XVIII-XIX). Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2013 aponta que 70,1% das pessoas entrevistadas em seis estados não confiam nas polícias**. Disponível em: [http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario\\_2013-corrigido.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2013-corrigido.pdf). Acesso em 10 de agosto de 2020.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6 ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GISCHEWSKI, V. R. **O abuso do álcool entre policiais- militares: um estudo de caso**. Monografia (Especialização em Psicologia do Trabalho). 2004. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. 2004.

GOMES, Denise Alves Riambau. **INCIDÊNCIA E PERFIL DE SUICÍDIOS NA BRIGADA MILITAR DE 2005 A 2014**. Trabalho de conclusão do Curso Avançado em Administração Policial Militar, da Academia de Polícia Militar da Brigada Militar do Rio Grande do Sul: 2015.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Portal da Transparência. **Despesas**. Disponível em: <https://www.transparencia.rs.gov.br/despesas/pessoal/folha-do-executivo/dados/>. Acesso em 7 de janeiro de 2022.

**G1. Tiroteio tem mortos e PMS feridos em frente hospital de Porto Alegre.** Disponível: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/04/tiroteio-tem-mortos-e-pms-feridos-em-frente-hospital-de-porto-alegre.html>. Acesso em: 05 de março 12 de março de 2022.

**Guardas Municipais Permanentes.** Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/307-corpo-de-guardas-municipais-permanentes-da-corte>. Acesso em: 5 de janeiro de 2022.

**GZH. Taxa de homicídios em Porto Alegre é superior às de Rio e São Paulo.** Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/08/taxa-de-homicidios-em-porto-alegre-e-superior-as-de-rio-e-sao-paulo-4824113.html>. Acesso em: 10 de dezembro de 2015.

HOLLOWAY, Thomas H. Polícia no Rio de Janeiro. **Repressão e resistência numa cidade do século XIX.** Rio de Janeiro: FGV, 1997.

HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento.** A gramática moral dos conflitos sociais. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

KANT DE LIMA, Roberto. Direitos Civis, Estado de Direito e cultura policial a formação policial em questão. Republicação. **REVISTA PRELEÇÃO**, v. 1, p. 67-87, 2007.

KARNIKOWSKI, R. M. **De exército estadual à polícia-militar:** o papel dos oficiais na policialização da Brigada Militar (1892-1988). (Tese Doutorado Sociologia) Porto Alegre: UFRGS, 2010.

KOHN, R. Epidemiologia dos transtornos psiquiátricos em adultos. In: MELLO, A. de A. F.; KOHN, R (org). **Epidemiologia da saúde mental no Brasil.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

LACMAN, S.; SZNELWAR, L. I. **Christophe Dejours:** da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. RJ: Editora Fio Cruz, 2004.

MELLO, C. M. de A; NUMMER, F. V. Riscos da profissão policial militar: histórias de vida e resiliência. **Revista Pós Ciências Sociais**, p. 149 –170, 2017.

MERLO, A. Doença do trabalho. In: CATTANI, A. D. HOLZMANN, L (org). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia.** 2. ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011.

MICHELON, L; VALLADA, H. Fatores genéticos e ambientais na manifestação do transtorno bipolar. **Rev. Psiq. Clín.** v.32, n.1, p. 21-27, 2005.

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_ et al. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, n.4, p. 2199 – 2209, 2011.

\_\_\_\_\_; SOUZA, E.R. de; CONSTANTINO, P.. **Missão prevenir e proteger:** condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MUNIZ, J. de O. Ser policial é sobretudo uma razão de ser. **Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IUPERJ: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.

MUNIZ, J. de O. A Crise de identidade das Polícias Militares: Dilemas e Paradoxos da Formação. **Security and Defense Studies Review**, v. 1, p. 187-198, 2001.

MUNIZ, J. de O.; CARUSO, Haydée C.; FREITAS, F. É assunto de polícia? É assunto de abordagem das ciências sociais. **BIB**, São Paulo, n. 84, 2/2017, pp. 148-187. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-84/11103-os-estudos-policiais-nas-ciencias-sociais-um-balanco-sobre-a-producao-brasileira-a-partir-dos-anos-2000/file>. Acesso em 17 mar. 2022

NATUSCH, I. **Nomeações devem aumentar efetivo no Estado**. Jornal do Comércio (on-line). Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2017/12/especiais/perspectivas\\_2018/601858-nomeacoes-devem-aumentar-efetivo-no-estado.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/12/especiais/perspectivas_2018/601858-nomeacoes-devem-aumentar-efetivo-no-estado.html). Acesso em: 20 de outubro de 2020.

NOGUEIRA, G. E. G. **Condições de trabalho e saúde mental do trabalhador da segurança pública**. Disponível em: <http://ead.policiamilitar.mg.gov.br/repn/index.php/psicopm/article/view/24>. Acesso em: 10 de jul. 2015.

NUMMER, Fernanda V FRANCA, F. G. (Orgs.). **Olhares sobre a Polícia Militar: questões metodológicas**. 1. ed. Belém: GAPTA, 2018.

NUMMER, Fernanda V. **Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização do policial militar**. Niterói: EdUFF, 2005.

OFFE, Claus. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? **RBCS: Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, USP, v. 4, n. 10, p. 6-20, 1989.

OLIVEIRA, K. L. de; SANTOS, L. M. dos S. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 12, n. 25, set./dez, p. 224-250, 2010.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Transtornos mentais**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/transtornos-mentais>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

PESAVENTO, SANDRA J. **História do Rio Grande do Sul**. 9.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2014.

PIMENTA, MELISSA. M. **Policiamento comunitário no Rio Grande do Sul: teoria, discursos e práticas**. In: José Vicente Tavares dos Santos; Rochele Fellini Fachinetto; Alex Niche Teixeira; Ligia Mori Madeira; Elisa Celmer; Leticia Schabbach; Enio Passiani; Melissa de Mattos Pimenta. (Org.). **Violências e Mundialização**. 1ªed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p. 249-264.

PIOLLI, E. Sofrimento e reconhecimento: o papel do trabalho na construção da identidade. **REVISTA USP**, São Paulo, n.88, p. 172-182, dezembro/fevereiro 2010-2011.

PONCIONI, Paula. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 1, n.1, 2007, p. 22-31.

PONCIONI, Paula. O profissionalismo na formação profissional do policial brasileiro: rupturas, permanências e desdobramentos contemporâneos. **Coleção Segurança com Cidadania**, v. 1, 2013, p. 47-76.

PORTO, Maria Stela Grossi. A atividade policial entre práticas e representações sociais. In: Sérgio Adorno; Renato Sérgio de Lima. (Org.). **Violência, Polícia, Justiça e Punição - Desafios à Segurança Cidadã**. 1. ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2019, v. 1, p. 157-196.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Mídia, segurança pública e representações sociais**. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702009000200010](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702009000200010). Acesso em 10 de janeiro de 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Provincial nº 7, de 18 de novembro de 1837**.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Rio Grande do Sul de 1891**. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque/tabid/855/IdMateria/320211/Default.aspx>. Acesso em: 5 de janeiro de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Corpo provisório de Bombeiros da Corte**. Disponível em: <https://www.bombeiros.rs.gov.br/historico>. Acesso em 20 de outubro de 2021

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Ordinária 13.970 de 12 de abril de 2012**. Fixa o efetivo da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-13970-2012-rio-grande-do-sul-altera-dispositivos-da-lei-n-10993-de-18-de-agosto-de-1997-alterada-pela-lei-n-13-837-de-2-de-dezembro-de-2011-que-fixa-o-efetivo-da-brigada-militar-do-estado-e-da-outras-providencias>. Acesso em 03 de março de 2022.

RIO GRANDE DO SUL. BRIGADA MILITAR. **1º Censo da Brigada Militar**. Sumário Executivo. Porto Alegre: 2020. Disponível em: <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/1-censo-bm-2020>. Acesso em 5 de janeiro de 2022.

ROCHA, Santos R. **A Brigada Militar e a luta pela sobrevivência**. Porto Alegre: Editorial Presença. 1987.

RONDON FILHO, E. B. A polícia militar sob a lupa da investigação científica. In: Fernanda Valli Nummer; Fábio Gomes de França. (Org.). **Olhares sobre a Polícia Militar: questões metodológicas**. 1ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2018, p. 15-49.

RONDON FILHO, E. B. **A socialização dos agentes de Segurança Pública: tensão entre reconhecimento e desrespeito**. (Tese Doutorado Sociologia). Porto Alegre: UFRGS, 2013.

RUDNICKI, DANI. A Polícia (brasileira) contemporânea no Estado Democrático de Direito. In: TAVARES DOS SANTOS, J.V.; NICHE A.T.; RUSSO, M. (orgs.). **Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011. p.197-212.

SANDER, ISABELA. **Operação Avante reduz ocorrências no Centro Histórico de Porto Alegre**. Jornal do Comércio (on-line). Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2016/10/geral/528178-operacao-avante-reduz-ocorrencias-no-centro-historico-de-porto-alegre.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2016/10/geral/528178-operacao-avante-reduz-ocorrencias-no-centro-historico-de-porto-alegre.html). Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

SCHABBACH, Letícia M. Direitos humanos e formação policial. In: TAVARES DOS SANTOS, J. V.; MADEIRA, L. M. (Orgs.). **Segurança Cidadã**. 1. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014. p.63-78.

SCHABBACH, Letícia M. 'Com a lei debaixo do braço': direitos humanos, formação e trabalho policial. **Dilemas - Revista de estudos de conflito e controle social**, v. 8, p. 157-188, 2015.

SELL, CARLOS E. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. 6.ed. revista e atualizada. Petrópolis: Vozes, 2014.

SELIGMANN - SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si**. São Paulo: Cortez, 2011.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio-São Paulo: Record, 1999.

SILVA, M. B.; VIEIRA, S. B. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Saúde soc**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 161–170, 2008.

SIMÕES, MOACIR A. **Brigada Militar: trajetória histórica e evolução na constituição**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

SOARES, L. E.; ROLIM, M.; RAMOS, S. **Relatório da pesquisa: O que pensam os profissionais da segurança pública, no Brasil**. Ministério da Justiça/SENASP. 2009.

SODRÉ, NELSON W. **História militar do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.



SPANIOL, Marlene Inês et al. **Políticas municipais de prevenção à violência no Brasil: desafios e experiências no campo da segurança pública**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica, 2016.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Dilemas do ensino policial: das heranças às pistas inovadoras. In: TAVARES DOS SANTOS, J. V.; MADEIRA, L. M. (Orgs.). **Segurança Cidadã**. 1. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014. p.19-40.

## APÊNDICE I: Termo de Consentimento Livre e esclarecido

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

#### **Título da Pesquisa: A organização do trabalho na Brigada Militar e a produção social do sofrimento mental em soldados e sargentos**

Mestranda Pesquisadora: Alexandra Estefânia Regner da Silva

Orientadora do projeto: Professor Dr. Fernando Cotanda

Caro participante,

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada organização do trabalho na Brigada Militar e a produção social do sofrimento mental em soldados e sargentos, que está sendo desenvolvida por mim, Alexandra Estefânia Regner da Silva, aluna do curso de Mestrado em Sociologia da UFRGS, sob a orientação do professor Fernando Cotanda. O objetivo deste estudo é analisar o cotidiano de trabalho de policiais militares, suas relações com colegas de profissão, suas condições de trabalho, buscando compreender a realidade destes profissionais tanto na Brigada Militar e os impactos das suas atividades profissionais sobre a sua saúde.

Informamos que sua participação é voluntária, seu nome não será utilizado em qualquer fase da pesquisa o que garante seu anonimato. Não será cobrado nada; não haverá gastos nem riscos na sua participação neste estudo; não estão previstos ressarcimentos ou indenizações; não haverá benefícios imediatos na sua participação. Os resultados deste estudo contribuirão para ampliar as reflexões e os avanços sobre as condições de saúde dos policiais militares do Rio Grande do Sul.

Desde já, agradecemos sua atenção e participação e colocamo-nos à disposição para maiores informações através dos telefones 51 \_\_\_\_\_

Email: alesocial@hotmail.com

**Eu li e compreendi este termo de consentimento, portanto, eu concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário desta pesquisa.**

NOME: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

LOCAL E DATA: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE II: Roteiro Semiestruturado

- 1) Fale-me sobre a sua trajetória de vida
  - a. Idade
  - b. Natural de onde?
  - c. Casado ou solteiro?
  - d. Filhos
  - e. Graduação: soldado ou sargento
  - f. Escolaridade? Está estudando?
  - g. O que você gosta de fazer no seu tempo livre?
- 2) Me fale sobre o seu trabalho
  - a. Quando ingressou na Brigada Militar
  - b. No que trabalhava antes
  - c. O que te levou ao ingresso na Brigada Militar
  - d. Como foi a formação/tempo de duração
  - e. Sua rotina/tarefas
  - f. Quantas horas por semana você trabalha? Escala?
  - g. Já trabalhou em outras Companhias ou Batalhões?
  - h. E a questão do risco e do perigo?
  - i. E as condições de trabalho: equipamentos (local de trabalho, viatura, armamento, equipamentos de proteção)
  - j. Relação com os colegas
  - k. Relação com os superiores
  - l. Como gerencia os conflitos/problemas no trabalho?
  - m. Como se sente no trabalho: o que te deixa satisfeito, contente, o que gera a sensação de valorização
  - n. E o que te desagradava? Incomoda?
  - o. Quando acaba o expediente quanto tempo você leva para se desligar das coisas do trabalho?
  - p. Desempenha outra atividade?
- 3) Sobre a sua saúde
  - a. Quantas horas você dorme? Como é o seu sono?
  - b. Faz algum acompanhamento médico regular?
  - c. Quando tirou férias da última vez?

- d. O que você faz nas férias?
  - e. Pratica alguma atividade física?
  - f. Já tirou licença de saúde alguma vez? O que houve?
  - g. Você já passou por alguma experiência traumática no trabalho? Como enfrentou isso?
  - h. Alguma vez já pensou em procurar ou já fez tratamento psicológico ou psiquiátrico?
- 4) Como você imagina o seu futuro profissional?
- 5) Como você analisa o futuro da Brigada Militar?